



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Faculdade de Formação de Professores**  
**Programa de Pós-graduação em História Social**

**Fabricio Ribeiro Migon**

**FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA:  
A HISTÓRIA DE UM LUGAR NO URBANO CARIOCA.**

São Gonçalo  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Fabricio Ribeiro Migon**

**FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA:  
A HISTÓRIA DE UM LUGAR NO URBANO CARIOCA.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Profº Drº Floriano José Godinho de Oliveira

São Gonçalo  
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

M636 Migon, Fabrício Ribeiro.  
Fragmentação e segregação urbana : a história de um lugar no urbano carioca / Fabrício Ribeiro Migon. – 2008.  
129 f. : il.

Orientador : Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Floriano José Godinho de Oliveira  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Espaço urbano – Rio de Janeiro (RJ) -Teses. 2. Favelas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ). 3. Segregação – Rio de Janeiro (RJ). I. Oliveira, Floriano José Godinho de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 316.334.56(815.3)

Fabricio Ribeiro Migon

Fragmentação e segregação urbana:  
a história de um lugar no urbano carioca.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

Banca examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof. Drº Floriano José Godinho de Oliveira (orientador)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Drº Gelson Rozentino de Almeida  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Drº Gilmar Mascarenhas de Jesus  
Instituto de Geociências - UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Drº Ruy Moreira  
Instituto de Geociências - UFF

São Gonçalo  
2008

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e à minha tia, a base do que sou.  
À minha esposa e aos meus filhos, que tiveram que conviver com a  
minha ausência e impaciência durante a realização deste trabalho.  
Eles são a razão de tudo.

## AGRADECIMENTOS

Dizer que escrever agradecimentos é tão difícil quanto escrever a dissertação pode parecer exagero, contudo, é no mínimo algo que demanda bastante responsabilidade, pois não raro, se cometem injustiças. Tentando minimizar esse problema, inicio agradecendo a todos que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração dessa dissertação.

Não posso deixar de citar os professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Floriano José Godinho de Oliveira, que, além do papel de orientador, contribuiu de forma significativa com a minha formação acadêmica, desde os tempos de graduação, por algumas vezes com incentivos estimulantes, por outras, com “broncas” homéricas. Ao Professor Floriano, meu muito obrigado.

Ressalto ainda a importância da colaboração dos moradores da Quinta do Caju, principalmente os pescadores, sempre muito solícitos e interessados em expressar da melhor forma possível seu sentimento em relação ao lugar.

Aos funcionários da Biblioteca do Instituto Pereira Passos e da Biblioteca do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. À Professora Vera e ao Professor Renato, que ajudaram com seus conhecimentos de língua inglesa. E a todos colegas de trabalho e amigos que, por ventura, tiveram que cobrir alguma falha/falta minha durante o período em que estive me dedicando a este trabalho.

Muito obrigado a todos!

## RESUMO

MIGON, Fabricio Ribeiro. Fragmentação e segregação urbana: a história de um lugar no urbano carioca. 129 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008.

Este trabalho é um estudo sobre as relações entre a organização social e a configuração espacial urbana. O local estudado é a favela denominada Quinta do Caju, no Bairro do Caju, na cidade do Rio de Janeiro. Nela, buscamos investigar o processo de fragmentação do espaço urbano, que ocorre, entre outras razões, por fatores que muitas vezes são externos ao lugar. O elevado índice de desigualdade social certamente concorre como um dos principais agentes desagregadores do espaço urbano. Porém, elementos relacionados ao modo de apropriação capitalista não são os únicos que condicionam o processo de segregação do espaço carioca. O objetivo deste trabalho é justamente compreender - a partir da análise dos elementos empíricos encontrados em uma parcela do urbano carioca - como o espaço urbano se fragmenta e se ordena. A observação de indicadores sociais pode nos deixar uma pista para uma análise das condições socioeconômicas do lugar, porém, o processo de fragmentação urbana vai além de um estudo de dados estatísticos.

É necessário compreender os processos, as estruturas, as funções e as formas que esse espaço revela nos diferentes contextos históricos que se encontram gravados na sua paisagem. Nessa leitura, é fundamental considerar a experiência de quem vive o lugar, e não apenas de quem planeja - muitas vezes, à distância - ações para o ordenamento e integração do espaço, ao modelo de acumulação capitalista global. A nossa fração desse espaço urbano está aqui representada pelo bairro. O nosso lugar no urbano é o "bairro" da Quinta do Caju.

**Palavras-chave:** Fragmentação. Segregação. Urbano. Favela. Bairro.

## ABSTRACT

MIGON, Fabricio Ribeiro. Urban Fragmentation and Segregation : the story of a place in urban "Carioca". 129 p. Dissertation ( Masters in Social History ) - Teacher Training College, State of Rio de Janeiro University, São Gonçalo, 2008.

This work is a study about the connection between the social organization and the urban spatial configuration. The place we studied is called "Quinta do Caju", in the neighborhood of Caju, in Rio de Janeiro city. Here, we investigated the process of fragmentation, that occurs among other reasons, often by factors that are external to the place. The high level of social inequality certainly competes as one of the principal agents of disaggregation of urban space. However, elements related to the capitalist mode of ownership are not the only factors that influence the process of segregation of the "carioca" space. The objective of this work is precisely the understanding, from analysis of empirical evidence found in a parcel of "carioca" urban - the way the urban space is fragmented and ordered. The observation of social indicators give us a clue for an analysis of the socioeconomic conditions of the place, although the process of urban fragmentation goes beyond a study of statistical data.

It's necessary to understand the processes, the structures, the functions and the ways that space shows in different historical contexts that are attached to its landscape. In this reading it's important to consider the experience of those living in the place, and not just for those who project, often at a distance, actions for the planning and integration of the place, according to the global capitalist model. Our fraction of that urban space is represented here by neighborhood. Our place is in the urban neighborhood of "Quinta do Caju".

**Keywords:** Fragmentation. Segregation. Urban. Neighborhood. Slum.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE URBANA E ASPECTOS PARA A ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA.....</b>	<b>18</b>
1.1 - “A revolução urbana” na “questão urbana”: um debate sobre o conceito de sociedade urbana.....	18
1.2 – A (des)industrialização e a (des)construção do espaço urbano.....	26
1.3 – Elementos de ordenamento espacial e segregação urbana.....	30
1.4 – O lugar: espaço da esperança e ator contra-hegemônico.....	40
<b>CAPÍTULO 2 - O BAIRRO DO CAJU E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA QUINTA DO CAJU: ASPECTOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS.....</b>	<b>43</b>
2.1 – O bairro do Caju: um pouco de história.....	43
2.2 – A Quinta do Caju: a formação do lugar.....	52
<u>2.2.1 – O que é uma Quinta?.....</u>	<u>52</u>
<u>2.2.2 – A Quinta do Caju: a história do lugar.....</u>	<u>53</u>
2.3 – Os indicadores sociais: uma análise das condições dos moradores da Quinta do Caju.....	64
<b>CAPÍTULO 3 - A NECESSIDADE DE REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: QUEM VEM PRIMEIRO, A FAVELA, O BAIRRO OU O FAVELA-BAIRRO?.....</b>	<b>76</b>
3.1 – O que é uma favela? Será a Quinta do Caju uma favela?.....	76
3.2 – O programa favela-bairro na Quinta do Caju.....	80
<b>CAPÍTULO 4 - DISCUTINDO O CONCEITO DE BAIRRO E A TERRITORIALIDADE: A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA QUINTA DO CAJU.....</b>	<b>95</b>
4.1 - Para além de visão e/ou percepção fragmentada da cidade.....	95
4.2 - A organização e a diferenciação dos espaços urbanos.....	97
4.3 - Bairro: discutindo o conceito.....	105
<u>4.3.1 – Todos querem morar num bairro.....</u>	<u>114</u>
4.4 – Identidade e percepção da territorialidade no “bairro” Quinta do Caju..	116
<b>COLNCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

**FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA:  
A HISTÓRIA DE UM LUGAR NO URBANO CARIOCA.**

*“...a cidade não mora mais em mim.”*

Chico Buarque de Holanda

## INTRODUÇÃO

Questões relacionadas aos processos que produzem o espaço urbano e as mudanças referidas à incorporação desses espaços aos padrões das novas demandas do modo de produção capitalista nos levam a buscar respostas nos mais diversos lugares. A inegável constatação de que o lugar é uma porção do espaço onde ocorrem todas essas mudanças nos conduz a discutir o papel deste conceito no espaço urbano. Para nós, o lugar será o bairro. O bairro visto como o centro dos elementos geradores de identidade do homem com seu espaço na cidade.

Falar que o bairro é a unidade do espaço urbano onde os indivíduos apresentam a pluralidade e a riqueza da vida social, por meio de suas diferentes formas de relações sociais e identitárias, por si só, já representaria um fator que nos serviria de justificativa para a elaboração deste trabalho. Contudo, quando desvendamos o processo de formação de um bairro, estamos lidando com uma série de categorias analíticas que nos fazem identificar, no espaço, uma legião de conceitos e acontecimentos fundadores de diversos elementos do urbano.

O objeto desse trabalho será a riqueza presente na história social de um bairro, e o lugar escolhido para o estudo foi a Quinta do Caju. Localizada na região portuária do Rio de Janeiro, a Quinta do Caju faz parte do bairro do Caju, marcado por variados usos, como os exemplos das atividades portuárias, militares e funerárias. Mas por que a escolha pela Quinta do Caju?

O projeto inicial nos levava a uma decomposição dos fatores que possivelmente isolavam o bairro do Caju das demais áreas da cidade. Contudo, ao conhecer a complexidade e a diversidade do bairro, percebemos que o lugar não se restringia apenas às atividades que ficavam evidentes em uma primeira análise. A pesquisa foi movida por uma grande curiosidade, a de conhecer um lugar que está

presente para muitos como uma paisagem e que, apesar de fazer parte do conjunto espacial da cidade do Rio de Janeiro, apresentava-se bem distante. Esse “distanciamento” do bairro em relação à própria cidade, pode ser provocado por um isolamento imposto por uma série de atividades, que garantiam ao bairro o *status* de possuir usos degradantes. Podemos citar, entre esses *usos*, o próprio cemitério, que identifica o lugar no imaginário da população carioca, e o depósito da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). Após algumas visitas ao lugar, identificamos uma atividade, que, a princípio, não fazia parte desta análise, e que veio a se tornar em um elemento de extrema relevância para a compreensão de espaço. Estamos falando da pesca.

A surpresa de encontrar pescadores em plena atividade, em uma região completamente degradada pelos problemas ambientais provocados pelo modo de organização capitalista do espaço urbano, foi, de certa forma, impactante para a pesquisa. A presença marcante da pesca na Quinta do Caju, uma das favelas que compõe o bairro do Caju, se tornaria um foco que redirecionaria este trabalho. Existiam, agora, questionamentos que não haviam sido feitos até então. Surge a necessidade de entender as razões da resistência da pesca, e como ela contribui para a geração de identidade e de ordenamento do lugar.

A foto I, exposta a seguir, mostra como a Quinta do Caju é um espaço cercado por usos não residenciais, uma resposta da necessidade de habitar o espaço, que passa a ser violentamente ocupado pelos agentes ligados ao modo de produção capitalista. Esses veículos da expansão do processo de integração dos espaços urbanos à acumulação capitalista são responsáveis pela imposição ao lugar da sua cota na divisão internacional do trabalho.

Notamos na foto que não se faz sequer necessário delimitar a área ocupada pela Quinta do Caju, pois seus limites já se apresentam bem visíveis. Vemos, com nitidez, na foto de satélite apresentada, que o entorno da Quinta do Caju, é marcado por áreas não residenciais, o que facilita a delimitação visual de nosso objeto.



**Foto I** – Imagem de satélite da Quinta do Caju, vista aérea do entorno da Quinta do Caju. Fonte: Adaptado de earth.google.com. Acesso em: 22 de julho de 2008..

Consequimos, com a imagem exposta acima, identificar também a prática da atividade pesqueira. Mesmo que seus limites em relação à Baía de Guanabara se apresentem ameaçados, os barcos dos pescadores ainda movimentam o pequeno cais da Quinta do Caju.

Partiremos de uma avaliação do empírico, para que assim possamos construir uma análise teórica referente aos aspectos relevantes na construção dos processos de fragmentação do espaço urbano. Tomamos aqui alguns ensinamentos deixados pelo professor Maurício Abreu (2006), que nos mostra a importância de se ter desvelo ao selecionar o modelo de análise do espaço urbano. A cautela serve para não nos prendermos apenas aos aspectos econômicos. Assim, a pesca, por exemplo, deve ser analisada como um elemento não apenas de geração de renda, mas também de identidade.

Da mesma forma que não devemos atribuir, erroneamente, ao Estado, um papel de participação neutra na construção do espaço urbano, ou, como muito já se fez, de concebê-lo como uma instituição estabelecida apenas pelos interesses do

capital. Sabemos que a ação pública contribui de forma bastante efetiva para a construção diferenciada do espaço urbano. Mas devemos pensar aqui que essa diferenciação é um efeito colateral das diferentes necessidades de reprodução do capital em diferentes espaços.

Apesar da importância de se pensar a evolução da sociedade urbana a partir da evolução do modelo de produção, não devemos atribuir a essa análise uma característica singular que deixe transparecer a existência de uma forma desvinculada de uma outra categoria, a *formação social* (ABREU, 2006). Esses modelos de produção podem encontrar resistências, e até mesmo passar por constantes adaptações até conseguir se estabelecer no lugar.

Basta uma breve caminhada pelas ruas da Quinta do Caju para que tenhamos uma noção da presença da atividade pesqueira. O lugar possui um vínculo forte com a pesca, ofício que sofre com a poluição da Baía de Guanabara; e apesar da estreita saída para o mar (o que restou depois dos constantes aterros), ainda resiste como uma marca na paisagem.

Ao olhar a Quinta do Caju, e perceber esse isolamento, surgiram algumas questões:

Quais são os elementos que estruturam e produzem o espaço?

A pesca ainda resiste? Como? Por quê?

O que faz de um lugar uma favela? O que faz de um lugar um bairro? Quem define o que é um bairro?

Como os moradores percebem e concebem o lugar, as mudanças e a organização do território?

Na tentativa de respostas para as perguntas acima, a presente dissertação apresenta quatro capítulos, nos quais reunimos um debate entre vários conceitos que permeiam uma análise teórica sobre os elementos que integram o espaço urbano. O primeiro capítulo, ***Elementos de construção, estruturação e transformação da sociedade urbana e aspectos para a análise da segregação espacial urbana***, é responsável por um breve debate teórico baseado em autores que servem como referência para uma análise do urbano. Neste momento, utilizaremos uma discussão envolvendo um importante debate sobre o conceito de sociedade urbana, de onde

caminharemos em direção a um terreno seguro que nos sirva de base para analisar os impactos do processo de industrialização para o espaço urbano. A segurança de nosso caminho metodológico é garantida pelo fato de trilharmos um destino firme, deixado de herança por importantes autores que tratam do espaço urbano. Num debate inicial, recorreremos à vasta obra de Henri Lefebvre, que possui uma contribuição inestimável para a análise do urbano, e utilizaremos autores como Manuel Castells, David Harvey e Edward Soja, que estabelecem um intenso diálogo com Lefebvre.

Nosso objeto de estudo se constitui em um espaço segregado, composto por uma parcela da população que possui um baixo poder aquisitivo e caracterizado pela ocupação irregular do solo. Esses aspectos trazem uma necessidade de analisarmos os elementos que ordenam o espaço urbano e quais são os responsáveis pelo processo de segregação espacial urbana. Para isso, utilizaremos autores que discutem a questão do ordenamento territorial e a segregação urbana, como Ruy Moreira, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e Marcelo Lopes de Souza.

Fechando o primeiro capítulo, apresentamos uma breve discussão sobre a resistência do lugar diante do projeto globalizante do modo de produção capitalista. A idéia é tentar mostrar o que faz do lugar um espaço de resistência diante da voracidade do poder do capital, que tende a impor suas ações ao espaço, regulando as relações de produção de acordo com suas necessidades. Para este embate utilizaremos as obras de Yi-Fu Tuan, Milton Santos e David Harvey.

O segundo capítulo, ***O bairro do Caju e o processo de formação da Quinta do Caju: aspectos sociais e simbólicos***, é fruto da necessidade que encontramos de conhecer melhor a Quinta do Caju e o bairro no qual se encontra, o Caju. Neste capítulo, a dificuldade ficou por conta da escassez de fontes históricas sobre o processo de formação e de organização do lugar. Contudo, após algumas idas ao Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e ao Instituto Pereira Passos (IPP), conseguimos reunir um pouco da história do lugar, que nos ajudou a desvendar um pouco do processo de ocupação do bairro. Além dos dados encontrados nos arquivos, recorreremos à obra de Lysia Bernardes e Maurício Abreu, pois ambos

desenvolvem um riquíssimo trabalho sobre o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Quando o capítulo inicia a apresentação do processo histórico que forma a Quinta do Caju, o problema começa pelo próprio nome, por isso iniciamos com uma breve discussão sobre o que seria uma *quinta*. Ao nos ocuparmos propriamente com a história da Quinta do Caju, nos deparamos com uma ausência de fontes ainda maior, o que tornou necessário o uso exclusivo de dados dos arquivos da cidade e o depoimento de moradores mais antigos do lugar.

Fechamos este segundo capítulo com um levantamento de indicadores sociais, para que possamos ter uma noção de como vivem os moradores da Quinta do Caju. Utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conseguimos montar um panorama das condições de vida da população do lugar, e utilizamos estes dados para fazer uma comparação entre a Quinta do Caju e outros lugares da cidade.

O terceiro capítulo, ***A necessidade de reorganização do espaço: Quem vem primeiro, a favela, o bairro ou o Favela-bairro?***, é responsável por trabalhar um debate sobre a interferência de projetos urbanísticos impostos pelo poder público. Este capítulo se ocupa inicialmente de uma descrição sobre o conceito de favela, analisando as diferentes definições e versões sobre os processos que deram origem à ocupação das áreas que hoje constituem as favelas cariocas.

Uma boa parte deste capítulo dedica-se a analisar os impactos produzidos pelo programa Favela-Bairro na Quinta do Caju. O próprio nome do projeto os leva a crer que o que antes era uma favela, após as intervenções da prefeitura, poderia ser chamado de bairro. Assim, buscamos aqui entender como os moradores se relacionam com essas intervenções, se elas atendem aos anseios da população local e se realmente servem para “integrar” o lugar à cidade.

E, finalmente, apresentamos o quarto e último capítulo, ***Discutindo o conceito de bairro e a territorialidade: a formação do bairro da Quinta do Caju***. Neste capítulo, buscaremos fazer um apanhado geral sobre os elementos que garantem à Quinta do Caju o *status* de bairro, tentando analisar os elementos de estruturação do lugar e fazendo referência às variadas definições do conceito de bairro encontradas

ao longo de nossa pesquisa. A importância desse capítulo reside na necessidade de uma busca sobre uma análise da definição de bairro, para que possamos entender quais são os fundamentos dessa fragmentação territorial do espaço urbano.

Para a composição deste capítulo, recorreremos a obras de valor bastante relevante para um estudo interdisciplinar e abrangente do processo de fragmentação do espaço urbano. Faremos uso, mais uma vez, dos estudos de Manuel Castells, Lysia Bernardes, Milton Santos, Maurício Abreu, Tuan, Ana Clara Torres Ribeiro, entre outras importantes contribuições para esta análise. Nosso trabalho não possui a menor pretensão de esgotar o debate que iniciamos com essa dissertação, mas objetiva contribuir para a elaboração de uma análise futura sobre os elementos que servem de fundamentação para a organização dos espaços de identidade no cenário de um espaço urbano multifacetado.

## **CAPÍTULO I**

### **1 - ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE URBANA E ASPECTOS PARA A ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA.**

#### **1.1 - “A revolução urbana” na “questão urbana”: um debate sobre o conceito de sociedade urbana.**

Torna-se crucial para o debate que este trabalho se dispõe a fazer uma discussão de caráter teórico a respeito das mudanças às quais está sujeito o espaço urbano, na expectativa de elucidar suas causas e conseqüências. Buscaremos esse suporte teórico em obras clássicas quando se trata da questão urbana.

Discutir o espaço urbano significa ir além do legado material deixado pelas construções e alterações de estruturas físicas que ocorrem na cidade. Significa caminhar no sentido de buscar as raízes que firmam os pés humanos nessa cidade, que modelam o modo de vida urbano. Apenas assim, conseguiremos ter uma noção da dialética que cerca essa relação entre o espaço urbano e o homem urbano.

Para conduzir esse debate, elegemos as obras de Manuel Castells, Henri Lefebvre, David Harvey e Edward Soja. Entre as diversas questões travadas por esses autores, encontramos a que nos interessa nesse momento, um fértil diálogo sobre a ideologia urbana. Justificamos, de forma mais concreta, o uso dessas referências, pela necessidade de compreensão das relações que pautam a cotidianidade dos moradores da Quinta do Caju, traçando um paralelo entre a

ideologia urbana e as formas de percepção da cidade, estimulada pelo uso do urbano por moradores de um espaço segregado, fortemente relacionado com atividades econômicas que, em alguns momentos, se aproximam do urbano, e, em outros, se encontram ameaçadas pelo urbano.

Veremos agora como esses autores mencionados tratam as questões que tangenciam o diálogo sobre a sociedade urbana.

Para Castells, “A ideologia urbana possui profundas raízes sociais. Ela não está encerrada na tradição acadêmica nem nos meios do urbanismo oficial. Está, primordialmente, na cabeça das pessoas”. (CASTELLS, 1983, p. 141) Assim, Manuel Castells inicia suas considerações em um dos textos integrantes do livro *A Questão Urbana*, intitulado *Da sociedade urbana à revolução urbana*, uma referência à obra de Henri Lefebvre, *A Revolução Urbana*. O próprio título do livro de Castells, segundo Edward Soja, foi propositalmente escolhido pelo autor para contrastar com a obra de seu ex-professor (SOJA, 1993, p. 105).

De acordo com Castells, a ideologia urbana povoa até mesmo as reflexões sobre a urbanização, sendo, para ele, o momento em “que ela faz a maior devastação”. Segundo o autor, a própria reflexão de Lefebvre se apresenta contaminada pela ideologia, o que se torna claro quando parte de uma *análise marxista do fenômeno urbano*, o que remete a uma *teorização urbanística da problemática marxista*. Castells utiliza-se de quatro importantes obras para a análise do pensamento de Lefebvre: *Do rural ao urbano* (1970), *O direito à cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970) e *A cidade e o urbano* (1971). Nos concentraremos aqui nas descrições de Castells feitas a partir das discussões edificadas por Lefebvre em *A Revolução Urbana*, obra de maior significação nas considerações feitas por Castells, e que dá conta da discussão que cerca a definição de sociedade urbana e sua relação dialética com a produção do espaço urbano. Mas isso não significa que não iremos recorrer a outras obras de Lefebvre no decorrer deste trabalho.

A necessidade desse debate surge da importância que se deve dar à definição do conceito de sociedade urbana para uma avaliação mais ampla das transformações que ordenam e regulam o espaço urbano. A obra de Castells nos garantirá um caminho prudente, rumo à reflexão teórica abordada por Lefebvre. Assim como, nos

momentos oportunos e necessários, Edward Soja e David Harvey contribuirão para essa análise.

Elegemos aqui, como ponto inicial para esse debate, a própria definição de sociedade urbana. Para Lefebvre, a sociedade urbana é o resultado de uma urbanização completa, essa “urbanização completa” seria o produto da industrialização, a sociedade “que domina e absorve a produção agrícola” (LEFEBVRE, 1999, p. 16). Já em 1968, ano de publicação de *O Direito à Cidade*, Lefebvre apontava para o fato de que, para se expor a “problemática urbana”, era necessário delimitar um ponto de partida, e esse ponto inicial era o próprio processo de industrialização, que ele chamou de *motor das transformações da sociedade moderna*.

A industrialização caracteriza a sociedade moderna. O que não tem por consequência, inevitavelmente, o termo “sociedade industrial”, se quisermos defini-la. Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como *sociedade urbana* a realidade social que nasce à nossa volta. (LEFEBVRE, 2001, p. 3)

Quando Lefebvre chama a atenção para o fato de que a cidade é um produto social que antecede o surgimento da indústria - observação que ele mesmo considera banal – está, na verdade, mostrando que mesmo não influenciando no surgimento das cidades, o processo de industrialização se tornou o ponto de partida para a reflexão sobre o espaço urbano em nossa época.

O próprio Castells menciona a distinção de três fases da história humana, onde o evento do desenvolvimento das indústrias aparece como um marco divisor entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano. De acordo com Castells, essas fases podem ser consideradas como sendo uma “sucessão emaranhada” de três etapas: a agrária, a industrial e a urbana (CASTELLS, 1983, p. 143). De acordo com Lefebvre, a concentração da população nas áreas urbanas é o resultado dos avanços dos meios de produção. É essa concentração que promove o avanço do tecido urbano, que não se constitui um mero espaço edificado composto pelo domínio físico da

cidade, mas deve ser interpretado como “o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Na análise feita por Castells, são detectadas duas fases críticas do processo de construção do urbano: a primeira, que faz menção a essa relação entre campo e cidade, definida por uma subordinação da agricultura aos anseios da indústria; e uma segunda, que é estabelecida pela subordinação da industrialização às necessidades ditadas pela urbanização (CASTELLS, 1983, p. 143). Essa sociedade que passa a subordinar a industrialização às necessidades do urbano é, segundo Lefebvre, a sociedade pós-industrial. Para Lefebvre, a definição mais acabada de *sociedade urbana*, onde prevalece o uso exacerbado da técnica, do consumo, do lazer, da abundância (LEFEBVRE, 1999, p. 16). É nesse momento que Castells reafirma o pensamento de Lefebvre e reforça a idéia de que a discussão em torno da problemática relacionada às questões referentes à análise do processo de industrialização se vê suplantada pelo debate que cerca a reflexão do espaço urbano (CASTELLS, 1983, p. 144).

De acordo com Soja, tanto o próprio Castells quanto Harvey reconheceram o mérito de Lefebvre, mas o acusam de haver elevado a “problemática” espacial urbana a uma posição autônoma. Para Soja: *Lefebvre lhes parecia estar substituindo o conflito de classes pelo conflito espacial/territorial como força motivadora da transformação social radical* (SOJA, 1993, p. 98). Por essa razão, Castells e Harvey são responsáveis, segundo Soja, por estabelecer limites que a análise radical não deveria ultrapassar. E quais seriam esses limites? Para Soja, os limites estabelecidos por essa “geração de marxistas radicais”, que inclui Castells e Harvey, estaria na incapacidade de reconhecer (o que seria contraditório) a relação dialética entre sociedade e espaço (SOJA, 1993 p. 98).

Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis. (SOJA, 1993, p. 99)

Para tal reflexão, é de suma importância a compreensão dialética da interação - complexa, como bem lembra Lefebvre – entre três conceitos essenciais: função, forma e estrutura. Ele explica: “... a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.23). Para Lefebvre, as etapas da história humana são definidas por formas técnicas, o auge de atuação e implantação dessas formas técnicas seria definido como a pós-história. Castells não passa despercebido por essa anotação de Lefebvre, e lembra que o urbano sugere o fim das restrições deterministas (CASTELLS, 1983, p. 144). Poderíamos entender aqui que encontramos uma cidade pela cidade, um modo de vida urbano que se encerra em si próprio, a formação de um homem essencialmente urbano, livre de qualquer impedimento, criado pela natureza, às suas realizações. Todavia, essa mesma forma urbana que favorece a ação humana em vários aspectos também a restringe. Tomemos mais uma vez como exemplo nosso objeto de estudo. O Bairro do Caju se constitui em um espaço mutilado pela construção de duas vias expressas, a Avenida Brasil e a ponte Rio-Niterói. A primeira faz com que as pessoas que transitam em direção ao centro da cidade do Rio de Janeiro não tenham a necessidade de passar pelo bairro, já que essa via tangencia seu território, fazendo-nos sentir a proximidade com o Bairro do Caju apenas pela presença imponente do cemitério. A segunda simplesmente “atropela” o bairro, nos dando uma vista aérea do Caju, fazendo com que as pessoas que deixam a cidade do Rio de Janeiro em direção à Niterói, ou chegam desta, tenham apenas que passar por cima do bairro. Existem ainda aqueles que passam pela Linha Vermelha, onde, mais uma vez, a presença do cemitério é o elemento mais marcante desse ponto de observação do bairro do Caju.

Uma análise muito próxima a esta pode ser feita sobre a Quinta do Caju, que apresenta peculiaridades que veremos mais intimamente nos capítulos a seguir, mas que podem ser reflexo desse caráter restritivo do espaço. Podemos ter uma noção mais clara desse fenômeno quando nos deparamos com o fato de que a Quinta do Caju apresenta apenas uma entrada por terra, o que faz com que ninguém que não seja morador ou pescador, necessite passar pelo lugar para chegar a outro.

Esse caráter restritivo transforma e marca profundamente o espaço, podendo até mesmo vir a ser um fator que contribua para a inibição de atividades ilícitas como o tráfico de drogas, por exemplo. Contudo, não podemos considerar esse fato em separado da ação que os indivíduos que ocupam o lugar exercem sobre suas formas de organização.

Seria então a forma urbana a responsável pela desapropriação do direito à cidade? De acordo com Castells, as ações repressivas e libertárias passariam por “outra via que não a das formas”, a negação do direito à cidade seria, antes de qualquer coisa, fruto da prática política. Para Castells, quando Lefebvre afirma que o urbano é uma “força produtiva”, o que existe é uma determinação do conteúdo pela forma. (CASTELLS, 1983, p. 146).

Para Soja, a principal contribuição de Castells para o debate sobre a teoria do espaço estaria presente no fato de que:

Castells claramente apresentou o espaço como um produto material que emerge dialeticamente da interação entre a cultura e a natureza. Assim, o espaço não seria simplesmente um reflexo, uma “mera oportunidade à disposição” da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um “conjunto histórico” de elementos e influências materiais em interação. (SOJA, 1993, p. 106)

Soja desqualifica a argumentação de Castells sobre o fato de que as relações sociais dariam forma, função e importância à estrutura espacial. Soja lembra que Lefebvre torna explícito que a formação de uma sociedade dividida em classes estaria associada tanto às relações sociais quanto às relações espaciais de produção.

Sobre as relações sociais, concordamos com Lefebvre no que tange ao fato de que o espaço urbano é produzido por uma forma, que favorece a densidade populacional, o agrupamento. É justamente essa densidade que provoca a interação do espaço urbano, favorecendo o processo de sociabilidade, resultado da fruição. Diante dessa aglomeração e agitação, a única coisa que pode se dar por garantida é o imprevisto. Essa conclusão de Lefebvre, segundo Castells, é justificada por meio de

uma hipótese mecanicista que nada explica, seria a hipótese de que “as relações sociais se revelam na negação da distância” (CASTELLS, 1983, p. 146).

Não se trataria, no entanto, de negar o fato de que a aglomeração seja criadora de relações e eventos, que certamente seriam inviabilizados à distância. Porém, essa aglomeração não parte de um vazio, ela é a superposição de unidades menores de agrupamentos, que não estariam necessariamente sucumbindo à nova forma ditada pela aglomeração. Uma prova desse argumento pode ser a resistência da atividade pesqueira na Quinta do Caju. Apesar da marcante presença da atividade portuária, que sufocam o acesso ao lugar e alteram as relações entre indivíduo e espaço, a pesca ainda marca a paisagem da Quinta do Caju e resiste, não somente no imaginário dos moradores, mas de forma explícita, organizando e atribuindo valores aos espaços.

Para Castells, a essência da formação do espaço urbano reside no fato de que ele não é criador de nada, mas sim um espaço que centraliza as criações. Castells considera a hipótese de Lefebvre ser consciente de que existe uma fragilidade no argumento que reforça a idéia, de que a aglomeração urbana permite o surgimento de novas relações sociais, como se não houvesse o surgimento de novas relações fora do espaço urbano. A crítica de Castells se aprofunda diante do questionamento sobre o que se constitui o tal *direito à cidade*. O direito à cidade seria atribuído pelo fim dos mecanismos que reprimem, segregam e alienam o espaço urbano.

Nos vemos aqui diante de algumas questões: O que seria o chamado *direito à cidade* para os moradores de uma área como a Quinta do Caju? Seria poder acessar facilmente os serviços e a infra-estrutura urbana? Quais seriam os mecanismos de luta pelo direito à cidade? A quem pertence o poder de garantir ou destituir o direito à cidade?

A existência de um hiato, que pode servir de impedimento às respostas de algumas ou até mesmo todas as questões propostas acima, pode residir no fato que diz respeito à ausência de uma discussão sobre a influência da luta de classes no processo de formação do espaço urbano, e vice-versa. A perda do poder de mobilidade do proletariado e a conseqüente a perda do direito à cidade está além de uma simples desmobilização dos trabalhadores, passa pela superação do modelo de

produção industrial, o que poderia ser chamado de modelo urbano de acumulação capitalista.

A oposição entre *formas* sem conteúdo estrutural preciso (a indústria, o urbano) permite sustentar, brincando com as palavras, que uma revolução proletária deve visar à industrialização e que uma revolução urbana está centrada na cidade. O fato de que, para Lefebvre, o Estado é também uma forma (sempre repressiva, independente do seu conteúdo de classe), permite esta confusão, pois sendo o poder político, a palavra de ordem central de todo processo revolucionário, sua escamoteação remete a uma oposição interminável entre todas as formas possíveis da luta de classes (industrial, urbana, agrária, cultural etc.), dispensando uma análise das *contradições sociais* que são o *fundamento delas* (CASTELLS, 1983, p. 147).

Assim, Castells chama a atenção para o detalhe de que o proletariado não teria, a partir dessa lógica, peso algum dentro de um quadro político urbano. Seria a suplementação de uma *práxis industrial* por uma *práxis urbana*, pautada em uma “tentativa de *fundar* verdadeiramente uma nova estratégia política, não a partir das estruturas de dominação, mas da alienação da vida cotidiana” (CASTELLS, 1983, p. 148). Entendemos que a ironia de Castells em afirmar a falta de importância da ação do proletariado no processo de produção da sociedade urbana se deve a uma tentativa de desqualificar a tese de Lefebvre. Contudo, Castells estaria admitindo que o simples fato de tomada de decisões por parte do Estado seria uma aniquilação completa das interferências sociais e espaciais dos elementos que contribuem para a existência das contradições sociais. Castells estaria, justamente aqui, deixando de considerar a relação dialética desses atores que participam do papel de construção do espaço urbano e da sociedade urbana.

É justamente o crescimento econômico contraditório do sistema capitalista que leva a um desenvolvimento, não menos contraditório, do espaço. Harvey lembra que o próprio Marx chama a atenção para a particularidade de que, no capitalismo, o crescimento harmonioso é um fato meramente acidental (HARVEY, 2005, p. 44). A competitividade a qual o espaço está exposto, que é ditada pelas regras do modo de acumulação capitalista, impõe um desenvolvimento competitivo e desigual. A necessidade que os capitalistas possuem de produzir suas mercadorias e expandir o

campo de atuação das mesmas, aliada a necessidade crescente de maximização dos lucros, que está sempre atrelada à diminuição dos valores pagos pela força de trabalho, produz uma séria restrição no poder de compra da classe proletariada e, conseqüentemente, essa restrição se reflete na construção das desigualdades espaciais dentro da cidade.

### **1.2 – A (des)industrialização e a (des)construção do espaço urbano:**

Começemos este debate com uma indagação: Qual seria o papel da industrialização na forma urbana? Para Lefebvre, a indústria seria a ausência da cidade, a ruptura da realidade urbana, a não-cidade (LEFEBVRE, 1999, p. 25). A indústria apenas se aproxima da cidade para lhe tirar os proveitos que essa aproximação possa assegurar, não existe nenhuma garantia para a cidade da permanência da indústria, principalmente se alguns dos fatores que determinam sua localização se encontrar ameaçado.

A industrialização é, para Lefebvre, o *indutor*, enquanto a própria realidade urbana seria responsável por encarnar o papel de *induzido*. Contudo, apesar dos elementos que compõem essa cultura urbana se apresentarem como processos induzidos pelo desenvolvimento da atividade industrial, não poderíamos utilizar o termo “sociedade industrial” para designá-la. Segundo Lefebvre, esse é justamente o contexto de calcificação do que ele denomina *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 2001, p. 3).

Devemos chamar a atenção, mesmo que pareça repetitiva a afirmativa, para a realidade de a cidade ser um elemento que antecede ao desenvolvimento industrial, ela não surge com a indústria, ela apenas é incorporada pelo novo modelo de produção. A associação feita entre o processo de urbanização e o de industrialização deve-se ao fato de que o processo de expansão das áreas urbanas é subsequente à Revolução Industrial, que pode ser considerada como o ponto de partida para a urbanização no mundo (SANTOS, 2008, p. 14). A fase industrial do capitalismo passa

a ser um marco no que diz respeito às transformações ocorridas no processo de produção do espaço e da sociedade urbana. Aliás, para Lefebvre, o processo de industrialização é um agente destruidor das belas formas arquitetônicas da cidade. O autor afirma que “as criações urbanas mais eminentes (...) datam de épocas anteriores à industrialização” (LEFEBVRE, 2001, p. 4). A cidade desempenha um papel, entre tantos, de servir como espaço de consumo, é na cidade que a mercadoria se realiza como objeto de transformação da força de trabalho em capital. Para Lefebvre “esa vinculación del espacio em general y del espacio urbano em particular com la producción, implica únicamente la reproducción de los medios de producción, de la que hace parte la fuerza de trabajo.” (LEFEBVRE, 1976, p. 33).

Este olhar garante um processo de construção e ordenamento do espaço urbano, traçado unicamente por uma base econômica, que seria responsável pela organização das relações sociais. Para Castells, é nesse momento que podemos admitir que as teses defendidas por Lefebvre possuem um caráter marcadamente ideológico, possuindo um alcance *social* maior que o *teórico* (CASTELLS, 1983, p. 148). Segundo Castells, o problema dessa análise pode ser detectado na própria definição de espaço dada por Lefebvre, onde o espaço aparece como um fator resultante da história, sendo uma obra dos atores sociais.

Se esta tese significa que a sociedade faz o espaço, tudo está ainda por explicar, em termos de determinação específica. Mas ela vai mais longe: ela indica que o espaço, como toda sociedade, é *obra* sempre inédita desta liberdade de criação, que é atributo do Homem, e a expressão espontânea de seu desejo. (CASTELLS, 1983, p. 149)

Se o espaço é a obra de uma liberdade de criação do homem, o que estaria fora do alcance não seria a cidade, mas sim a liberdade de criar uma cidade de acordo com as necessidades de cada um dos grupos que nela se estabelece. A mesma cidade não atenderia, ao mesmo tempo, a todos os anseios desses distintos grupos que se relacionam integralmente ou precariamente com ela. Não se trata então de garantir o direito à cidade, mas de garantir a plena liberdade da ação humana no espaço urbano.

Como garantir a liberdade de ação do homem na construção de um espaço fortemente vinculado à ação das forças de reprodução do capital?

No espaço urbano, até mesmo o lugar do não-trabalho, os espaços do lazer e do ócio, estão também fortemente vinculados ao espaço de trabalho. São espaços que garantem a reprodução das relações de produção, por meio da necessidade do consumo.

Los lugares de esparcimiento, así como también las nuevas urbes, están disociados de la producción hasta que los espacios de esparcimiento aparezcan desligados del trabajo y “libres”, cuando, de hecho, están vinculados a sectores del trabajo dentro del consumo organizado, dentro del consumo estipulado. (1976, p. 35)

Como identificamos se determinados espaços estão ou não associados ao espaço do trabalho? Não existiria no espaço urbano o lugar do não-trabalho completamente dissociado do trabalho? Assim como Lefebvre afirma que o tempo do não-trabalho é determinado pelo tempo do trabalho, pois o tempo do ócio se organiza em função do tempo produtivo (Ibidem, p. 36), poderíamos dizer a mesma coisa com relação ao espaço. O que percebemos é que mesmo os espaços que aparentemente não se encontram vinculados à lógica de reprodução do capital, seja pela produção de suas mercadorias ou serviços, seja pelo consumo, são estabelecidos e determinados pela própria lógica de organização do espaço urbano, que atende aos anseios da lógica de organização do modelo de produção e acumulação capitalista.

Um outro indiscutível avanço no estudo urbanístico desenvolvido por Lefebvre, segundo o próprio Castells, é a sua associação ao caráter político, desempenhado por uma crítica ao sistema do urbanismo oficial do Estado (CASTELLS, 1983, p. 150). Contudo, para Castells, Lefebvre se enche de razão ao afirmar que “a própria realidade urbana, com sua problemática e sua prática, encontra-se oculta, substituída por representações (ideológicas e institucionais), que têm o nome de *urbanismo*” (CASTELLS, 1999, p.48). Essas representações seriam a base do que Lefebvre considera como o *campo cego* na análise urbana, pois o urbano não é visto, ele está escondido atrás da cortina chamada industrialização, “o urbano se reduz ao industrial” (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

(...) Lefebvre soube ver, por um lado, a emergência de novas contradições no domínio cultural e ideológico, e que, por outro lado, soube ligar novamente a questão urbana ao processo de reprodução ampliada da força de trabalho. Ao fazê-lo, abriu um caminho talvez decisivo no estudo do “urbano”. Mas fechou-o logo após, caindo na armadilha denunciada por ele mesmo, quer dizer, tratando em termos de urbano (e portanto, atando-os de novo a uma teoria das *formas sociais*) os processos sociais que estão conotados *ideologicamente* pelo pensamento urbanístico. (Castells, 1983, p. 150).

Para resolver tamanha questão, Castells sugere um roteiro composto por quatro regras: 1ª - tratar separadamente o espaço e o urbano; 2ª - proceder à análise da determinação social destes processos; 3ª - estudar a organização do espaço como um capítulo da morfologia social; e 4ª - explicar os fundamentos sociais da ligação *ideológica* entre a problemática do espaço e da reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1983, p. 151).

Na verdade, identificamos claramente que esse roteiro teórico se resume a uma única questão, a análise conceitual do espaço. Devemos considerar aqui uma defesa à construção teórica de Lefebvre, pois ele trabalha o conceito de espaço a partir de uma crítica que faz, a chamada *ilusão urbanística*. Para ele, os *planejadores urbanísticos (tecnocratas)* não dão conta da dialética existente no processo *industrialização-urbanização*. De acordo com Lefebvre, os urbanistas vêem o espaço como um terreno vazio, a espera de uma intervenção, não percebem o espaço como um produto, e que não necessariamente resulta de uma força produtiva (LEFEBVRE, 1999, p. 141). Castells reconhece essa ilusão urbanística. Segundo Castells, o grande equívoco dos urbanistas é não conceber o “urbano” como cotidianidade, partem de uma análise de uma sociedade capitalista, como se o urbano se encerrasse no desenvolvimento das forças produtivas, percorrendo assim um caminho inverso ao traçado por Lefebvre, e substituindo a problemática “urbana” pela “industrial” (CASTELLS, 1983, p. 151).

Não sabemos afirmar sobre possíveis interferências ideológicas na análise do urbano, tão pouco conseguiremos distinguir aqui as utopias destas formulações ideológicas, mas concordamos aqui com Lefebvre quando este afirma que “um tal

mito está tão próximo de uma ideologia que dificilmente se pode separar esses aspectos” (LEFEBVRE, 1999, p. 99).

### **1.3 – Elementos de ordenamento espacial e segregação urbana.**

Devido a forma com que vem se apresentando, o processo de globalização conduz a cidade a um (re)ordenamento, na tentativa de atender as novas exigências do capital global, tornando o espaço, cada vez mais, fruto de uma lógica mercadológica, onde as classes menos favorecidas ficam à margem dos projetos públicos e privados. Uma abordagem sobre a questão do ordenamento territorial carece, antes de mais nada, de uma definição ampla de importantes conceitos no âmbito da geografia. O próprio sentido de “ordenamento” não deve transpor a idéia que nos vem de instante à mente, e que está relacionada à instituição da ordem, mas sim com um sentido mais amplo, que pode variar de acordo com a multiplicidade derivada da sociedade (MOREIRA, 2002, p. 54).

Para Ruy Moreira (2002), o ordenamento se faz por meio de regulação, sendo visível na forma de regras e normas. Segundo o autor, o espaço nasce, até certo ponto, “des-ordenado”. Posteriormente, a ordem espontânea se estabelece e vai cedendo lugar a uma ordem que surge de acordo com uma intencionalidade dominante, podendo ser a relação mais concreta entre a sociedade e seu espaço. Na Quinta do Caju, a espontaneidade da pesca foi fundamental para o ordenamento do espaço, determinando uma lógica de organização tão forte que resiste às mais evidentes investidas de re-ordenamento espacial. Essa resistência é a marca de um grupo que não quer ceder à “intencionalidade dominante”, à lógica de organização do modo capitalista de produção.

Esse ordenamento que disciplina o espaço não é, segundo Moreira, um consenso. Aqueles que não se identificam com esse espaço, com essa ordem, tendem a questioná-lo. Tem-se assim, o surgimento do *contra-espaço*, que é a

manifestação espacial da contestação daqueles que se expressam contrários aos movimentos hegemônicos.

O contra-espço tem um caráter diverso em seu conteúdo e formas. É contra-espço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar, por meio do qual põem em questão a ordem espacial como a forma hegemônica de espaço, determinando os modos de vida, os que vivem embaixo e dentro dela. (MOREIRA, 2002, p. 63).

Se a favela é o contra-espço, os veículos de ordenamento urbano estatal, como o Favela-Bairro, se constituem em um instrumento da tentativa de garantir a rendição desse contra-espço ao espaço urbano. Contudo, o contra-espço resiste, ele se faz presente nas ações dos indivíduos, como na resistência da atividade pesqueira, por exemplo.

Torna-se notório que a relação entre sociedade e espaço não ocorre de forma independente do contexto histórico no qual se encontra mergulhada essa sociedade. Utilizamos aqui uma reflexão feita por Milton Santos sobre a relação espaço-tempo, onde ele traz à tona um debate sobre a heterogeneidade das formas existentes no espaço. A idéia central aqui é não deixar de considerar o fato de que os objetos espaciais não são todos do mesmo período, possuem idades diferentes, perfazendo o espaço como uma acumulação desigual de tempos. Isso ocorre porque “a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, há uma superposição de traços de sistemas diferentes, exceto no caso de espaços virgens, tocados pela primeira vez por um impacto modernizador cuja origem se encontra em forças externas” (SANTOS, 2004, p.209).

Santos considera o espaço social como um acúmulo de tempos passados. Assim, a resistência da pesca na Quinta do Caju é a marca desse processo de acumulação desigual, que ocorre ao longo do tempo. A Quinta do Caju é um lugar fortemente marcado pelas mudanças impostas pela atividade portuária e pela indústria naval, vê-se, que apesar de toda limitação, econômica, espacial e cultural que a pesca sofreu com a chegada dessas novas atividades - que invadem a

paisagem e a vida dos moradores da Quinta do Caju – que a pesca sobrevive, como uma marca da paisagem e da identidade local.

Dizendo isso, podemos afirmar que os elementos que ordenam o espaço urbano resultam diretamente de um conjunto de eventos que ocorrem de forma interligada com as ações passadas e futuras, que organizaram, organizam e organizarão o espaço urbano. É essa combinação de processos espaço-temporais desiguais que legitima a especificidade do lugar, garantindo-lhe uma característica que lhe será peculiar, transformando-o em um espaço único na sua relação histórica e dialética com a sociedade que o integra.

David Harvey, ao analisar a influência da compressão tempo-espaço no modo de vida das pessoas e nas suas percepções sobre o tempo e o espaço, mostra que a acumulação flexível atua no tempo e no espaço, criando valores estéticos e culturais (HARVEY, 2001, p.177). As tecnologias, o constante processo de automação e a disputa acirrada pelo mercado, que faz com que exista a necessidade de uma nova organização do território, é um reflexo da busca por novos espaços, onde o processo de acumulação encontre menor resistência, onde a mão-de-obra seja farta e de baixa remuneração. Para Harvey, essas mudanças provocadas pela nova forma de organização industrial se refletem na vida social e política e pedem passagem para um “regime de acumulação inteiramente novo”.

*A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2004, p. 140)*

Assim, a produção do espaço torna-se um fenômeno econômico e político, onde a apropriação do capital se dá de forma desigual. A “mercadificação” do espaço

torna-se irrepreensível, já que não é possível uma política do espaço desvinculado das relações sociais, e a própria sociedade encontra-se dominada pelo poder do dinheiro e do capital.

A crise de uma atividade econômica em um determinado espaço, gerada pela própria (re)organização das forças produtivas, causa um desequilíbrio social que só poderá ser resolvido se ocorrer a inserção de uma nova atividade. Essa crise não significa necessariamente o desaparecimento de uma atividade, mas a sua perturbação, causada por uma necessidade que o processo de acumulação capitalista possui de passar às etapas superiores. O que verificamos é que, de modo geral, “as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior”. (HARVEY, 2005, p. 47)

As crises, às quais estão sujeitas as atividades que organizam o espaço, transferem-se para o próprio espaço, desorganizando-os e os reorganizando-os segundo uma nova lógica. O exemplo da Quinta do Caju é emblemático. Verificamos a existência de um espaço nitidamente organizado pela atividade pesqueira, que, ao encontrar entraves produzidos pelas novas atividades impostas pela expansão das indústrias e da atividade portuária, sofre concomitantemente essa reorganização.

De acordo com Corrêa, “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço é inteligível através da sociedade”. Ou seja, não há separação entre sociedade e espaço, porém, o espaço não se constitui apenas em reflexo social, ele se apresenta com um fator social. Nesse sentido, para Corrêa, a marginalização espacial ocorre por razões econômicas, políticas ou culturais, que podem alterar a importância do lugar, “deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava”. (CORRÊA, 2003, p. 26). Os usos destinados ao espaço se constituem em elementos fundamentais nessa reflexão, são determinantes no processo de marginalização, marcando de forma decisiva o processo de segregação sócio-espacial.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORREIA, 2004, p. 7)

Para Corrêa, o espaço urbano é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, havendo uma relação entre essas partes, mesmo que de forma inconstante. Assim sendo, ele afirma que esse espaço urbano nada mais é do que um reflexo da sociedade que, sendo segregada, também constrói espaços igualmente segregados. Essa segregação é o reflexo da disposição das atividades fixadas nesse espaço, que podem vir a sofrer alterações de acordo com a lógica de organização do capital. Como essa organização obedece a uma lógica que é cada vez mais vinculada a uma escala global, os indivíduos vêm seu espaço desregulado por uma força que é externa, mas que se apropria das especificidades de cada lugar de acordo com a sua conveniência. A atuação dessas forças externas no lugar é responsável, segundo Milton Santos, por uma esquizofrenia.

Tal esquizofrenia se resolve a partir do fato de que cada pessoa, grupo, firma, instituição realiza o mundo à sua maneira. A pessoa, o grupo, a firma, a instituição constituem *o de dentro do lugar*, com o qual se comunicam sobretudo pela mediação da técnica e da produção propriamente dita, enquanto o mundo se dá para a pessoa, grupo, firma, instituição como *o de fora do lugar* e por intermédio de uma mediação política. A mediação técnica e a produção correspondente, local e diretamente experimentadas, podem não ser inteiramente compreendidas, mas são vividas como um dado imediato, enquanto a mediação política, freqüentemente exercida de longe e cujos objetivos nem sempre são evidentes, exige uma interpretação filosófica. (SANTOS, 2002, p. 115)

Os lugares se tornam esquizofrênicos porque são responsáveis pelo desaguadouro dos vetores da globalização, que se instalam de forma obrigatória,

responsável pela produção em massa de uma pobreza, pela exclusão de um grande contingente populacional da cidade, que se encontra espacialmente marginalizados.

A segregação nada mais é do que a concentração de um determinado tipo de população em uma porção de território. A essa porção, é atribuída uma identidade própria que a caracteriza e a individualiza física e culturalmente (Corrêa, 2004, p 59).

Segundo Pedro Hespanha (2002), que trabalha sobre a ótica das mazelas causadas pelo processo de globalização, a tendência é de que o mundo caminhe para um elevado grau de desigualdade, concomitantemente com o avanço dos mercados e da tecnologia, “e isso é tanto verdade para os países do Sul como para os do Norte”. Para Hespanha, existe uma disposição natural de aproximação entre a estrutura social dos países industrializados do Norte e do Sul, pois para o capitalismo, há uma lógica de rejeição, onde os que não conseguem se integrar à sua filosofia são simplesmente excluídos (HESPANHA, 2002, p. 161). A cidade se torna a expressão dessa exclusão pela sua capacidade concentradora. A urbanização promove a ocupação desigual do espaço, tornando visíveis os efeitos da segregação.

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”, conforme aponta Castells (1983). É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano. (CORRÊA, 2004, p. 60)

A segregação espacial urbana é o simples reflexo dessa desigualdade existente no centro do antagonismo de classes, não se consegue compreender o processo de segregação residencial a qual está exposto o espaço urbano, sem passarmos pelo caminho trilhado pela estruturação da sociedade capitalista e sua divisão e classes.

Uma cidade fragmentada, como a cidade do Rio de Janeiro, possui vários níveis de segregação, pois, para Ribeiro (1996), o processo de segregação pode ser identificado de acordo com as mais variadas categorias socioeconômicas.

...nas áreas periféricas encontramos maior presença de segmentos populacionais negros, mais jovens, menos escolarizados e exercendo atividades da “economia urbana da

sobrevivência”, portanto inseridos em ocupações informalizadas, precarizantes e de baixo rendimento. (RIBERO, 1996, p. 172).

Essa “economia urbana da sobrevivência” diz respeito às atividades relacionadas principalmente ao setor terciário (comércio e serviços), que muitas vezes são exercidas na informalidade, garantindo assim rendimentos inferiores e irregulares a quem as exerce. Existiria então uma diferenciação entre o núcleo da cidade (que corresponde à parte central, onde encontramos os melhores indicadores sociais) e a periferia (o lugar das ausências, com baixos indicadores sociais). Trataremos as questões referentes aos indicadores sociais e a relação entre a renda e os setores da economia encontrados nos espaços segregados do bairro do Caju no capítulo III.

Notamos que, na cidade do Rio de Janeiro, a diferenciação entre a periferia e o centro se transfere para o interior das próprias áreas centrais, formando a oposição entre o bairro e a favela, que surge com a necessidade que os segmentos mais excluídos do mercado de trabalho possuem de morar próximo ao centro produtivo (MIGON, 2003, p.14).

Lembramos que Abreu chama a atenção para o fato de que, ao se estudar a evolução de uma sociedade no tempo, é fundamental que se tenha como ponto inicial da pesquisa a categoria modo de produção. Porém, segundo Abreu, se a pesquisa se restringir a um espaço de tempo relativamente curto, contemplando uma área geográfica também específica, a categoria teórica a ser utilizada é a formação social. Para Abreu, formação social pode ser definida como a maneira pela qual os processos que formam o modo de produção são historicamente e espacialmente determinados (ABREU, 2006, p. 16).

As desigualdades são, na verdade, o resultado de uma diferença no grau de velocidade com que esses espaços sociais são ocupados e regidos pelos seus respectivos modos de produção.

A evolução não sincronizada das estruturas que compõem a formação social tem papel importante no seu desenvolvimento. É exatamente essa a responsável por alterações importantes na organização social, por transformações na divisão social do trabalho. A evolução mais rápida de uma das estruturas, por

exemplo, pode levar ao aparecimento de novas funções a serem desempenhadas pela sociedade sem que haja, de início, grandes modificações nas demais estruturas. Com o tempo, entretanto, as contradições irão se acumular, e esse grau de defasagem terá que ser ajustado. Passa-se então de um momento de organização social para outro. (ABREU, 2006, p. 16).

Na Quinta do Caju, observamos que as mudanças ocorridas na organização espacial - antes influenciada diretamente pela atividade pesqueira, e, posteriormente, fortemente vinculada à atividade industrial - causaram uma defasagem no que diz respeito à organização do espaço em relação às novas atividades. O que resta é uma tentativa do poder público, por meio de projetos urbanísticos, de incorporar esse espaço ao novo modelo de atividade que passa a dominar esse espaço. Na Quinta do Caju, a expressão máxima dessas intervenções do poder público se faz presente na forma do Programa Favela-Bairro, ao qual dedicaremos algumas linhas adiante.

Esse debate se faz necessário pelo simples fato de que o nosso objeto de estudo, a Quinta do Caju, se constitui em um desses espaços de exclusão, resultante do modelo desigual de apropriação do espaço pelas ações do capital. Essa desigualdade é, para Barbosa (2004), “a expressão das relações de dominação e subordinação”, imposta por determinados atores sociais, sendo promovida pela relação estabelecida diante da valorização da propriedade privada e da imposição da divisão do trabalho, onde prevalecem os interesses do capital em detrimento do interesse público. Ao tratarmos das desigualdades, nos vemos diante de um quadro conflitante, desenhado pela contradição e dominação de uns sobre outros.

Após esse debate, podemos afirmar que o espaço urbano não é algo indiferente às desigualdades sociais. Além disso, é preciso compreender que tanto a questão que envolve a territorialidade dos grupos sociais quanto o processo de desterritorialização são produzidos pela crescente exclusão desses grupos economicamente desfavorecidos. De acordo com Souza (1995), o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, poder esse que segrega a população de baixa renda em regiões caracterizadas pela ausência de infra-estrutura, que rouba do cidadão o direito à cidade.

Segundo Haesbaert (2002, p. 29), podemos distinguir cinco versões para o processo de desterritorialização. A *primeira* seria aquela provocado pelo domínio das redes; porém, de acordo com o autor, essa versão ignora o fato de que as redes e a mobilidade provocada por elas são componentes indissociáveis do território. A *segunda* versão diz respeito à perda de referências espaciais, onde ignora-se o fato de que mesmo o espaço “virtual” não pode existir sem as bases materiais. A *terceira* estaria relacionada à perda de poder e controle social, onde a crise do papel do Estado levaria a uma crescente desterritorialização. Contudo, o que se presencia nos dias de hoje é uma crescente atuação do Estado como elemento de organização do território. A *quarta* versão está relacionada à capacidade de mobilidade das grandes corporações, que ignorariam os velhos fatores locacionais. Entretanto, para o autor, as condições locais não desapareceram, apenas mudaram seu conteúdo, pois a capacidade de mobilidade dessas corporações só fez aumentar a valorização do poder de localização das mesmas. A *quinta* e última versão é aquela relacionada ao processo de desterritorialização provocada pela “crescente homogeneização cultural do planeta”. No entanto, esquece-se aqui de que o que ocorre é uma união entre a homogeneização do global e a heterogeneização do local.

Haesbaert reforça a idéia de que co-existem duas “visões” distintas e bastante comuns de desterritorialização, que se apresentam de forma bastante antagônica.

A primeira é aquela que diz respeito à debilitação das bases materiais na dinâmica social, uma espécie de desterritorialização “do alto” ou “superior”, especialmente vinculada às categorias sociais mais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados. A segunda, num outro extremo da pirâmide social, é a desterritorialização “de baixo” ou “inferior”, pois envolve alguns grupos mais expropriados, aqueles que não só estão alijados do acesso a este mundo “imaterial” do chamado ciberespaço, como estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o de “terra”, “terreno”, como base material primeira da reprodução social. (HAESBAERT, 2002, p. 31)

Apesar de afirmar que a desterritorialização nunca é totalmente desvinculada dos processos de re-territorialização, a instabilidade e fragilização territorial se fazem

mais presentes entre os grupos excluídos e segregados, que se apresentam “impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 312)

Trazendo essa discussão do processo de desterritorialização para a análise da estrutura socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (1986, p. 90) afirma que “ocorre uma tendência à diminuição das grandes distâncias sociais que separavam as áreas periféricas do conjunto metropolitano”, pois, para ele, há uma aproximação do perfil social de alguns bairros da Zona Oeste e de municípios da Baixada Fluminense em relação a áreas superiores da cidade do Rio de Janeiro. Mas, por outro lado, ocorre um aumento da “distância das áreas superiores em relação ao conjunto da metrópole”, principalmente em função de uma mudança na estrutura social, onde se percebe que, em alguns bairros, ela “corresponde à saída de pessoas que exercem ocupações inferiores e à entrada simultânea de pessoas pertencentes a categorias ocupacionais superiores”.

Para Ribeiro (1986, p. 90), a valorização patrimonial dos imóveis provoca uma mudança na estrutura social, estimulando um “processo de renovação social realizado pelo mercado imobiliário” e garantido pelo forte poder de mobilidade da elite. Esse poder de mobilidade não é compartilhado pela parcela mais pobre da população, que se vê obrigada a se distanciar das áreas centrais por conta da dificuldade de acesso ao solo urbano nas áreas privilegiadas pela especulação imobiliária. As mudanças dos usos do espaço urbano, tanto promovidas diretamente pelos atores do processo de produção capitalista, como também estimulada pelo próprio Estado, fomenta uma revalorização desses espaços, onde as camadas mais pobres não possuem condições de arcar com a elevação dos custos da habitação.

Imaginamos ainda aqui a forte ligação dos pescadores da Quinta do Caju com a Baía de Guanabara e a significativa perda de acesso ao mar que ocorreu por conta de inúmeros aterros promovidos pelas empresas ligadas às atividades portuárias e militares, e a influência direta de mudanças na estrutura do lugar, provocadas por projetos governamentais, como o Programa Favela-Bairro, que ainda discutiremos adiante.

#### 1.4 – O lugar: espaço da esperança e ator contra-hegemônico.

“O lugar é segurança e o espaço é liberdade...”

(TUAN, 1983, p. 3)

A importância da definição do conceito de lugar se justifica pelo fato de pensarmos que a cidade, enquanto espaço da liberdade, mas também enquanto espaço da insegurança, não nos explica as relações e os conflitos que ocorrem nos diferentes recortes, fragmentos desse espaço urbano. Reconhecemos que o conceito de lugar possui uma imprecisão garantida pela possibilidade de o definirmos em escalas diversas, que pode ir desde um canto em uma sala até um planeta no sistema solar, porém estaremos trabalhando aqui com o referencial urbano, tendo a cidade como ponto de partida, teremos uma delimitação para a nossa análise desse conceito.

De acordo com Tuan (1983), os lugares são os centros aos quais atribuímos valor. É no lugar que satisfazemos nossas “necessidades biológicas”, onde mantemos nossas relações com outros indivíduos, é a nossa referência no que diz respeito à afetividade que temos com o espaço. Assim entendemos que não se pode separar o bairro da cidade, pois não existe o lugar sem o espaço.

As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas umas sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6)

O lugar seria o espaço da lentidão, onde as relações se estabelecem e se reafirmam em um tempo bem diferenciado do ritmo frenético e esquizofrênico da grande cidade. O lugar é o espaço da familiaridade, da identidade, da sensação de

estarmos em casa. Com a esquizofrenia da cidade, temos a impressão de que os lugares estão cada vez mais ameaçados pelo poder da organização globalizante. Como já discutimos anteriormente, o lugar é esquizofrênico porque acolhe, tanto os vetores da globalização, quanto produz uma contra-ordem, resultante do processo acelerado de produção de exclusão (SANTOS, 2002, p.114). Essa ordem *globalitária* parece não deixar mais espaço para o lugar, para a pausa, para a lentidão.

Como as técnicas hegemônicas atuais são, todas elas filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado, essa amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de idéias científicas, indispensáveis à produção, aliás acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas. (SANTOS, 2002 b, p. 53)

Esses vetores do processo autoritário, que atuam em favor das ações globalizantes, impõem as regras do novo modelo de produção e organização do mercado e do consumo, fazendo surgir um totalitarismo, que serve como solo fértil para o processo de acumulação capitalista. Segundo Santos, a própria competitividade, característica marcante da economia de mercado, não se restringe à ação do capital, ela é transferida para as relações pessoais, vira uma regra de convivência entre os indivíduos e, com ela, vem à reboque um afrouxamento dos valores morais (SANTOS, 2002 b, p. 57). Esse globalitarismo nada mais é então do que uma conseqüência de discurso único, o discurso do mercado. Para Harvey, não é só a competição que define o capitalismo, mas o modo específico de competir em sua inserção nos demais processos evolutivos, existe uma necessidade de fazer com que apenas um tipo de competição prevaleça, a competição que ocorre em mercados livres, onde se respeita o direito à propriedade privada e à liberdade de contrato. (HARVEY, 2006, p. 276)

Todavia, como o próprio Milton Santos afirma, o “mundo” não tem como regular os lugares (SANTOS, 2002 b, p. 113). Os lugares representam o mundo, mas o fazem de modo específico, individual e repleto de diversidade. Aliás, a própria

singularidade dos lugares é a característica global. Entendemos que essa especificidade do lugar é, ao mesmo tempo, o motor e a pedra no sapato dos agentes globalitários, é o lugar o espaço de produção dos agentes contra-hegemônicos, capazes de transformar as regras que induzem à *globalização perversa*<sup>1</sup>.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, Isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. (SANTOS, 2005, p. 142)

Quem comanda a território das redes são os agentes da globalização, diferentemente dos agentes do espaço banal, que são estabelecidos a partir das suas relações diretas com o lugar, onde vivem e sentem cada parte desse espaço, que é o espaço habitado, das ações de territorialidade.

---

<sup>1</sup> Para Milton Santos, podemos dividir o mundo em três vertentes: o mundo tal como nos fazem crer, a globalização como fábula, onde acredita-se na existência de uma aldeia global, em que existe uma difusão instantânea de notícias que informa e integra todos os indivíduos; o mundo como é, a globalização como perversidade, que exclui os indivíduos, contribui para os elevados índices de fome, mortalidade e miséria; e o mundo como pode ser, uma outra globalização, onde se poderia fazer uso das bases materiais, nunca tão capazes como no mundo atual, para a construção de uma humanidade com menos desigualdades. (SANTOS, 2002)

## CAPÍTULO II

### **2 - O BAIRRO DO CAJU E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA QUINTA DO CAJU: ASPECTOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS.**

#### **2.1 – O bairro do caju: um pouco de história.**

O início da ocupação do bairro do Caju teve como um dos principais fatores os aspectos naturais, que conceberam à área vantagens para o desenvolvimento da pesca. De acordo com Lysia Bernardes (1950), a concentração de colônias de pescadores em áreas no entorno de baías, como a Baía de Guanabara, deve-se ao fato de elas se constituírem como locais protegidos das intempéries da natureza, onde há fartura de peixes que procuram as águas rasas e paradas para a reprodução. Segundo a autora, o tipo de pesca realizada em áreas como a do Caju era denominada pesca interior, muito praticada pelos indígenas e europeus. (BERNARDES, 1950, p. 17)

Observe a seguir a paisagem retratada em um antigo cartão postal da Ponta do Caju (Foto II). A imagem deixa claro que o lugar possuía uma movimentação garantida pelas embarcações que ali atracavam. Por mais que não esteja nítido que se trate de pescadores, imaginamos que não havia, nesse período, nenhuma outra atividade no lugar que despertasse o interesse de barqueiros pela área. Mesmo não possuindo registro de data ou autoria, achamos relevante a sua exposição, pois a relevância se apresenta na particularidade de que as imagens possuem o poder de mexer com nosso imaginário.



**Foto II** – Antigo Postal do Caju (sem registro de autoria ou data). Fonte: <http://img.mercadolivre.com.br/jm/img>. Acesso em: 05 de abril de 2008.

Segundo Bernardes (1990), o Caju, ocupado inicialmente por índios, se tornou também local de moradia de homens brancos, entre eles muitos marinheiros, militares foragidos e fugitivos da justiça, que acabavam se dedicando à atividade pesqueira. Apesar da diferença étnica, esses pescadores apresentavam características comuns no que diz respeito à forma de vida e às condições materiais de existência. As habitações, em sua maioria, eram construídas sobre palafitas<sup>2</sup> de madeira e compostas por um número mínimo de cômodos, indicando os escassos recursos dessa população.

Essas características vão se constituir em um elemento marcante na construção da paisagem do Caju, alcançando interferências inclusive na organização atual do lugar, como veremos mais adiante.

De acordo com Abreu (1997), com a transferência da Capital da colônia portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, em virtude do deslocamento do eixo das atividades produtivas (especialmente a mineração) do Nordeste para o Centro-Sul, o papel vital do porto do Rio de Janeiro - como único escoadouro legal da produção aurífera das regiões das “Gerais” - proporcionou um crescimento acelerado

---

<sup>2</sup>Estacaria que sustenta habitações lacustres, e que acabaram por nomear esses tipos de habitações que se localizam em áreas alagadas que se utilizam desse recurso.

da população local, que aumentou de cerca de 12.000 habitantes, em 1713, para 30.000 habitantes, em 1760. Esse aumento demográfico acarretou a expansão da cidade do Rio tanto para a direção sul (Lapa e Gloria), quanto para a direção oeste (em direção do Campo de Santana).

Contudo, esse crescimento não se reflete, inicialmente, em todo o espaço ocupado pela cidade. Apesar de todo desenvolvimento e expansão do Rio de Janeiro, a área do Caju permaneceu à margem desse processo, uma vez que a principal forma de comunicação do bairro do Caju com o porto do Rio ainda se dava por via marítima. Esta situação sofreria sua primeira modificação a partir de 1808, como chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa. Com a elevação da cidade à nova sede da coroa portuguesa, fez-se necessária a implementação de toda uma infra-estrutura que inexistia no Rio de Janeiro. Assim, novos caminhos foram abertos e ruas foram retificadas, permitindo a expansão da cidade para algumas áreas até então pouco procuradas ou inacessíveis.

Nesse contexto, lembramos o fato de que o bairro do Caju teve a singularidade de abrigar o primeiro balneário da Cidade, pois foram as águas, até então limpas, da Baía de Guanabara que fizeram com que o Príncipe Regente Dom João VI e seu filho Pedro I tomassem banho de mar em uma pequena edificação construída em 1817, reconhecida hoje como ponto histórico mais importante do bairro, a chamada Casa de Banho de D. João VI<sup>3</sup>. Esse episódio fez com que se espalhasse na Corte a moda do banho de mar, desenvolvendo a região do Caju. Porém esta região era considerada como um prolongamento privilegiado de São Cristóvão, situação de dependência que só em meados do século XX, seria revertida, em parte, com a formação do bairro do Caju (Bernardes, 1990).

Após estas poucas palavras, podemos perceber que se trata da análise de um dos bairros mais antigos da cidade do Rio de Janeiro, e que possui especificidades e peculiaridades próprias de seu processo de ocupação. Como na época do império, o Caju ficou conhecido pelos banhos de D. João VI. É comum encontrarmos, entre

---

<sup>3</sup> O prédio é um exemplar da arquitetura do século XIX, tombado pelo IPHAN em 1938 e restaurado pela COMLURB em 1996 para abrigar o Museu da Limpeza Urbana. Além de contar parte da história desta cidade, o prédio funcionou com um marco inicial para a ocupação da região do Caju.

alguns relatos, curiosidades no que diz respeito aos banhos da família real no Caju, como nesse artigo de 1943, de Escragolle Doria, na *Revista da Semana*:

No Rio de Janeiro, nele já habitante da Quinta da Bôa Vista, o Príncipe Regente tratou de escolher sitio para banhos de mar, no que peze a opinião de apresentar o príncipe como anto-higienista acabado. Buscar a praia, estabelecer nela balneario e ficar em seco parece rematado absurdo. (DORIA, 1943)

A Casa de Banhos de D. João VI, que atualmente abriga o museu da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) hoje se constitui em uma das poucas opções de programação cultural no bairro (vide foto III). Em 1817, D. João VI tomava seus banhos de mar por indicação médica, porém, como não havia uma instalação adequada para receber um membro da corte, D. João VI freqüentava, nessas ocasiões, a casa da família Tavares Guerra, que ficou conhecida como Casa de Banhos, na praia do Caju (SÁ, 1985).



**Foto III** - Casa de Banhos, atual museu da COMLURB. Fonte: [http://oglobo.globo.com/fotos/2008/03/01/01\\_MAA\\_casa.jpg](http://oglobo.globo.com/fotos/2008/03/01/01_MAA_casa.jpg). Acesso em: 6 de maio de 2008.

Atualmente, a Casa de Banhos perdeu sua proximidade com o mar, e já não é possível, dela, avistar as águas da Baía de Guanabara. Os constantes aterros e até mesmo a construção da Ponte Rio-Niterói impedem que, a partir do casario histórico, se acesse ao mar.

Ao longo da costa, e de acordo com Abreu (1997), impulsionadas pela construção imperial, estabeleceram-se várias comunidades de pescadores, algumas das quais ainda permanecem no local. Esta descrição nos deixa uma dúvida, pois, como vimos, segundo Bernardes (1990), os pescadores foram pioneiros na ocupação do lugar. Entretanto, segundo Abreu (1997), essa tese não se confirmaria por completo, pois, para o autor, os pescadores se estabelecem posteriormente à chegada da Família Real. Contudo, permanece a certeza da importância da construção da então Casa de Banhos para o desenvolvimento do lugar. E justamente pela peculiaridade de servir como local de banho da família real, a região do Caju passou a ser conhecida como São Cristóvão Praieiro, e se desenvolveria muito na primeira metade do século XIX, em função da fixação da família imperial.

Favorecido pelo privilégio de abrigar a residência da família real, o velho arraial de São Cristóvão passou também a ser procurado pelos que tinham poder de mobilidade. Isso, entretanto, só foi possível depois que a Câmara Municipal mandou aterrar a parte do Saco de São Diogo (...). Resolvido o problema da acessibilidade, o bairro rapidamente viu multiplicadas as moradias ricas, fenômeno que se estendeu, embora em grau mais modesto, até a ponta do Caju. (ABREU, 1997, p. 37)

Outro ponto importante que não se pode descartar diz respeito aos efeitos da construção do cemitério para o bairro. Em 1838, a Santa Casa da Misericórdia iniciou a compra de um terreno no bairro para a construção de um cemitério. Em 1850, é proibida de forma definitiva, a utilização de conventos e capelas para enterros, o que promoveu a conseqüente inauguração de mais três cemitérios até 1855: o de São João Batista em Botafogo, o de São Francisco de Paula no Catumbi, e finalmente, o de São Francisco Xavier, administrado pela Santa Casa, este situado na ponta do Caju. A partir dessa época, este cemitério se tornaria ponto de referência do bairro, tornando-se também um elemento importante de especificidade geográfica, marcando de forma significativa a paisagem do lugar, muito associada ao cemitério. Fica, assim, estabelecida a separação e a alteridade entre o bairro Imperial de São Cristóvão, que então já apresentava um ritmo acelerado de urbanização e industrialização, e a Ponta do Caju (ABREU, 1997).

A topografia do Caju com o tempo sofreu modificações. A chamada ponta do Caju formava istmo ligado a S. Cristóvão pela fazenda do Morundú, fazenda que de vivos passou a mortos. No seu sólo cavam-se as sepulturas das necrópoles privadas, das Ordens do Carmo, de S. Francisco da Penitência, e também se aprofundam as covas da necrópole pública a cargo da Santa Casa da Misericórdia. Os três cemitérios visinham [sic] estreitamente, moradas coletivas de paz que, alta noite, dispensam a visita de ladrões de especialidade mortícola e profanadora. (DORIA, 1943)

O parágrafo acima sugere a presença degradante do cemitério, explicita de forma direta a associação feita entre o bairro do Caju e as atividades funerárias, garantindo ao lugar uma imagem pouco convidativa a visitas.

Somente a partir de 1840 - com a implementação dos bondes puxados por animais, e a instalação de uma linha de navegação costeira, em 1844, que integrava a região às demais áreas da cidade - ocorre de forma definitiva a ocupação do bairro, processo que se desenvolve de forma desordenada, e que deixaria marcas significativas na construção da identidade do bairro (O GLOBO, 1989).

Na segunda metade do século XIX, segundo Abreu (1997), o rápido aumento das exportações de café e a progressiva integração do Brasil nas correntes do mercado internacional colocaram o Rio de Janeiro, especialmente seu porto, em lugar de destaque no comércio mundial. O aumento da atividade marítima e portuária teria impactos na área do Caju, provocando a expansão dos Trapiches (armazéns à beira do mar onde se guardavam gêneros desembarcados ou a embarcar) e, conseqüentemente, a dinamização econômica do lugar.

Restava apenas o surgimento do elemento chave que, até os dias de hoje, permanece como registro na paisagem do bairro, a implementação da atividade industrial, verificada a partir de meados do século XIX. É a partir desse momento que se inicia um tipo de ocupação que se tornaria marcante para a história do lugar, superando, inclusive, os banhos de D. João.

Além do cemitério, constroem-se hospitais e inicia-se o surgimento de várias fábricas, entre elas, a própria indústria têxtil, a indústria bélica e a construção naval, para falar das mais imponentes. Com a consolidação da atividade portuária na região,

o bairro do Caju passa a abrigar, além das instalações portuárias, várias indústrias que buscam se beneficiar da proximidade com o porto do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XX, mantém-se a atividade industrial e o bairro passa a funcionar como área de apoio ao porto, com os pátios para guarda de *containers*. Ainda hoje, existem quatro cemitérios, estaleiros, concreteiras, pátios de *containers*, área da COMLURB, Área da Estação de Tratamento de Esgoto da Alegria, Companhia de Docas do Rio de Janeiro, terminal rodo-ferroviário, quartéis do Exército e da Aeronáutica, antigo cais pesqueiro, hospitais etc. (ANDRADE, 2004, p. 65)

O Caju tornou-se um bairro industrial, guardando ainda algumas áreas residenciais, e com um número de funções que inicialmente não se identifica no imaginário do morador da cidade do Rio de Janeiro em relação ao lugar.

Podemos ainda afirmar que o mesmo porto que funciona como atrativo para a instalação de indústrias, gerando empregos de forma direta e indireta na região do Caju, também contribui para a degradação do bairro. Um dos antigos problemas enfrentados pelos moradores é justamente o tráfego intenso de caminhões de grande porte, o que, além de dificultar a circulação pelas ruas do bairro, ainda causam danos ao asfaltamento, deixando um rastro de buracos nas vias do bairro. Os moradores também reclamam da grande quantidade de caminhões e carrocerias que ficam estacionados nas calçadas e ruas, dificultando até a circulação dos pedestres.

Ao observarmos a imagem abaixo (foto IV) e, identificando a área do porto do Rio de Janeiro em destaque, vemos porque o bairro do Caju se encontra diretamente ligado à atividade portuária, pois o porto ocupa uma vasta extensão do bairro, delimitando e impedindo o acesso dos moradores a esta porção da Baía de Guanabara.



**Foto IV** – Imagem de satélite da aérea da região portuária do Rio de Janeiro. Fonte: Adaptado de google earth. Acesso em: 21 de agosto de 2008.

A implementação da atividade portuária e das atividades que lhe dão suporte, como os estaleiros, por exemplo, contribui para alterar a geografia local, pois foi responsável por uma série de aterros que mudaram o traçado do bairro, limitando a sua balneabilidade.

Com a inauguração da Avenida Brasil, em 1946, surge um outro elemento que contribui ainda mais para o isolamento do bairro do Caju em relação ao restante da cidade, já que a linha expressa tangencia o bairro, não se fazendo necessária a passagem pelo seu interior para chegar a qualquer outro ponto da cidade. Podemos observar na imagem a seguir esse isolamento.

A Avenida Brasil funciona como uma espécie de limite territorial do bairro do Caju, fazendo-o apenas ser tangenciado por todos os demais moradores da cidade que utilizam essa via (vide foto V).



**Foto V** – Imagem de satélite do bairro do Caju e a delimitação das principais rodovias que tangenciam o bairro. Fonte: adaptado de google earth. Acesso em: 13 de setembro de 2008.

Como observamos, as imagens acima (fotos IV e V) mostram a localização da Quinta do Caju, da qual ainda não nos ocuparemos diretamente no momento, mas já fazemos questão de identificar para que se possa ter uma prévia de sua localização e dos impactos que sua posição geográfica possui na formação social e econômica do lugar.

Atualmente, com uma população de 17.679 habitantes, distribuídos por 5.259 domicílios<sup>4</sup>, o bairro do Caju sofre com uma falta absoluta de qualquer projeto relacionado à sua revitalização. Localizado na Área Central do município do Rio de Janeiro; que corresponde, aproximadamente, à antiga cidade do século XIX e à atual Área de Planejamento 1 (AP1), estabelecida no Plano Estratégico do Rio de Janeiro, implementado pelo Governo municipal de César Maia, em 1994 (GALVÃO, 2001, p.12); o Caju é um dos bairros mais pobres e mais excluídos dos investimentos, sejam públicos ou privados.

Esta breve descrição do Caju não deve, de forma alguma, deixar transparecer a idéia de que a estrutura social e econômica do bairro se estabelece de forma homogênea, muito ao contrário, a característica marcante do bairro é justamente a

<sup>4</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo Demográfico 2000

diversidade. E justamente por conta dessa heterogeneidade que, apesar de acharmos de suma importância para o trabalho essa descrição da região do Caju, torna-se aqui inviável a tarefa de descrever todo o bairro, por isso, nos concentraremos agora em uma descrição da Quinta do Caju, nosso objeto de pesquisa.

## **2.2 – A quinta do caju: a formação do lugar.**

### 2.2.1 – O que é uma Quinta?

De país a país as habitações com caráter rústico recebiam denominações diversas. O *Cottage* na Inglaterra é *maison de campagne* em França, a quinta portuguesa corresponderam a chacara ou o sítio brasileiros. Por exceção perdura entre nós o vocabulo quinta. (...) O Rio de Janeiro memora duas Quintas, a da Bôa Vista depois Palacio Imperial, e a do Caju, ambas em terras bem de S. Cristovão. Esta circumscrição territorial carioca muito se apega ao nome da terebintácea de singular castanha. (DORIA, 1943)

A imprecisão do conceito de *quinta* nos trouxe uma dívida sobre a origem desse nome. Em uma breve busca na Internet, é possível verificar o quanto o termo nos remete a discussões sobre a formação das quintas fortemente ligadas às vinícolas portuguesas, conforme Martins, “já lá vai o tempo em que os vinhos tinham nomes mais ou menos poéticos. Agora, para impressionar o consumidor, convém que o vinho seja de Quinta”. Ainda de acordo com o autor, não existe, mesmo em Portugal, uma definição precisa do que seja uma quinta, o que deve, segundo ele, ser solucionado, pois “neste momento corre no sector do vinho um documento de trabalho que vai procurar clarificar o conceito de Quinta” (MARTINS, 2008). Porém, o autor chama a atenção para algumas características do que poderíamos chamar de uma “*Quinta*”.

Muito provavelmente o consumidor imagina que “Quinta” significa uma área bem delimitada, quem sabe mesmo se

murada, ou claramente dividida em relação às propriedades circundantes; com jeito até é capaz de ser uma propriedade com casa, com instalações e adega, onde se faz e engarrafa o vinho que ali é produzido. Mais importante que tudo, para o consumidor, se o vinho indica no rótulo Quinta do Sol Nascente ou Quinta do Pôr do Sol, então imagina-se que o vinho é exclusivamente produzido naquela quinta, naquela propriedade e que não há uvas ou vinhos de fora da quinta a serem comercializados com o mesmo rótulo da quinta. (MARTINS, 2008)

Nestas palavras, vemos que *Quinta* se assemelha bastante à definição encontrada na página da *wikipedia*, onde está definida como uma propriedade rural, podendo ser comparada a uma chácara ou simplesmente a uma pequena propriedade agrícola, normalmente com casa de habitação<sup>5</sup>. A necessidade de discutir o que seria uma “*Quinta*” se deve ao fato de que essa característica pode ser responsável por garantir ao lugar uma particularidade, uma característica que não sabemos se encontraremos em outra favela da cidade do Rio de Janeiro. Se o nome Quinta do Caju realmente antecede ao processo de formação da favela, vemos que existe a possibilidade de o lugar ter possuído no passado, alguma ligação direta com uma das suas principais características na atualidade, a de permanecer um lugar cercado.

### 2.2.2 – A Quinta do Caju: a história do lugar.

Iremos, a partir de agora, fazer uma reconstituição histórica do processo de ocupação do lugar, o que certamente irá ajudar na análise e compreensão dos agentes que contribuíram para a formação do espaço. Pois, localizada no bairro do Caju, a Quinta do Caju, antiga Quinta Real do Caju, definida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como favela, apresenta algumas peculiaridades que garantem sua diferenciação em relação ao restante do bairro. Entre essas especificidades do lugar, podemos incluir a sua história.

---

<sup>5</sup> Essas definições são encontradas na página da *wikipedia*, enciclopédia virtual, onde o conteúdo pode ser elaborado ou alterado por qualquer pessoa.

Segundo relatos encontrados, a Quinta do Caju era bastante freqüentada pela coroa portuguesa. Contudo, apesar das freqüentes idas de D. João VI à Quinta do Caju, não se fez necessária a construção de nenhuma residência real, pois a proximidade com a Quinta da Boa Vista, onde ficava a residência oficial de D. João VI, e a existência próxima da Casa de Banhos dispensava esse trabalho, contudo D. João ordena a construção de um cais e uma capela no local (SÁ, 1985, p. 57). A área não pertencia inicialmente à família real portuguesa, foi temporariamente cedido ao Príncipe Regente “para o fim desejado, a Quinta do Caju da qual dono Gouvêia Freire e cedente Guilherme Midosi, genro do proprietário.” (DORIA, 1943)

Encontramos, no mesmo artigo de Escragno Doria, alguns relatos de melhorias feitas na Quinta do Caju por ocasião dos banhos da família real:

Onde o Principe Regente se instalava, melhorava, dirão que para uso e gozo proprio. Não ha duvida, mas quantos são os que não sintam dentro de si os saltos da móla do egoismo. Nem a ninguem arrepie a expressão, pois o dinheiro é a guerra: tem nervo desconhecido por anatomistas.

Para bem feitoria da Quinta do Caju, o Principe Regente acrescentou-lhe um palacete na praia da vista para ilha do Bom Jesus. Destinou o palacete a residencia de verão, o estio no Rio de Janeiro em certos anos de respeito quando não doentio.

(...) A interio bem preperado, entendeu o Principe Regente, devia corresponder exterior que não destoasse. Por isso o palacete recebeu jardim onde sobressaiam as mangueiras de tanto copar quanto frutificar contentando botanicos e gulosos de frutas.

(...) Na Quinta do Caju mandára D. João VI construir capela dedicada a Santo Amaro.

(...) Nada mais resta da Quinta do Caju qual a dispoz e aformoseou D. João VI. Palacete, jardim, capela de Santo Amaro passaram para o infindavel ról das cousas idas. Tambem se foi o portão de acésso á Quinta, toda murada, sobre o portão viam-se acimadas armas reais e depois outras imperiais, por muito tempo conservadas no reinado de D. Pedro II. (DORIA, 1943)

Como podemos observar na seqüência de citações exposta acima, não existem registros arquitetônicos da ocupação da Família Real na Quinta do Caju, contudo, o nome Quinta pode nos deixar uma pista sobre a possibilidade de a Família Real ter cercado e/ou murado a área.

Embora não tenhamos encontrado, também, nenhum documento que nos dê precisão da data de ocupação da Quinta do Caju, é corrente a tese de que os pescadores foram os primeiros a se instalar nesta área. A mesma imprecisão pode ser encontrada quando se trata do contingente de imigrantes portugueses que ocuparam o lugar. Parece provável que desde os fins do século XIX houvesse pescadores portugueses concentrados nesta área, o que não constituiu um fenômeno isolado, uma vez que essa concentração era comum no entorno da Baía de Guanabara (SÁ, 1985, p. 57). A ocupação portuguesa pode ser confirmada pelos seus descendentes, que ainda permanecem no lugar. Muitos, inclusive, se dedicando à mesma atividade que seus antecedentes, a pesca.

Nas entrevistas realizadas em 1984, todas as pessoas idosas contactadas declararam descender de portugueses, alguns já instalados na colônia desde muito antes de muito antes de seu nascimento. É possível, portanto, que já na virada do século os portugueses constituíssem a maioria no local mas é certo que grande número de imigrantes chegou à Quinta do Caju na primeira e na segunda décadas deste século, com o apoio de parentes já ali instalados (SÁ, 1985, p. 57).

A presente pesquisa vem a confirmar esta característica da Quinta do Caju, pois foi constatada, em freqüentes visitas feitas ao lugar, a descendência portuguesa da grande maioria dos moradores entrevistados. Por se tratar de um espaço limitado geograficamente e de ocupação bastante antiga, a grande maioria dos moradores entrevistados também foram nascidos e criados na Quinta do Caju. A limitação espacial impediu a chegada de imigrantes de outras partes do Brasil, entre eles, os nordestinos e os negros, bastante comuns na formação da população das favelas cariocas.

Pelo fato de a vinda de novos imigrantes se encontrar amparada por familiares já estabelecidos no Brasil, era comum que os imigrantes chegados se dividissem em grupos diferenciados conforme a localidade de Portugal de qual eram originários. Na

Quinta do Caju, eram numericamente mais expressivos os imigrantes provenientes de Vieira de Leiria e Povoas do Varzim, respectivamente, ambas situadas no litoral de Portugal (SÁ, 1985, p. 58). Esse detalhe pode ter sido determinante para marcar a atividade pesqueira como um elemento de identidade com o lugar.

Ainda segundo Cristina Sá, a legislação de 1921, que nacionalizava a indústria pesqueira, trouxe, por conta desse grande contingente populacional de imigrantes portugueses, um grande problema para o lugar, já que obrigava a limitação de estrangeiros em cada barco pesqueiro a no máximo um terço da tripulação. Segundo Sr. Júlio Brum, pescador, 65 anos, nascido na Quinta do Caju, essa determinação de limitar o efetivo de trabalhadores imigrantes nas embarcações que saíam para pescar criou um conflito entre os pescadores, já que a maioria dos barcos pertencia aos portugueses e os brasileiros não possuíam a documentação necessária para o trabalho no mar, impedindo assim, o cumprimento da lei por parte dos pescadores.

Atualmente, os moradores da Quinta do Caju não possuem na pesca a sua principal ocupação, muitos trabalham em algumas indústrias localizadas no bairro do Caju, em atividades comerciais e de prestação de serviços, na própria Quinta do Caju, em atividades ligadas ao porto, etc. Porém, essas atividades não são as únicas que competem com a pesca, contribuindo com a significativa redução do contingente populacional do lugar que se dedica à atividade pesqueira. Na verdade, durante as entrevistas, não identifiquei nenhum pescador que tirasse seu sustento e de sua família exclusivamente da pesca. Segundo os pescadores, e nesse ponto, todos são unânimes em afirmar, a piscicultura<sup>6</sup> e a carcinicultura<sup>7</sup> são as principais vilãs causadoras da decadência da atividade pesqueira na Quinta do Caju, pois concorrem deslealmente com os pescados por eles, já que, para os criadores, não existe período de desova, condições climáticas desfavoráveis, ou mesmo os impactos provocados pela poluição. Mesmo assim, segundo levantamento feito pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a identificação alternativa (uma espécie de segundo nome) da Quinta do Caju, seria Colônia dos Pescadores Z-12, essa identificação é feita pelos próprios moradores, segundo o portal da Internet do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN).

---

<sup>6</sup> Criação de peixes.

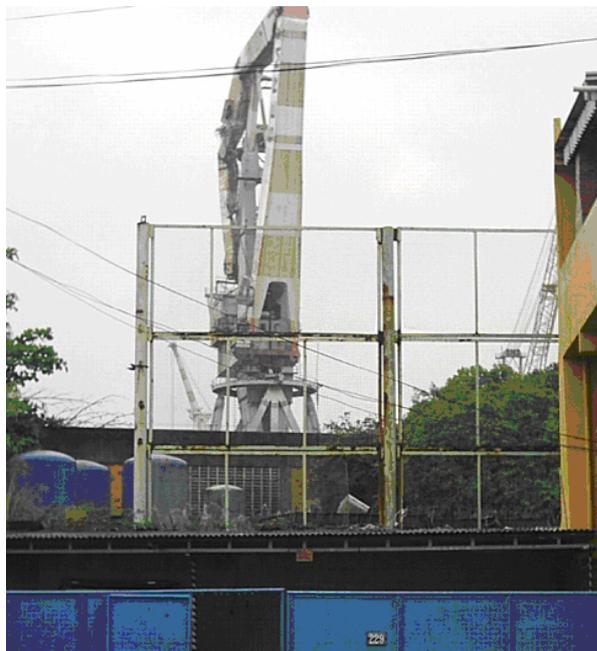
<sup>7</sup> Criação de camarões

A partir da observação da foto VI, podemos identificar o isolamento da Quinta do Caju, além da vizinhança com os estaleiros e a sua estreita ligação com a Baía de Guanabara. Nota-se que não existe nenhuma área de uso residencial vizinha à Quinta do Caju, o lugar se apresenta praticamente cercado por atividades ligadas ao porto, à construção naval ou às atividades militares, como é o caso do Parque de Materiais de Eletrônica do Ministério da Aeronáutica.



**Foto VI** – Imagem de satélite, vista aérea das instalações que cercam a Quinta do Caju. Fonte: Adaptado de google.earth. Acesso em: 13 de setembro de 2008.

A construção naval, além de contribuir para a mudança dos limites geográficos da Quinta do Caju e de interferir diretamente na economia do lugar, ainda possui uma presença marcante na paisagem local. Para termos uma idéia da presença da construção naval, podemos observar na foto abaixo (foto VII), a imponência de um guindaste que, apesar de estar fora de uso, pois se encontra quebrado, constitui-se em um traço expressivo, pois é avistado de vários pontos da Quinta do Caju.



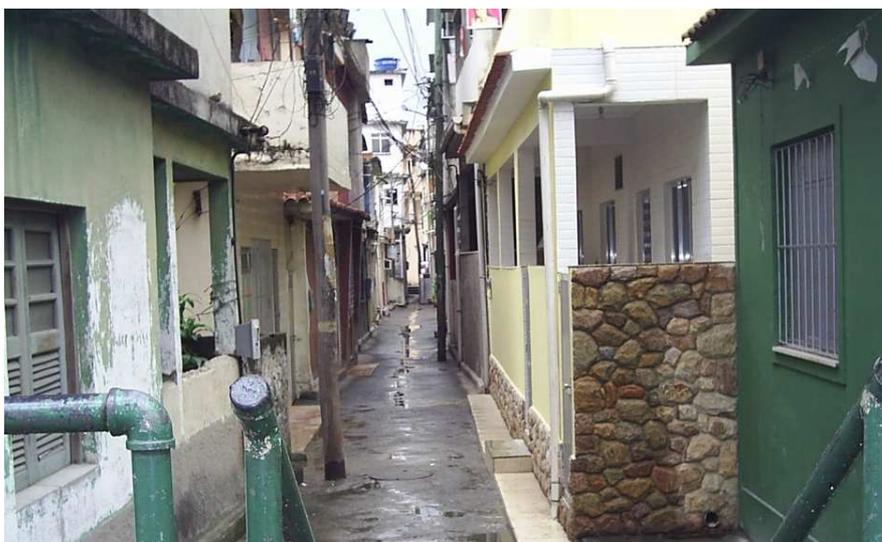
**Foto VII** - *Guindaste inativo visto da Quinta do Caju. Fonte: foto do autor, 2008.*

De acordo com os pescadores da colônia, a intensificação da indústria naval na região foi um fator que contribuiu para que muitos pescadores abandonassem suas redes em troca do trabalho no estaleiro, pois a Baía de Guanabara já não dava garantia de fartura como em outras épocas. Com a decadência da indústria naval, causadora de um grande impacto na economia do lugar, muitos trabalhadores se viram obrigados a buscar emprego fora do bairro.

Se, por um lado, a construção naval gerou empregos na região e dinamizou a economia, as atividades portuárias e seus impactos, como os aterros, por exemplo, em muito contribuíram para a crise na atividade pesqueira. Além da estrutura social, o espaço geográfico também sofreu profundas transformações na Quinta do Caju. O recorte litorâneo sofreu uma intensa alteração por conta desses inúmeros aterros. Assim, a Quinta do Caju, que era uma ponta de terra que se lançava sobre a Baía de Guanabara, acabou vendo seu litoral sendo restringido a uma estreita faixa, onde atualmente se localiza a colônia de pescadores. Antigos moradores lembram dos aterros irregulares feitos pelo estaleiro. Segundo esses moradores, os caminhões faziam o despejo do material de aterro durante a noite, para fugir da fiscalização. De acordo com os pescadores, apesar de várias denúncias feitas por eles aos órgãos

competentes relacionadas aos aterros irregulares, nada foi feito para pôr fim a esse problema.

A Quinta do Caju ocupa uma área com cerca de 55.080,26 m<sup>2</sup>, sendo constituída por “um morro e uma área plana ao seu entorno, que corresponde a antiga praia” (SÁ, 1985, p. 59). Existem três ruas, sendo a rua Circular a principal, por rodear toda a localidade. Além dela, há a rua Social e a rua Central, estas duas iniciam-se na rua Circular e direcionam-se para a parte mais alta do lugar, onde se encontram. Além dessas três ruas, existe, na Quinta do Caju, uma série de vielas e travessas que garantem o acesso, apenas à pé, a outras partes do lugar (vide foto VIII).



**Foto VIII** - Vista de uma das vielas que compõe o traçado das ruas da Quinta do Caju. Fonte: foto do autor, 2008.

A rua Circular é a que concentra a maior parte das atividades comerciais e dos serviços encontrados no lugar, sendo, por isso, a que reúne o maior número de transeuntes. A foto acima é de um dos becos vistos pela rua Circular. Observe que, mesmo localizadas nessas áreas estreitas, algumas casas dispõem de varandas.

O acesso (e única entrada direta por terra) é pela rua General Gurjão, esse aspecto garante uma peculiaridade à Quinta do Caju, fazendo com que o lugar pareça uma espécie de “condomínio fechado”. Essa entrada “única” se avizinha a

uma guarita que faz a segurança da área da aeronáutica, garantindo, indiretamente, a segurança da entrada da Quinta do Caju.

No que diz respeito aos serviços públicos, a Quinta do Caju faz jus à ausência que lhe garante o título de favela dado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Não existe nenhum posto de atendimento médico ou escola na Quinta do Caju, apenas a Creche Municipal Quinta do Caju faz as honras da presença de equipamentos públicos no lugar (vide foto IX).



**Foto IX** - Creche Quinta do Caju. Fonte: foto do autor, 2008.

Segundo o senso do IBGE/2000, a Quinta do Caju possui um total de 2046 moradores, distribuídos em 641 domicílios. E é justamente em relação a esses domicílios que encontramos uma outra particularidade do local, que são as casas de madeira. Essas casas se apresentam como *rugosidades*<sup>8</sup>, marcas de um tempo onde se era proibido construir casas em alvenaria.

Como podemos observar na foto a seguir (foto X), a casa de madeira dificulta o processo de *verticalização*<sup>9</sup>, bastante comum em favelas cariocas, já que sua estrutura foi construída para suportar apenas um pavimento. Além disso, é comum

---

<sup>8</sup> As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho.

<sup>9</sup> Fenômeno característico das grandes concentrações urbanas, onde a ausência de possibilidades de expansão horizontal leva a necessidade de construções com mais de um pavimento. Esse fenômeno também é muito comum em favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde o espaço costuma ser bastante valorizado.

encontrarmos espaço externo nas residências de madeira, como varandas, jardins e até garagem.



**Foto X** - Casa em madeira, com quintal, uma característica marcante na paisagem da Quinta do Caju. Fonte: foto do autor, 2008.

As construções em madeira encontradas na Quinta do Caju em nada se assemelham aos típicos barracos encontrados em favelas de ocupação mais recente, normalmente erguidos com restos de materiais de construção. Ao contrário, algumas das casas de madeira da Quinta do Caju possuem dimensões bastante superiores à maioria das casas encontradas na favela e contam com uma estrutura bastante sólida, a prova é a sua resistência ao longo dos anos.

Em entrevista com alguns moradores encontrada em uma matéria publicada na página da Internet do projeto Viva Favela, da Organização Não-governamental Viva Rio, encontramos o relato de uma das mais antigas moradoras da Quinta do Caju.

Dona Dulcinéia se orgulha do lugar onde mora porque, diferentemente de outras favelas, o sossego por ali é total. “A gente dorme tranquilo, de janela aberta”, diz. Ela lembra ainda da praia que existia a poucos metros de sua casa, aterrada para dar lugar a outras moradias: “A gente tomava banho de mar e era muito bom”. (PEREIRA, 2004)

Além das casas de madeira, uma outra característica da Quinta do Caju, exaltada pelos moradores durante as entrevistas que fiz, e que coincide com o relato da citação acima, é a tranqüillidade que os moradores tanto exaltam. Eles são unânimes em afirmar que lá não existe tráfico de drogas, milícia, ou qualquer outro tipo de organização criminosa. A mesma reportagem entrevista também outra moradora, Dona Iraydes, que, segundo o autor, “se orgulha da sala de 25m<sup>2</sup>, dos cinco quartos, três banheiros, uma enorme cozinha, duas áreas cobertas, terraço e é uma das poucas que conta com garagem. ‘Minha mãe dizia que daqui só pro cemitério. Eu digo a mesma coisa’, jura” (PEREIRA, 2004). Observe que, como já foi exposto, as casas da Quinta do Caju, apresentam dimensões consideradas exageradas para as maiorias das favelas cariocas.

A história das casas de madeira é contada pelos próprios moradores. Segundo Pereira (2004), essas casas foram construídas em um período em que eram proibidas as construções em tijolo. O terreno pertencia a uma fábrica de vagões e era ocupado por pescadores e funcionários da fábrica. Com a falência desta, o terreno passou a pertencer à União, que, temerosa pela perda da área, passou a proibir as construções em tijolo, a fim de não facilitar a permanência dos moradores.

A proibição de obras em alvenaria se traduzia na ronda dos fiscais federais que, volta e meia, apareciam pela Quinta e nas cartas que os moradores recebiam regularmente, lembrando que o terreno pertencia à União e que a qualquer momento eles poderiam ter que deixar o local.

Em 1961, quando as visitas dos fiscais federais começaram a se tornar mais espaçadas, Thomaz resolveu burlar a proibição e erguer paredes de tijolos. “A primeira casa de alvenaria foi a nossa. O que animou o pessoal a fazer outras”, lembra Iraydes. Foi também o que levou o pai a tentar legalizar a situação. “Ele não se conformava em ter adquirido um terreno, pagar taxas à União e não ter a posse legal do lote”, conta. Seu Thomaz tanto fez que terminou recebendo intimação para abandonar o local. “Era a época do regime militar”, explica Iraydes. (PEREIRA, 2004)

Segundo relato feito por Cristina Sá, que faz um levantamento da evolução arquitetônica da Quinta do Caju, inicialmente as casas ocupavam apenas as áreas ao

redor da praia, e o caminho que as interligava circundava o morro, a atual rua Circular.

Essas casas eram de madeira, construídas lado a lado sobre estacas de madeira à beira do mar. O lado da casa onde ficava a cozinha, cuja a porta dava para a rua, era considerado como os fundos da casa, enquanto a varanda, que ficava sobre a água, era considerada como a parte da frente, ou seja, a casa estava sempre voltada para o mar, não importando que se ligasse à rua, e portanto às casas vizinhas, apenas pela porta dos fundos. (SÁ, 1985, p. 59)

Ainda de acordo com Sá, é possível que as casas da rua Circular, que se localizam na parte oposta ao mar, só tenham sido construídas mais tarde, e, posteriormente, foram construídas as casas que ocupam a parte mais elevada da Quinta do Caju. É possível também identificar uma estratificação social, pois a parte baixa foi sendo ocupada pelos donos de barcos, que possuíam uma maior renda, enquanto a parte alta foi posteriormente ocupada por pessoas de uma renda menor. Essa situação ainda se faz presente, as casas localizadas na parte inferior da favela são aquelas que dispõem de maior espaço, algumas possuem até quintais, aspecto raro em se tratando de habitações em favelas. Já as casas localizadas na parte superior da Quinta do Caju sofrem com a falta de espaço, as ruas são mais estreitas, e muitas das moradias da parte superior só podem ser acessadas por vielas e becos bastante estreitos.

A história da ocupação do lugar é marcada por lutas dos moradores pela conquista do direito à propriedade. A existência de um forte vínculo de seus habitantes com o espaço e a história de seus antepassados permeia toda a relação que eles possuem com o lugar, constituindo-se um elemento fundamental na geração de identidade. Contudo, esse aspecto será discutido mais adiante.

### **2.3 – Os indicadores sociais: uma análise das condições dos moradores da Quinta do Caju.**

Dos 17.679 moradores do bairro do Caju (IBGE, 2000), 11.458<sup>10</sup> residem nas favelas que compõem o bairro: Quinta do Caju, Parque Alegria, Parque Vitória, Ladeira dos Funcionários, Parque Conquista, Vila Clemente Ferreira<sup>11</sup>, Parque São Sebastião, Parque Boa Esperança e Parque Nossa Senhora da Penha.

É entre as comunidades de baixa renda espalhadas no bairro do Caju que encontramos as fábricas, áreas militares, estaleiros e o depósito da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). Em meio as favelas encontradas no Caju, destacamos a Quinta do Caju, que, segundo Andrade (2004, p. 64), é a comunidade mais antiga, com o início da ocupação provavelmente na segunda metade do século XIX. Essa ocupação é atribuída, sobretudo, aos imigrantes portugueses, que mantiveram a tradição da pesca trazida de seu país de origem. De acordo com Andrade (2004, p.64), “a Quinta do Caju já era conhecida por este nome no início do século XIX, quando era de propriedade particular e foi doada a D. João VI”. Porém, a ocupação do bairro do Caju pelas favelas que integram o chamado Complexo do Caju ocorre principalmente a partir do fim da primeira metade do século XX.

Na década de 1940, surgiram as favelas Ladeira dos Funcionários - ocupada pelos empregados dos hospitais - e Parque São Sebastião - ocupada pelos operários portuários. Nos anos 70, quando foi desativado o Hospital Estadual Clemente Ferreira, seus pavilhões foram ocupados por trabalhadores do Hospital São Sebastião, que os transformaram em moradias próprias. Essa ocupação consolidou-se, na década de 80, como favela Vila Clemente Ferreira. (ANDRADE, 2004, p. 65).

---

<sup>10</sup> Os dados que se referem ao número de habitantes do bairro do Caju que moram em favelas, foram obtidos na página da Internet da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no portal do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, onde são utilizados os dados referentes ao censo do IBGE de 2000.

<sup>11</sup> Não foi encontrada no portal da Internet do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, nenhuma informação sobre a Vila Clemente Ferreira, que é, para a prefeitura, uma parte integrante da favela Ladeira dos Funcionários.

Algumas das favelas do bairro do Caju foram assistidas pelo Programa Favela-Bairro, como é o caso da Quinta do Caju, do Parque Alegria, do Parque Vitória, da Ladeira dos Funcionários, da Vila Clemente Ferreira, do Parque São Sebastião e do Parque Boa Esperança. O Parque Conquista foi contemplado com o Programa Bairrinho, já o Parque Nossa Senhora da Penha não contou com os recentes programas urbanísticos da prefeitura. Dentre as favelas do Caju, a Quinta do Caju foi escolhida para dar início ao pioneiro programa de regularização das moradias. Esses programas (o Favela-Bairro e a regularização das moradias) e seus impactos serão discutidos mais adiante.

Partiremos agora para uma análise da estrutura socioeconômica das favelas do bairro do Caju. Utilizaremos aqui um estudo elaborado por Maria Isabel de Toledo Andrade (2004), onde temos uma pesquisa de grande contribuição para o entendimento da situação socioeconômica dos moradores do bairro do Caju e dos impactos provocados pela obtenção dos direitos de propriedade do solo na Quinta do Caju.

No trabalho elaborado por Andrade (2004), encontramos uma tabela onde observamos um predomínio do setor terciário nas comunidades de baixa renda do Caju. A influência desse setor é bastante elevada na economia dos grandes centros urbanos, contudo, ele é um elemento crucial na formação da estrutura econômica das áreas de baixa renda. Muitas das atividades desenvolvidas no setor terciário dentro das favelas estão relacionadas a pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, que não demandam um investimento muito grande de capital, e que nem necessitam de um grau muito elevado de qualificação profissional. Muitos desses estabelecimentos funcionam no próprio local de moradia, ou em anexos construídos pelos próprios moradores.

Como podemos observar na tabela I, o setor terciário (comércio e serviços), domina o quadro econômico das comunidades de baixa renda do bairro do Caju. A retração de atividades primárias, como é o caso da pesca na Quinta do Caju, e a redução da atividade industrial no bairro fazem com que a população tenha que se deslocar para o setor terciário.

**Tabela I - Unidades Econômicas e Instituições nas Comunidades do Caju – Outubro de 2002**

Unidades Econômicas e instituições	Parque Vitória	Parque Alegria	Quinta Do Caju	Parque São Sebastião	Ladeira dos Funcionários	Parque Boa Esperança	Vila Clemente Ferreira	Parque Conquista	Nossa Senhora Da Penha	Total
Comércio Pequena	42	39	15	37	9	163	12	21	16	<b>354</b>
Indústria	0	1	1	1	0	4	0	0	0	<b>7</b>
Serviços	11	22	5	9	3	36	5	4	2	<b>97</b>
Instituições Públicas e Religiosas Associações Comunitárias	2	2	8	2	2	3	0	6	3	<b>48</b>
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>67</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>15</b>	<b>228</b>	<b>17</b>	<b>31</b>	<b>22</b>	<b>516</b>

Fonte: Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda do Caju. In: ANDRADE, 2004.

Ao fazer essa análise, temos que ter o cuidado de salientar a dificuldade de definição dos setores da economia, dificuldade ressaltada por Milton Santos quando afirma que:

A clássica divisão em setores primário, secundário e terciário foi feita por pesquisadores ocidentais com base nas sociedades industriais. Essa classificação não leva absolutamente em consideração as sociedades subdesenvolvidas em geral e seus segmentos urbanos em particular. (SANTOS, 2008, p. 58).

Para Milton Santos, as categorias profissionais deveriam ser classificadas em uma categoria diferente da que classifica os setores da economia, pois um trabalhador como um artesão, por exemplo, poderia estar classificado no setor primário, no secundário e no terciário ao mesmo tempo. Sugerimos pensar aqui também o caso dos pescadores da Quinta do Caju, que além de pescarem, muitas vezes, são responsáveis diretos pela venda do produto, enquadrando-se tanto no setor primário quanto no terciário. Além disso, a pesquisa realizada por Andrade (2004), não trata do setor primário, e, conseqüentemente, a pesca não se encontra representada na tabela I.

Se existe uma predominância nítida do setor terciário nas comunidades de baixa renda do Caju, como explicar a resistência da pesca?

A resposta pode ser encontrada na integração dessa atividade primária no circuito da economia urbana. Quando essa integração ocorre, mesmo que haja uma perda significativa para o setor secundário, a tendência é que ocorra uma certa estabilidade da atividade primária. As atividades primárias, como é o caso da pesca na Quinta do Caju, possuem a característica de disporem de baixo investimento, contudo, como a produtividade também é proporcional ao investimento feito, isso limita a acumulação e conseqüentemente, impede a sua evolução. Destarte, mantém-se uma constante ameaça que compromete a sobrevivência desse tipo de atividade, fazendo-as sofrer com a concorrência de segmentos mais modernos (SANTOS, 2008, p. 62).

Nos dedicaremos agora a uma análise do número de moradores e de domicílios nas favelas do bairro do Caju. Esse levantamento foi feito com a intenção, a partir do número de habitantes por domicílios, de ter uma noção de qualidade de vida dos moradores dessas favelas, tentando identificar alguma mudança dessa qualidade em relação aos moradores da Quinta do Caju. Assim, esperamos saber se o morador da Quinta do Caju vive nas mesmas condições socioeconômicas que os demais moradores de outras favelas do bairro do Caju.

Observando a tabela a seguir (tabela II), notamos que a Quinta do Caju é a que possui o maior número de domicílios e a que possui o maior número de moradores entre as favelas do bairro do Caju. O fato de o processo de ocupação ser bastante antigo, anterior ao desenvolvimento da atividade industrial no bairro, pode ter garantido à Quinta do Caju o status de maior favela do Caju, já que o processo de ocupação das demais favelas ocorreu posteriormente ao desenvolvimento das indústrias. O fato de as áreas residenciais terem sido ocupadas depois das áreas industriais pode ter contribuído para a limitação dos espaços ocupados pelas favelas no bairro.

Após a observação da tabela II, façamos uma relação entre os dados expostos, comparando, inicialmente, o número de moradores por domicílio das favelas do bairro do Caju. Entre as favelas do bairro, as que apresentam o menor

número de pessoas por domicílio são o Parque Conquista e a Quinta do Caju, respectivamente.

**Tabela II – População, Nº de domicílios e área ocupada das favelas do Caju – 2008.**

Complexo do Caju	População	Domicílios	Moradores por domicílio	Área ocupada em 1999 (m <sup>2</sup> )	Área ocupada em 2004 (m <sup>2</sup> )
Parque Conquista	482	265	1,81	19.760,94	19.602,93
Parque Boa Esperança	1.801	486	3,70	98.476,26	102.069,07
Parque Nossa Senhora da Penha	1.178	306	3,84	14.573,23	14.573,23
Parque Alegria	2.044	603	3,38	26.005,19	26.005,19
Parque Vitória	1.851	498	3,80	20.044,51	20.044,51
Parque São Sebastião	1.396	359	3,88	19.374,05	20.682,99
Vila Clemente Ferreira e Ladeira dos Funcionários	660	186	3,54	23.203,22	23.203,22
Quinta do Caju	2.046	641	3,19	55.080,26	55.080,26
Total	11.458	3.344	-	276.517,66	281.261,40

Fonte: Os dados foram obtidos na página da Internet da Prefeitura do Rio de Janeiro, no portal do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, que utiliza dados do IBGE (2000) e do Instituto Pereira Passos.

Outra característica das favelas do Caju diz respeito à ausência de expansão das áreas ocupadas. Esse fato pode ser justificado pelo fato já exposto anteriormente. O bairro possui atividades bastante consolidadas, como industriais, portuárias e militares, que impedem a expansão das comunidades de baixa renda.

O Parque Boa Esperança, que conta com a maior área entre as favelas do Caju, possui uma média 56,67 m<sup>2</sup> para cada habitante, o Parque Conquista possui uma média de 40,66 m<sup>2</sup>, enquanto a Quinta do Caju possui uma média de 26,92 m<sup>2</sup>. A antiga ocupação da Quinta do Caju faz do lugar uma área consolidada, onde os moradores não possuem nenhuma condição que iniba as melhorias feitas em seus imóveis. O próprio programa de regularização fundiária tranqüiliza os moradores da Quinta do Caju, já que a garantia da propriedade do imóvel, permite a expansão, mesmo que vertical, da área construída.

Percebemos que, se compararmos a Quinta do Caju com bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, como por exemplo a Gávea, que mantém uma média de aproximadamente 2,6 pessoas por domicílio; Leblon, com 2,5; e Copacabana, com

2,3 (IBGE, censo 2000), o número de habitantes por domicílio é considerado elevado. No entanto, se compararmos com a média de outras favelas, a Quinta do Caju apresenta uma média mais baixa, menor inclusive que a do próprio bairro do Caju, que apresenta uma média de aproximadamente 3,3 pessoas por domicílio.

As tabelas III e IV, a seguir, são adaptadas de um estudo realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para calcular o chamado Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Esse índice é baseado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para calcular o grau de desenvolvimento social alcançado pela população de um determinado país. O IDH considera três indicadores: a expectativa de vida, o número médio de anos de estudo e a renda *per capita*.

Para se chegar ao IDS, foram utilizados 10 indicadores, que foram divididos em quatro dimensões de análise. Entre essas dimensões, temos: acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda. O índice varia em uma escala de 0 a 1 (onde 0 = menor valor, e 1 = maior valor). No entanto, para a nossa breve análise do grau de desenvolvimento social alcançado pelo bairro do Caju, e, especificadamente, a Quinta do Caju, nos reportaremos aos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Social para que tenhamos uma visão de como vive a população da Quinta do Caju em relação à população de outras áreas da cidade.

A tabela III foi montada com dados disponibilizados pela prefeitura, onde tomamos como referência o bairro da Lagoa, que, segundo a prefeitura, se encontra em primeiro lugar do ranking do IDS. Notamos que a distância que separa o IDS da Lagoa e do Caju é considerável, e os indicadores que contribuem diretamente para que o bairro da Lagoa se encontre em primeiro lugar, enquanto o bairro do Caju assume a modesta 142ª posição, são justamente a renda e a escolaridade de seus habitantes. No que diz respeito à rede de água, coleta de esgoto e lixo, a distância não se faz tão grande, contudo, o abismo começa a ser trilhado quando se compara o número médio de pessoas por banheiro, que se apresenta praticamente três vezes maior no bairro do Caju.

**Tabela III - Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores constituintes por bairro – Município do Rio de Janeiro 2000.**

Bairro	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios particulares permanentes com rede de água adequada	% de domicílios particulares permanentes com rede de esgoto adequada	% de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo adequada	Número médio de pessoas por banheiro	Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo	Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo	Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos	Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos	Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.	Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos
1º Lagoa	0,854	99,95	99,91	99,95	1,04	2,33	68,91	0,54	4,47	81,36	35,90
142º Caju	0,498	99,18	87,04	98,77	0,33	55,93	2,70	9,09	48,84	3,44	3,11

Fonte: Armazém de Dados, Instituto Pereira Passos (Adaptado).

O elevado índice de analfabetismo, que atinge cerca de dez por cento dos maiores de quinze anos no bairro do Caju, e a baixa escolaridade dos chefes de domicílio são a causa e a conseqüência do baixo rendimento das famílias do Caju. Enquanto as famílias da Lagoa possuem um rendimento médio de mais de trinta e cinco salários mínimos, as famílias do Caju sobrevivem com aproximadamente três salários.

Vejamos agora o que ocorre quando comparamos os dados referentes às favelas, onde tomamos como ponto de referência a favela Vila Benjamin Constant<sup>12</sup> (que ocupa os fundos do Instituto Benjamin Constant, no bairro da Urca, Zona Sul da cidade), considerada a favela de melhor IDS, e a favela da Rocinha, que ocupa a 316ª posição.

A Quinta do Caju, que ocupa a 175ª posição, apresenta o segundo maior IDS entre as favelas do Caju, ficando atrás apenas da Ladeira dos Funcionários, que ocupa a 126ª posição. Entre os fatores que apresentam melhores resultados e contribuem positivamente para a avaliação da Quinta do Caju, temos o número de domicílios atendidos pela rede de água e pela coleta de lixo adequada (este último apresentando 100% dos domicílios atendidos). Já entre os fatores que pesam negativamente e contribuem para a queda da qualidade de vida dos moradores da Quinta do Caju, encontramos: rede de esgoto (pouco mais da metade dos domicílios são atendidos por uma rede de esgoto adequada), a baixa escolaridade dos chefes de domicílio, e, diretamente ligado a este último, o baixo rendimento dos chefes de domicílio. É justamente a péssima assistência em relação à rede coletora de esgoto que faz com que a Quinta do Caju fique em segundo lugar entre as favelas do bairro do Caju, já que, de acordo com a prefeitura, a Ladeira dos Funcionários apresenta quase a totalidade de seus domicílios atendida por uma rede de esgoto adequada. Em todos os outros itens, a Quinta do Caju apresenta melhores indicadores.

---

<sup>12</sup> De acordo com a prefeitura, a ocupação da Vila Benjamin Constant “ocorreu por volta de 1923. Segundo informações, os primeiros moradores eram funcionários públicos, que através do Instituto Benjamin Constant, conseguiram autorização do Ministério da Fazenda para construção de casas, mediante o pagamento mensal pelo terreno. Existem 26 casas registradas no Ministério da Fazenda, porém, como a autorização foi suspensa e a comunidade cresceu, o restante dos moradores têm permissão para a ocupação.” (SABREM, 2008).

**Tabela IV - Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores constituintes por favela – Município do Rio de Janeiro 2000.**

Favela	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios particulares permanentes com rede de água adequada	% de domicílios particulares permanentes com rede de esgoto adequada	% de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo adequada	Número médio de pessoas por banheiro	Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo	Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo	Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos	Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos	Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.	Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos
1ª Vila Benjamim Constant	0,589	99,25	98,51	99,25	0,44	18,66	14,18	4,35	32,84	8,96	5,24
175ª Quinta do Cajú	0,497	97,97	56,63	100,00	0,39	29,02	2,34	4,99	44,62	4,21	3,55
316ª Rocinha	0,458	97,26	60,50	99,44	0,32	39,30	1,34	9,36	52,27	1,45	2,59

Fonte: Armazém de Dados, Instituto Pereira Passos (Adaptado).

Sabemos que existe uma problemática em comparar dados referentes a diferentes áreas, pois a heterogeneidade dos lugares impede uma comparação que nos ajude a compreender um ou outro espaço. Contudo, estamos comparando aqui os indicadores utilizados pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, esperando que tenhamos uma noção dos aspectos que diferenciam as favelas que apresentam diferenças significativas nesses indicadores. Não devemos também cair no erro de achar que a definição de favela garante a homogeneidade desses espaços de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. Lembramos que estamos trabalhando com dados e definições da prefeitura, e que o conceito de favela será discutido mais à frente nesse trabalho.

Contudo, após essa breve análise, surgem algumas noções:

- a) Tanto a favela quanto o bairro que apresentam os melhores IDS's se localizam na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, região da cidade que conta com uma maior assistência no que se refere à infraestrutura e equipamentos urbanos.
- b) Quando comparamos o IDS do bairro da Lagoa com o do Caju, vemos que o problema que assola o bairro do Caju não está relacionado à infra-estrutura de saneamento básico, mas à renda e à educação, elementos que são pouco contemplados em projetos como o Favela-Bairro, por exemplo.
- c) Quando comparamos o IDS das favelas, vemos que a diferença entre a Quinta do Caju (175<sup>a</sup>) e a Vila Benjamin Constant (1<sup>a</sup>), não é tão significativa quanto a que ocorre entre os bairros citados acima.
- d) A deficiência da rede coletora de esgoto é fundamental para o baixo IDS da Quinta do Caju, essa deficiência era uma das prioridades do Programa Favela-Bairro, que, pelo visto, não atendeu às expectativas nesse campo.
- e) Tanto a Quinta do Caju quanto a Vila Benjamin Constant se localizam em espaços onde o acesso é limitado por barreiras físicas. A Quinta do Caju possui apenas um único acesso, indiretamente vigiado pelas forças armadas, e a Vila Benjamin Constant, localizada

na Urca, bairro que também tem um único acesso e que conta, igualmente, com a presença marcante das forças armadas.

Para comparar outros indicadores que contribuem com a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Quinta do Caju, estabelecemos uma comparação com os dados referentes à população, ao número de domicílios e à área ocupada entre a Quinta do Caju e a Rocinha<sup>13</sup>. Observe a tabela comparativa exposta abaixo:

**Tabela V – Comparação entre Quinta do Caju e Rocinha: área, habitantes e domicílios.**

FAVELA	ÁREA OCUPADA (m <sup>2</sup> )	HABITANTES	DOMICÍLIOS
QUINTA DO CAJU	55.080,26	2046	641
ROCINHA	852.968,16(1999) 864.479,24(2004)	56338	16999

Fonte dos dados: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm>

Primeiramente, notamos que há uma profunda diferença no que diz respeito ao tamanho dessas favelas, a Rocinha é mais que quinze vezes maior que a Quinta do Caju, possuindo quase vinte e oito vezes mais habitantes, além de possuir aproximadamente vinte e sete vezes mais domicílios. Lembro mais uma vez que as especificidades que compõem o espaço não podem ser desconsideradas, porém, utilizaremos os dados apenas como uma referência. Deixando de lado as devidas proporções, notamos que a Rocinha apresentou um aumento considerável de sua área ocupada entre 1999 e 2004, fato que não ocorreu na Quinta do Caju, pois como já vimos, esta é cercada por áreas com ocupação consolidada, como a atividade militar, por exemplo.

Analisando agora a relação entre área, domicílios e número de habitantes de cada uma dessas duas favelas, revelamos algo interessante. Se dividirmos a área total ocupada pela favela pelo número de domicílios, veremos que na Rocinha, a média é de 50,85 m<sup>2</sup> para cada domicílio, enquanto na Quinta do Caju, essa média

<sup>13</sup> A escolha pela favela da Rocinha se deu de forma aleatória, talvez tenha sido impulsionada pela sua fama, que leva a povoar, até mesmo, o imaginário de pessoas que nunca tiveram contato com o lugar.

sobe para 85,42 m<sup>2</sup>. O que garante quase 35m<sup>2</sup> a mais para cada domicílio da Quinta do Caju.

Quando a comparação é feita entre a área ocupada e a população de cada favela, concluímos que, na Rocinha, cada morador dispõe em média, de 15,34 m<sup>2</sup>, enquanto na Quinta do Caju, a média também se eleva, garantindo cerca de 26,92 m<sup>2</sup> para cada habitante. Mesmo não apresentando uma diferença considerável em relação ao número de habitantes por domicílio, que é de 3,31 na Rocinha, e 3,19 na Quinta do Caju, verificamos que os moradores da Quinta do Caju dispõem de mais espaço, o que reflete diretamente na qualidade de vida.

Insistimos em lembrar que temos a devida noção de que os dados apresentados acima nos servem apenas de uma prévia sobre as condições em que vivem os moradores da Quinta do Caju. Contudo, não consideramos a imprecisão desta decomposição, motivo suficiente para a sua total ausência. Se elas não servem para que se possa ter uma análise precisa das condições socioeconômicas dos moradores da Quinta do Caju, leva a uma compreensão das características gerais das favelas estudadas. Nos dão a idéia das possibilidades de intervenções do poder público, que possam contribuir de forma efetiva, para a melhoria das condições de acesso à cidade pelos moradores do lugar.

Não se trata aqui de um mero desfile de dados estatísticos a fim de comprovar esta ou aquela hipótese. A intenção é compreender, de forma mais clara, a noção do próprio poder público, pois as comunidades representadas são tratadas como números, que, na maioria das vezes, destoa por completo de uma análise mais cautelosa do concreto. Segundo Lojkine (1981, p. 22), Marx mostrou o quanto é falso um estudo sobre a população, pois ela se torna “uma abstração se não considero, por exemplo, as classes que a compõem”.

### **CAPÍTULO III**

## **3 - A NECESSIDADE DE REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: QUEM VEM PRIMEIRO, A FAVELA, O BAIRRO OU O FAVELA-BAIRRO?**

### **3.1 – O que é uma favela? Será a quinta do caju uma favela?**

Na tentativa de compreender melhor as mudanças ocorridas na Quinta do Caju, cadastrada como favela pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e que passou a ser parte integrante do Programa Favela-Bairro, devemos considerar alguns aspectos e alguns conceitos que nos tragam à luz as verdadeiras possibilidades de intervenção do poder público nessa localidade.

Começaremos pelo já tão debatido conceito de favela. Iniciando o debate pela definição utilizada pela própria prefeitura em seu Plano Diretor, onde se lê o seguinte:

Art. 147 – Para fins de aplicação do Plano Diretor Decenal, favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais. (PORTALGEO, 2008)

Vemos aqui que a favela se enquadra, de acordo com a própria prefeitura, como sendo o lugar da ausência de infra-estrutura, da ilegalidade, da irregularidade. Esta definição se aproxima bastante da utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que define a favela como sendo um tipo especial de setor censitário, que recebe o nome de “aglomerado subnormal”.

Aglomerado Subnormal é o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. (IBGE, 2008)

Observamos assim que o conceito de “aglomerado subnormal” do IBGE, usado pelo órgão para substituir o termo favela, esclarece que a possível legalização da propriedade do solo não faz com que uma determinada área deixe de ser considerada como um “aglomerado subnormal”. Isso nos servirá de ponto de partida para um questionamento sobre o papel de projetos como o Programa Favela-Bairro, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Antes de chegar a essa discussão, temos a necessidade de questionar a origem do que conhecemos comumente como favela, além da própria origem do termo favela, já que não temos aqui a intenção de fazer uso do termo “aglomerado subnormal” ou qualquer outro para substituí-lo. A justificativa dessa empreitada se encontra na possibilidade de identificar a forma mais adequada de analisar o nosso objeto de estudo, a Quinta do Caju. Uma vez que não temos a intenção de considerar que nem as favelas, e nem os processos de origem das mesmas, são homogêneos.

O primeiro questionamento que fazemos é: Como surgiram (ou surgem) as favelas?

Para buscar a resposta, passaremos agora a um debate permeado por alguns autores que discutem o conceito de favela. Esses autores foram escolhidos pela capacidade questionadora, que se revela ao indagarem sobre o processo de formação das favelas.

De acordo com Valladares (2008), construiu-se um “mito de origem” da favela. Segundo a autora, esse mito se esconde por detrás do povoado de Canudos, local da batalha de onde vieram os soldados que serviam nas tropas do governo, que acabaram se instalando no Morro da Providência (reconhecido por muitos autores como sendo a primeira favela do Rio de Janeiro).

Porém, segundo Campos (2007), temos três versões para o fenômeno do surgimento da primeira favela no Rio de Janeiro. A *primeira versão* é a de que o processo de favelização é iniciado, no Rio de Janeiro (em 1870), pelos ex-

combatentes da Guerra do Paraguai. Formados em grande maioria por escravos, que tinham a promessa de libertação como recompensa pela vitória em combate. Desejosos em garantir o cumprimento do que foi acordado antes da guerra, os ex-combatentes acamparam nas proximidades do Ministério da Guerra, junto à área central da cidade do Rio de Janeiro, na Praça da República. De acordo com essa versão, o surgimento da favela, como chama a atenção Campos, antecede à abolição da escravidão no Brasil.

A *segunda versão* está diretamente associada aos regressos da batalha de Canudos (em 1897), pois, “segundo a tese aceita e difundida por ABREU (1992:90), a favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro em consequência da revolta emergida no interior da Bahia, pois os que voltaram necessitavam de abrigo em algum lugar da cidade”. (CAMPOS, 2007, p. 58)

Vale chamar a atenção para o fato de que, segundo o autor, tanto a primeira quanto a segunda versão apresentam um processo de favelização pontual, onde o fenômeno aparece como um caso isolado, com origens fora dos limites da cidade.

A *terceira versão* é aquela que considera os problemas relacionados à crise habitacional vivida pela cidade do Rio de Janeiro, que se estende desde as últimas décadas do século XIX. A destruição dos cortiços, entre eles, o mais famoso de todos, o *Cabeça de Porco*, provocou um maciço deslocamento do contingente que habitava nesses locais em direção às encostas dos morros da cidade. Lugares que eram desprivilegiados do ponto de vista imobiliário, mas que serviam aos propósitos de uma parcela da população que não podia se distanciar das áreas centrais. Esse distanciamento era impedido pela necessidade que tinham em estar próximo ao mercado de trabalho, até porque a cidade ainda não dispunha de uma infra-estrutura mínima no que dizia respeito aos meios de transporte.

As três versões sobre as favelas apresentadas têm em comum serem espacial e temporalmente delimitadas, sendo pouco provável a sua inserção como processo na formação das favelas. A última delas procurou contextualizar a formação da favela como opção de moradia a partir da criminalização e discriminação dos indivíduos que ocupavam os cortiços. Neste e nos dois relatos anteriores, sendo a maioria negra, antes da Abolição, pressupomos que tanto a criminalização quanto a

discriminação já preexistiam. Portanto, os estigmas vividos hoje pela população favelada são anteriores à existência da própria favela. (CAMPOS, 2007, p. 62)

Ao questionar a versão mais difundida sobre a origem do processo de favelização no Rio de Janeiro, não significa que estejamos relegando para segundo plano o pontapé inicial desse fenômeno, considerado como sendo a ocupação do atual Morro da Providência. Alertamos aqui para o fato de que da mesma forma com que a ocupação de áreas desvalorizadas da cidade por escravos alforriados, fugidos, ou libertos, antecede a formação do se entende como sendo a primeira favela da cidade, o processo de ocupação da Quinta do Caju também data de períodos anteriores à ocupação do Morro da Providência.

Outro ponto relevante que devemos considerar é o mito da formação das favelas cariocas. A Quinta do Caju não se enquadra em nenhuma das definições usuais para o início de ocupação de uma área marcada pela favelização, pois não se trata de uma área de formação iniciada por soldados regressos (seja da Guerra do Paraguai, da batalha de Canudos, ou qualquer outro confronto). Não se trata, tampouco, de um lugar ocupado por escravos ou ex-escravos. Não possui um processo de ocupação iniciado por trabalhadores expulsos dos cortiços que ocupavam a área central, que deixam a cidade para dar espaço às reformas urbanas. Também não está associada ao processo de industrialização e ao êxodo rural que ocorreram na primeira metade do século XX, onde as favelas são consequência direta da imigração interna, seja de nordestinos, ou trabalhadores das áreas rurais do estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, como podemos compreender o fato de que existe uma área reconhecida e denominada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como favela (a Quinta do Caju), onde o processo de ocupação antecede ao que muitos historiadores (e a prefeitura) reconhecem, como sendo o marco inicial do surgimento das favelas da cidade (o Morro da Providência)?

Poderíamos afirmar que a Quinta do Caju é a favela mais antiga da cidade do Rio de Janeiro? Será que é possível que a Quinta do Caju tenha se tornado uma favela posteriormente?

Se as características que demarcam e identificam as áreas denominadas como favelas são a ausência de uma infra-estrutura mínima, a ilegalidade fundiária e a precariedade das habitações; poderíamos pensar a hipótese de que a Quinta do Caju não possuía essas características, mas que elas foram incorporadas ao espaço, transformando o lugar em uma favela?

Não se trata apenas de descobrir o que “nasceu” primeiro, o bairro ou a favela. O que queremos deixar claro aqui é que o fator mais importante é a construção da identidade de um grupo social que se revela marcado pela capacidade excludente dos grandes centros urbanos. O que nos resta e que realmente nos interessa saber é se ações do Estado, como, por exemplo, o Programa Favela-Bairro, podem contribuir para a alteração dos estigmas que envolvem o espaço considerado favelado.

### **3.2 – O programa favela-bairro na quinta do caju.**

De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Programa Favela-Bairro apresentava como principal objetivo a integração da favela com a cidade e a solução de antigos problemas, como a questão do saneamento básico e a ausência de serviços sociais. (2003, p. 7)

Contudo, o Programa Favela-Bairro não contemplou todas as favelas do Rio de Janeiro, foi determinado que as áreas de risco, as faixas marginais de proteção de águas superficiais, as faixas protetoras de adutoras e de redes elétricas de alta tensão, vão e pilares de viadutos, além das faixas de domínio de estradas, áreas de conservação ambiental e terrenos do patrimônio municipal, não seriam alvos do projeto. No entanto, essas áreas não atendidas pelo projeto da prefeitura também não foram alvos efetivos de nenhum projeto de remoção, mesmo sabendo-se da ilegalidade de ocupação, e da impossibilidade de regularização dessas áreas.

Fazendo uma alusão aos termos “cidade formal” e “cidade informal”, podemos dizer que o poder público faz aqui uma distinção entre o que poderíamos chamar de *favela formal* e *favela informal*, ou ainda, *favela-bairro* e *favela-(não) bairro*.

Segundo ainda o mesmo estudo realizado e publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Programa Favela-Bairro *superou o conceito tradicional de urbanização e avançou para o conceito de integração*. Devemos questionar então se esse tal *conceito de integração* apontado pela prefeitura do Rio de Janeiro como o ponto alto do Programa Favela-Bairro não seria, na verdade, uma resposta aos interesses de apropriação capitalista de áreas que fugiam ao controle do Estado.

Pensando a ação controladora produzida pelo Estado capitalista sobre o espaço urbano, Milton Santos nos faz refletir sobre os investimentos públicos, suas causas e conseqüências.

Os investimentos públicos não diretamente econômicos, embora a longo prazo, podem agir sobre o crescimento da economia urbana: são os casos da criação de estabelecimentos de ensino ou das operações de renovação das casas populares. Mas como, para tais efeitos, geralmente os créditos de que o Estado dispõe são limitados, tais investimentos causam um problema delicado de dosagem, de distribuição; sobretudo, muitas vezes eles são tributários da demagogia de certos políticos. (SANTOS, 2008, p. 108)

Além disso, os investimentos não atendem necessariamente aos interesses dos próprios indivíduos que habitam nesse espaço urbano. Ignoram os interesses das pessoas que vivem nesses espaços, fazendo prevalecer a ordem estabelecida pela necessidade de fluidez, cada vez maior, do capital. O Estado apresenta aqui um papel decisivo na criação de novas estruturas urbanas e/ou na modernização de estruturas antigas (SANTOS, 2008, p. 91).

O Estado, dentro de um modelo de urbanização capitalista, pode ser entendido “como um aparelho territorial e agente da socialização espacial das relações de produção” (LOJKINE, 1981, p. 91). O Estado possui um grande poder de organizar novas estruturas produtivas, ou simplesmente, modernizar estruturas antigas, “o ritmo e as modalidades do crescimento econômico das cidades subdesenvolvidas dão cada vez mais determinados pela ação do Estado” (SANTOS, 2008, p. 99).

A intervenção do Estado se dá por meios de investimentos que buscam garantir o controle das áreas que não possuem um mínimo de regulamentação e, conseqüentemente, não representam uma receita, nem se apresentam atrativas do

ponto de vista de novos investimentos privados. Para Lojkin (1981, p. 93), essa “intervenção do Estado aparece (...) como a forma mais desenvolvida da socialização capitalista”. É a abertura para a possibilidade da chegada de investimentos ligados ao modo de produção capitalista.

Os investimentos públicos são diretamente econômicos, embora a longo prazo, podem agir sobre o crescimento da economia urbana: são os casos da criação de estabelecimentos de ensino ou das operações de renovação das casas populares. Mas como, para tais efeitos, geralmente os créditos de que o Estado dispõe são limitados, tais investimentos causam um problema de dosagem, de distribuição; sobretudo, muitas vezes eles são tributários da demagogia de certos políticos; o que inspirou J. Tricart a dizer: “Os governos, por motivos demagógicos, reservam o essencial de seus investimentos sociais para as cidades”. (SANTOS, 2008, p.108)

De acordo com o projeto da prefeitura, os principais objetivos do Programa Favela-Bairro, que se resumiriam em ações para a integração das áreas de favela ao tecido urbano da cidade formal, são<sup>14</sup>:

- 1 - Complementar ou construir a estrutura urbana principal;
- 2 - Oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade;
- 3 - Introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, equipamentos e serviços públicos;
- 4 - Consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade;
- 5 - Implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer;
- 6 - Promover a regularização fundiária e urbanística.

---

<sup>14</sup> Fonte: <http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela/frames.html>

Façamos aqui uma breve interpretação do que seriam esses objetivos. Podemos entender que o primeiro deles diz respeito à construção ou à melhoria dos sistemas viários, o que serviria para contribuir para o melhor acesso e circulação na favela. No caso da Quinta do Caju, as intervenções estiveram mais amplamente ligadas à própria atividade pesqueira, já que, segundo os moradores, a principal intervenção que diz respeito às melhorias do projeto implementado pela prefeitura foi a construção do píer utilizado para que as embarcações dos pescadores tivessem um local apropriado para atracar. Isso revela mais uma vez a importância da atividade pesqueira para a construção da identidade dos moradores.



**Foto XI** – *Desperdício de recursos, estacas mal colocadas e inutilizadas. Fonte: foto do autor, 2008.*

Como podemos observar na foto XI, algumas estacas foram inutilizadas na construção do novo píer, e, segundo pescadores, dezenas delas, pois o lodo do assoalho da Baía de Guanabara dificultava a sua fixação. Alguns pescadores relatam

ainda que chegaram a alertar os engenheiros do projeto que o tamanho das estacas eram insuficiente para a construção do píer, porém, não foram ouvidos. A solução encontrada foi uma mudança na direção do píer, o que dificulta o acesso dos barcos. Outra reclamação recorrente é o estado precário em que se encontra a estrutura do píer, pois de acordo com os pescadores, ele não deveria ser fixo, pois desta forma recebe o impacto das embarcações, o que causa danos à sua estrutura (vide foto XII).



**Foto XII** - *Má conservação das estruturas dos equipamentos.*  
*Fonte: foto do autor, 2008.*

A queixa não pára por aí, pois, segundo os pescadores, a má construção da sede da colônia fez com que o prédio, que foi construída em cima do píer, e apresenta inúmeras rachaduras, perdesse completamente a sua utilidade, fazendo com que o mesmo se encontre completamente abandonado. Como podemos observar na foto XIII, a edificação não cumpre com a função para qual foi construída. O que encontramos em seu interior são restos de redes e lixo abandonado pelos próprios pescadores. O local não possui portas, janelas ou, tão pouco, iluminação.



**Foto XIII** – A sede da colônia dos pescadores se encontra completamente abandonada e subutilizada. Fonte: foto do autor, 2008.

O segundo item, que diz respeito às condições ambientais, onde podemos citar a implementação de um sistema de esgoto como um dos principais entraves para a chamada “leitura da favela como um bairro da cidade”. Mais uma vez, segundo os moradores, não conseguiu alcançar seu objetivo com o fim das obras do projeto, pois o esgoto da comunidade, segundo eles, continua sendo jogado diretamente no mar, pois o sistema de bombeamento que o levaria para a estação de tratamento não funciona pela simples falta de uma bomba.

Como vemos na foto XIV, existem manilhas que direcionam o esgoto, sem tratamento, para a Baía de Guanabara. O derramamento de esgoto *in natura* contribui para a degradação do meio ambiente e da própria paisagem local.



**Foto XIV** – Os problemas ambientais não foram totalmente resolvidos: despejo de esgoto na Baía de Guanabara. Fonte: foto do autor, 2008.

Você compraria peixe em um lugar assim? A foto acima revela a incapacidade do projeto de provocar mudanças mais significativas na qualidade ambiental da favela. Além da péssima aparência, o mau cheiro é uma outra característica do lugar. E os problemas não param por aí. Segundo os moradores, devido a uma falha nas obras, duas das manilhas que deveriam fazer o escoamento das águas pluviais foram fechadas por concreto da própria obra. O resultado disso é o alagamento de alguns trechos da rua Circular, próximo à baía.

Analisemos agora as mudanças que dizem respeito ao terceiro item, a “introdução de valores urbanísticos” que ajudem a identificar a favela como um bairro. Notamos claramente que, para o projeto urbanista da prefeitura, a integração da favela à cidade se daria por meio de investimentos que dotasse o espaço de equipamentos públicos de serviços essenciais, como educação, saúde e lazer. Na imagem a seguir (foto XV), temos uma demonstração de como eram as condições do espaço onde hoje ficam uma quadra esportiva e um “parquinho” infantil.



**Imagem XV** – Área antes das melhorias do Favela-Bairro.  
*Fonte: Ante-Projeto Quinta do Caju. Programa Favela-Bairro, 1996.*

Notamos aqui a precariedade de circulação em alguns espaços da favela, o que foi corrigido pelas obras implementadas pela prefeitura. Nenhum dos moradores com os quais conversei nega que tenha havido melhorias nas condições de salubridade e mudanças estéticas no lugar, contudo, questionam alguns dos equipamentos implantados pelo projeto. Veremos alguns desses questionamentos mais à frente quando analisarmos o quinto item. Contudo, ainda de acordo com a contribuição para a construção de valores urbanísticos, lemos, no projeto apresentado à prefeitura antes da realização do Programa Favela-Bairro, que existia uma necessidade de “eliminar as vivendas insalubres, melhorar as condições sanitárias gerais”, e, quando trata especificamente da Quinta do Caju, o projeto afirma que “por se tratar de uma ocupação muito antiga, verificamos que a grande maioria das suas construções são [sic] de alvenaria e de dois ou três pavimentos”, não citando as casas de madeira, que se destacam facilmente na paisagem do lugar. Ainda de acordo com o projeto, “as áreas de habitação insalubres ou muito precárias são relativamente pequenas em relação à totalidade, daí ser possível pensar que a transformação em um bairro é muito provável e próxima”. Essa afirmativa nos faz

pensar que o simples fato de não haver um número elevado de habitações em condições insalubres faz com que uma favela possa ser transformada em um bairro. No mesmo levantamento feito para servir como base para a elaboração do projeto urbanístico, lê-se que a Quinta do Caju “apresenta também uma estrutura viária razoável, com ruas carroçáveis formando um anel em sua volta, embora de dimensões reduzidas. O alargamento das mesmas, melhorando a acessibilidade, servirá para que o local seja mais visitado, mas sem que por esse motivo perca seu caráter de bairro situado no fim da Baía” (SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 1996). Cabem aqui alguns questionamentos a respeito dessa afirmação. Em primeiro lugar, o que significa tornar o lugar mais visitado? Estaria sendo levantada a possibilidade de se desenvolver no lugar atividades relacionadas ao turismo? O estudo se refere à Quinta do Caju como um bairro localizado no fim da Baía. Pode-se afirmar que já tínhamos um bairro? O que é o fim da Baía de Guanabara? A cidade do Rio de Janeiro se localiza justamente na entrada da Baía de Guanabara, e o Caju se situa na região portuária que se desenvolveu próximo às áreas centrais, junto à entrada da baía, e não ao seu final.

Ocupemo-nos agora com o quarto item, aquele que expõe que entre os objetivos do projeto está o de “consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade”. Se traduzirmos essa inserção da favela ao planejamento da cidade como uma tentativa de integrar o espaço da favela aos projetos de planejamento urbano, que possuem como principal objetivo a melhoria das condições de vida dos moradores da cidade, mais uma vez encontramos um forte questionamento dos moradores da Quinta do Caju. Para eles, a ação do governo não se deu de forma mais efetiva depois da implantação do projeto. Com exceção à creche da prefeitura, o Estado não se faz presente na favela, e segundo os moradores, a única maneira em que a presença física do aparelho estatal se faz perceber, é quando passa a patrulha da polícia militar, o que acontece em média uma vez por semana.

Passemos agora para o penúltimo objetivo do Programa Favela-Bairro, aquele que trata da implementação de “ações de caráter social”. Entre essas ações, estão listadas a implantação de creches, de programas de geração de renda e capacitação

profissional, além de atividades esportivas, culturais e de lazer. Quando começamos a identificar as heranças do Programa Favela-Bairro na Quinta do Caju, no que diz respeito a esse tipo de equipamento, encontramos a Creche Quinta do Caju, localizada na rua Circular, e equipamentos de lazer, localizados na mesma rua, só que próximo ao píer (vide foto XVI).



**Foto XVI** – *Degradação e subutilização dos equipamentos: o espaço de lazer infantil serve de local para os pescadores estenderem suas redes. Fonte: foto do autor, 2008.*

Em todas as visitas à Quinta do Caju, que não foram poucas, não vi uma única vez, o espaço sendo utilizado por crianças, mesmo nos finais de semana. A julgar pela aparência dos equipamentos, que estão nitidamente retratados na foto XVI, fica fácil detectar o abandono. O mesmo abandono é visto na quadra esportiva que fica ao lado do espaço infantil (foto XVII). As críticas já começam pelo tamanho da quadra esportiva, a limitação impede que ocorra uma simples partida de futebol onde se tenha mais que dois jogadores em cada time. A estrutura se encontra completamente abandonada, não existe trave para se jogar futebol, não existe tabela nem cesta para que seja possível uma partida de basquete, além disso, o alambrado se encontra em condições precárias. Lembro-me de que os moradores contaram que chegaram a alertar aos engenheiros que o material que estava sendo utilizado na construção da

quadra seria facilmente corroído pela maresia, porém, segundo os relatos dos moradores, o aviso foi em vão.



**Foto XVII** – *Má conservação: quadra esportiva. Fonte: foto do autor, 2008.*

Mesmo com essas dificuldades, a quadra ainda é utilizada, principalmente por um grupo de senhoras que faz ginástica, gratuitamente, duas vezes por semana no espaço, monitoradas por um profissional de educação-física. Fiquei surpreso, pois finalmente encontrava uma atividade que possivelmente seria patrocinada pela prefeitura, como ocorre em vários bairros da cidade. No entanto, minha surpresa foi maior ainda ao saber que a atividade, assim como aulas de *jiu-jitsu*, são patrocinadas pela empresa que administra o porto, e não pela prefeitura. Contudo, devido ao estado da quadra, em dias de chuva a atividade é interrompida ou cancelada. Nesse momento, constatei que não existe nenhuma atividade que seja patrocinada pela prefeitura, seja relacionada ao esporte ou lazer, seja relacionada à geração de renda ou emprego.

Um dos equipamentos implantados pela prefeitura para ampliar e facilitar o aumento da renda, e diretamente associado à pesca, é a fábrica de gelo, que, de acordo com os próprios pescadores, nunca chegou a funcionar. Outro aspecto curioso, onde relacionamos o Programa Favela-Bairro e a atividade pesqueira, diz

respeito a um dos objetivos específicos do projeto da prefeitura para a Quinta do Caju. Segundo o projeto, um dos objetivos é a “consolidação da atividade pesqueira”, visando o “treinamento da mão-de-obra para a manutenção futura da mesma”(SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 1996). Será que o que os pescadores precisam é de treinamento? O objetivo seria ensinar os pescadores a pescar?

Finalmente, chegamos ao sexto item, aquele que diz respeito à regularização fundiária e urbanística. Ao visitar a página da Internet da Secretaria Municipal do Habitat, encontramos o seguinte texto sobre a regularização fundiária em comunidades atendidas pelo programa Favela-Bairro:

Nas áreas urbanizadas pelo Favela-Bairro, a Secretaria Municipal do Habitat vem fazendo um minucioso reconhecimento de logradouros, elaborando gabaritos, cadastrando e medindo imóveis para emissão de habite-se e cadastro no IPTU. A medida beneficiará inicialmente 35 comunidades e aproximadamente 119 mil pessoas.

Um exemplo é a Quinta do Caju (Caju), a primeira comunidade na história do Brasil, em terras da União, totalmente regularizada, onde 843 famílias estão recebendo os títulos de propriedade. O local foi urbanizado e transformado numa área municipal regularizada. A Quinta do Caju agora tem legislação de uso e ocupação do solo, com parâmetros urbanos como qualquer outro bairro formal da cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DO HABITAT, 2008)

O primeiro passo a ser dado direciona-se a uma análise da capacidade que a regularização das propriedades possui em melhorar as condições de vida dos habitantes. Uma mudança significativa que decorre diretamente da obtenção do título de propriedade por parte dos moradores é a valorização do imóvel, aumentando a possibilidade de ganhos com a venda ou troca do bem em questão, mesmo quando a venda do imóvel não é a opção cogitada pelos proprietários. A regularização faz com que exista, por exemplo, a possibilidade de alienação do bem em prol de empréstimos (ANDRADE, 2004, p. 47). Ainda de acordo com Andrade, o título de propriedade proporciona a segurança da ocupação e, por conseguinte, permite também que as famílias capturem os investimentos feitos em ativos duráveis no domicílio (p. 47).

Apesar das moradias nas favelas na cidade do Rio de Janeiro não apresentarem seus direitos de propriedade bem definidos, atribuídos e assegurados, não existe mais uma ameaça de que elas sejam removidas. Existe, assim, certa estabilidade em relação à segurança de suas propriedades. As favelas já estão de certa maneira consolidadas no espaço urbano da cidade, dessa forma estudam-se maneiras de inseri-las cada vez mais na cidade formal para que elas se transformem em bairros. (ANDRADE, 2004, p. 53)

Por um lado, a ausência da legalização fundiária contribui para a desvalorização dos imóveis em favelas. Por outro, a pouca oferta desses imóveis no mercado, a relação que o morador da favela apresenta com o local de moradia, seja por possibilitar uma proximidade com o local de trabalho, seja por lhe garantir uma maior aproximação com amigos e familiares, que constituem uma sólida rede de relacionamentos, acabam por valorizar esses espaços.

No caso da Quinta do Caju, moradores freqüentemente citam a ilegalidade como uma vantagem, pois dificulta a cobrança de impostos e tarifas públicas. Sobre a “transformação” de favelas em bairros, Santos e Falcão escrevem: “Esses benefícios perseguidos implicam em custos. Os moradores possuem condições sócio-econômicas para ter acesso a eles? Podem arcar com as taxas e impostos decorrentes do reconhecimento do Estado ao seu direito de cidadania?” (SANTOS E FALCÃO, 1988, p. 82).

Vemos aqui que, se por um lado, a legalização fundiária pode representar uma conquista para os moradores de uma favela, por outro, pode se tornar um problema. Alguns moradores da Quinta do Caju se referem aos benefícios adquiridos com a obtenção dos títulos de propriedade como um “presente de grego”. Segundo os moradores, esse benefício possui um custo que muitos não possuem condições de pagar.

Observe a foto XVIII, a seguir:



**Foto XVIII** – Imagem de satélite da Praça do Mar: distribuição dos equipamentos públicos implantados pelo Programa Favela-Bairro. Fonte: Adaptado de google.earth. Acesso em 13 de setembro de 2008.

Nela, podemos observar que outro aspecto marcante da implantação das obras do programa Favela-Bairro na Quinta do Caju é a concentração das melhorias na Praça do Mar, local de aterro mais recente que, como podemos ver, até mesmo por uma limitação do espaço, é a área que abriga a grande maioria dos equipamentos implantados pelo projeto, equipamentos que se apresentam abandonados ou subutilizados.

A foto XIX, a seguir, nos dá uma idéia da organização do espaço da Praça do Mar antes das intervenções do Programa Favela-Bairro. Como podemos verificar na imagem exposta a seguir, para um observador, distante da vida que se desenvolve entre as relações estabelecidas no lugar, ficaria evidente que o Programa Favela-Bairro representou um grande avanço no que diz respeito às condições de acesso e urbanidade. As melhorias são visíveis nas diferenças estabelecidas nas fotos XVIII e XIX, ambas da Praça do Mar. No entanto, deve-se questionar a capacidade dessas intervenções de contribuírem diretamente com a colocação em prática dos objetivos estabelecidos pelo Programa Favela-Bairro.



**Foto XIX** – *Foto aérea da Praça do Mar: antes das intervenções do Programa Favela-Bairro. Fonte: Secretaria Municipal do Habitat 1997.*

Entendemos que o projeto da prefeitura contribui de uma forma efetiva para uma melhoria das condições de vida do morador da Quinta do Caju. Porém, dizer que as mudanças ocorridas com a implementação do projeto garantem a integração do espaço ao contexto urbano carioca, provocando a substituição da favela pelo bairro, pode não ser verdadeiro. O que se deve garantir é o direito à cidade. A favela persiste na Quinta do Caju, porém, o bairro, como discutiremos adiante, pode estar presente desde sempre no lugar.

## CAPÍTULO IV

### 4 - DISCUTINDO O CONCEITO DE BAIRRO E A TERRITORIALIDADE: A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA QUINTA DO CAJU.

#### 4.1 - Para além de visão e/ou percepção fragmentada da cidade.

*Lá não tem brisa / Não tem verde-azuis / Não tem frescura nem atrevimento / Lá não figura no mapa / No avesso da montanha, é labirinto / É contra-senha, é cara a tapa / Fala, Penha / Fala, Irajá / Fala, Olaria / Fala, Acari, Vigário Geral / Fala, Piedade / Casas sem cor / Ruas de pó, cidade / Que não se pinta / Que é sem vaidade / Vai, faz ouvir os acordes do choro-canção / Traz as cabrochas e a roda de samba / Dança teu funk, o rock, forró, pagode, reggae / Teu hip-hop / Fala na língua do rap / Desbanca a outra / A tal que abusa / De ser tão maravilhosa / Lá não tem moças douradas / Expostas, andam nus / Pelas quebradas teus exus / Não tem turistas / Não sai foto nas revistas / Lá tem Jesus / E está de costas / Fala, Maré / Fala, Madureira / Fala, Pavuna / Fala, Inhaúma / Cordovil, Pilares / Espalha a tua voz / Nos arredores / Carrega a tua cruz / E os teus tambores / Vai, faz ouvir os acordes do choro-canção / Traz as cabrochas e a roda de samba / Dança teu funk, o rock, forró, pagode / Teu hip-hop / Fala na língua do rap / Fala no pé / Dá uma idéia / Naquela que te sombreia / Lá não tem claro-escuro / A luz é dura / A chapa é quente / Que futuro tem / Aquela gente toda / Perdido em ti / Eu ando em roda / É pau, é pedra / É fim de linha / É lenha, é fogo, é foda / Fala, Penha / Fala, Irajá / Fala, Encantado, Bangu / Fala, Realengo... / Fala, Maré / Fala, Madureira / Fala, Meriti, Nova Iguaçu / Fala, Paciência... (HOLANDA, 2006)*

As mudanças recentes na produção do espaço social decorrem de novas formas de organização da estrutura produtiva, que atingem, sem restrição, todos os lugares e territórios, ainda que de forma desigual em termos de compartilhamento dos

recursos advindos da produção de novas possibilidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesses processos, a formação de relações sociais nos lugares acabam, muitas vezes, tendo sua história e tradições apagadas pela instituição de valores e normas impostas pela lógica reprodutivista do capital, influenciadas pelo encadeamento de um modelo de globalização.

Como percebemos na letra da canção de Chico Buarque, existe uma diferenciação entre a cidade que possui “foto nas revistas” e a cidade que “não figura no mapa”. Mas os dois pontos distintos dessa cidade fazem parte de uma só cidade. Cidade esta que possui espaços que compartilham de forma diferenciada as transformações impostas pela lógica da acumulação capitalista. Essa diferenciação faz com que a cidade não seja vivida por todos os seus habitantes da mesma forma, fica evidente na letra de Chico Buarque o contraste entre as regiões centrais da cidade e o subúrbio. Mas os pontos contrastantes são detectados de formas diversas; o que um morador do subúrbio entende como um problema relacionado ao fato de se morar em uma área central pode ser o que os moradores das áreas centrais entendem como vantagem, e vice e versa. Seus moradores percebem a cidade de formas diferentes, assim como possuem uma percepção peculiar do espaço em que vivem. Com clareza, Chico Buarque expõe que há também uma cultura própria do subúrbio, com tradições e relações sociais que assumem características próprias. Contudo, vale lembrar que nosso objeto de estudo, a Quinta do Caju, não faz parte desse subúrbio, não está longe da região central da cidade do Rio de Janeiro.

Outro ponto que merece nossa atenção, é o fato de o autor tratar de municípios vizinhos do Rio de Janeiro como se fizessem parte de seu subúrbio. Ao citar Meriti (São João de Meriti) e Nova Iguaçu, Chico Buarque os coloca como integrantes do subúrbio da cidade, quando, na verdade, pertencem à Região Metropolitana. Não entraremos aqui em uma discussão conceitual sobre a definição de subúrbio ou de Região Metropolitana - essa não é a intenção desse trabalho - mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o subúrbio, assim como a Região Metropolitana, pode ser algo ligado ao imaginário, à cultura, à percepção. Percepção esta que, no caso da canção, está dialeticamente ligada a uma análise da cidade feita a partir do centro.

Em vários estudos geográficos, em particular, adota-se um 'ponto de vista', um centro em torno do qual se distribuem as demais partes da cidade, e a este centro delega-se um papel superestimado da constituição do espaço urbano. A análise de cada parte da cidade é desenvolvida em função desse centro e a descrição de cada história, de cada espaço e suas relações sociais mantém-se, permanentemente, contaminada por uma relação de dependência unilateral. (OLIVEIRA, 1993, p. 13)

Essa relação de dependência, citada por Oliveira, deve ser norteadora da análise do espaço urbano, pois, segundo o autor, temos que partir da hipótese de que existe um “entrelaçamento da história geral com as histórias locais que nos dará os elementos para uma análise da atualidade urbana”. (OLIVEIRA, 1993, p. 14) Sendo assim, a história, o significado, a cultura e a percepção do subúrbio só podem ser analisados se considerados a história, o significado, a cultura e a percepção da região central, numa abordagem dialética.

Oliveira chama ainda a atenção para o cuidado de não cair na armadilha de “descrições homogeneizantes dos espaços sub-urbanos e periféricos”, onde “a diversidade e as redes específicas de sociabilidade que se constroem em cada local tendem a ficar submersas e inatingíveis” (OLIVEIRA, 1993 p. 15). Esse tipo de análise ignora as relações entre os diferentes espaços da cidade, entre os processos dialéticos que constroem, transformam e organizam o espaço urbano. Além disso, uma análise feita a partir de uma descrição homogeneizante “encobre a especificidade dos processos sociais locais” (OLIVEIRA, 1993, p. 16).

#### **4.2 - A organização e diferenciação dos espaços urbanos:**

De acordo com Manuel Castells, o espaço urbano não é organizado pelo acaso, “os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 1983, p. 182). Para Castells, o estudo do espaço urbano deve contar com uma análise contínua dos fenômenos históricos. Esses fenômenos devem ser estudados

a partir da condição de inseparabilidade das relações entre tempo e espaço e das influências das relações de poder na estrutura social do lugar. Isso significa dizer que não é pelo fato de o epicentro de um determinado fenômeno estar localizado em um ponto da cidade que os demais pontos não terão percepção desse fenômeno. Quando falamos de globalização, por exemplo, devemos compreender que esse fenômeno não atinge todos os cantos do planeta da mesma forma. A ação do fenômeno vai depender de uma série de fatores que são fundamentais na construção das especificidades locais. O mesmo pode ser dito em relação ao fenômeno urbano.

Os fenômenos históricos não são ações isoladas, e, segundo Fernand Braudel, ocorrem em acordo com conjunturas que os interligam com o processo de estruturação que vão do local ao global. Para Braudel, a “economia mundo” é resultado da articulação dos espaços individualizados e agrupados, pois, segundo o autor, uma das características da “economia mundo” é justamente a sua facilidade de transpor as fronteiras políticas e culturais, e, geralmente “(...) seus limites são facilmente detectáveis, pois sua mudança é lenta” (BRAUDEL, 1996, p. 16).

A lentidão dessas mudanças é mantida pelo fato de que elas não conseguem penetrar igualmente em todos os espaços, são recebidas e percebidas de formas diversas, e muitas delas não são absorvidas integralmente. Diferentes grupos sociais podem incorporar ou não essas mudanças em diferentes velocidades. Alguns podem não incorporar essas mudanças por uma incapacidade de acesso a elas, outros, porém, podem simplesmente se negar a incorporá-las. Contudo, talvez seja difícil identificar quando um grupo não pode incorporar essas mudanças ou não quer incorporá-las. A única certeza é que essa incorporação está intimamente ligada a questões que ultrapassam os fatores econômicos, ela vai depender também de fatores culturais.

Os espaços compostos pela “economia mundo” resultam da soma de economias específicas, “umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro”. Essa característica da divisão internacional do trabalho apontada por Braudel também se encaixa na divisão regional do trabalho, onde o somatório de áreas heterogêneas compõe o todo da economia local. Da mesma forma, alguns bairros incorporam diferentes papéis na divisão do trabalho,

cada qual com a sua especificidade, seja um bairro industrial, comercial ou simplesmente residencial, compondo o todo da economia da cidade. Utilizando o bairro como ponto de referência de nossa análise, podemos aprofundar a questão, afirmando que os diferentes espaços que formam o bairro também mantêm sua especificidade. Voltaremos a esta questão mais adiante.

O aprofundamento das relações e formas de produção capitalista em tempos de globalização, responsável direto pela necessidade de reorganização do espaço, promove essa organização de forma combinada, porém, marcada pela desigualdade, criando o que Milton Santos chama de *espaços luminosos* e *espaços opacos*. Temos, então, espaços que incorporam as mudanças provocadas pelas forças produtivas de forma rápida, se tornando, inclusive, pontos de referência da circulação capitalista; enquanto outros espaços continuam à margem dessas mudanças, não as incorporando e não sendo integralmente incorporados pelos agentes de produção e reprodução do capital.

Para Ana Fani Carlos, são dois os aspectos relacionados ao crescimento do capitalismo que são fundamentais para a análise da concentração espacial presente nesse cenário de mudanças. Um desses aspectos é a própria necessidade de reprodução do capital, a outra é a crescente especialização, fruto do acirramento da divisão social, técnica e espacial do trabalho. Esses dois aspectos são interdependentes, estando intimamente ligados às mudanças do processo produtivo, e que tem gerado uma “nova divisão do trabalho pelo processo de desintegração horizontal” (CARLOS, 2001, p. 15).

A integração horizontal é fruto das relações pautadas por sua localização. Os pontos que se agregam sem descontinuidade são as horizontalidades, enquanto os pontos separados, mas que juntos asseguram o funcionamento da sociedade e da economia, são as verticalidades, cada vez mais associadas à idéia de redes e seus avanços técnicos (SANTOS, 2001, p. 284). Se as verticalidades e horizontalidades são características que estão presentes na construção do espaço urbano, elas também se fazem perceber no interior dos bairros da cidade.

Essa desintegração horizontal se faz possível pela difusão das redes que integram os diferentes espaços produtivos, colaborando com a especialização dos

lugares. As redes, na maioria das vezes, conseguem integrar às regiões centrais da cidade, de forma mais consolidada, bairros que se encontram mais afastados do que outros que estão mais próximos dessas áreas centrais.

Destarte, o atual processo de globalização, ao mesmo tempo que expõe o indivíduo ao mundo dominado pela grande oferta de produtos, dos mais variados possíveis, aspecto resultante das verticalidades, traz, para outra grande parcela da população mundial, um quadro de exclusão<sup>15</sup> e miséria. Esse quadro, conforme o sociólogo e ensaísta alemão Robert Kurz, aponta para uma nova face da pobreza que não surge mais por conta da exploração da produção, mas pela exclusão da produção (KURZ, 2004). Para Kurz, “pela primeira vez o aumento da produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho” (Kurz, apud: Haesbaert, 2004, p. 320). Esta exclusão é sustentada pela crescente concentração de renda, explícita, principalmente, nos países mais pobres. Bauman é enfático ao chamar essa parcela da população de “lixo humano”, são os “supérfluos”, para ele, são pessoas que não possuem mais lugar no mundo dominado pelas ações do sistema capitalista, e não faria a menor diferença se, de uma hora para outra, deixassem de existir (BAUMAN, 2005, p. 55).

Tratando desta forma, nos parece que as relações econômicas permeiam todas as transformações que ocorrem no espaço. Contudo, é necessário ter extremo cuidado ao relacionar o modelo de análise do espaço urbano para não se prender apenas aos aspectos econômicos. Apesar da importância de se analisar a evolução da sociedade pelo desenvolvimento do modo de produção, esta análise não deve aparecer desvinculada de outra categoria teórica, que é a formação social. A questão principal está ligada ao fato de que o modo de produção e a formação social não se desenvolvem de forma sincronizada. É justamente a falta de simultaneidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das formações sociais que causam as transformações e reorganizações das estruturas espaciais,

---

<sup>15</sup> Alguns autores preferem o termo “inclusão precária” ao termo exclusão, pois, “(...) rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva” (Martins, 1997, in Haesbaert, 2004, p. 316)

redefinindo as funções do espaço. Um dos agentes dessa organização é o próprio Estado.

Segundo Maurício Abreu (2006), não se pode atribuir ao Estado o papel de uma participação neutra no contexto urbano, porém, não devemos entender o Estado como uma instituição estabelecida apenas pelos anseios do capital. É verdadeiro o fato de que a ação pública contribui, de forma efetiva, para a diferenciação do espaço urbano, ao tentar garantir as condições necessárias à reprodução do capital. Entretanto, apesar de ser de grande importância a análise da evolução da sociedade pelo prisma da evolução do modo de produção, esta não deve se mostrar desvinculada de uma outra categoria teórica, que é a formação social.

O desenvolvimento das forças produtivas e das formações sociais raramente ocorre de forma concomitante. É a falta de sincronia que leva à transformação na organização da sociedade. Uma evolução mais rápida de uma das estruturas pode levar a uma reorganização do espaço. Esse fato é responsável pela diferenciação dos espaços que compõem os vários bairros de uma cidade, organizando-os de acordo com a lógica que comanda essas forças produtivas. Para Abreu, essa reorganização se dá através das novas funções criadas ou das antigas, que são transformadas.

A cada novo momento de organização social, determinado pelo processo de evolução diferenciada das estruturas que a compõem, a sociedade conhece então um movimento importante. E o mesmo acontece com o espaço. Novas funções aparecem, novos atores entram no cenário, novas formas são criadas e formas antigas são transformadas. Como diz Santos, a formação social se exprime, a cada momento, “através de processos que, por sua vez, se desdobram através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas”. Assim, a categoria formação social é, não só abrangente, já que trata da totalidade de processos sociais, econômicos e políticos que atuam numa sociedade como fundamentalmente empírica. (ABREU, 2006, p. 16).

Aproveitamos aqui o debate travado por Milton Santos a respeito da análise espacial feita a partir de quatro categorias: forma, função, processo e estrutura. Para Santos (1985), as partes de uma totalidade devem ser analisadas separadamente,

porém com o objetivo de se chegar a uma nova totalidade, agora decomposta, pensada e recomposta.

A proposta de Santos é a de um estudo simultâneo das quatro categorias de análise citadas anteriormente. Abdicar de uma dessas categorias seria um erro irreparável, pois "enquanto a compreensão de um aspecto é necessária à apresentação do todo, é inadmissível negligenciar qualquer uma das partes contribuintes". (SANTOS, 1985, p. 52)

Um erro recorrente na análise do espaço urbano é a reflexão pautada apenas em aspectos econômicos. Há muito se percebe que as conseqüências que atingem o espaço extrapolam as questões meramente econômicas. O impacto do modo capitalista de produção deixa marcas profundas no espaço e é capaz de alterar as relações históricas entre homem e território, destruindo laços criadores e sustentadores de identidade. Um desses sinais é justamente a necessidade de diferentes grupos sociais de manter vivas suas tradições, perpetuando seus costumes em espaços reservados para a preservação da memória cultural. De acordo com Nora (1993, p. 7), os lugares estão se tornando lugares sem memória, e a prova disso seria justamente a criação de locais específicos para a preservação dessa memória, como, por exemplo, os museus. Para ao autor, a história dos lugares é algo contrário à memória, pois a memória seria algo presente, que ainda vive, enraizado, no ceio da sociedade, enquanto a história seria uma tentativa de reconstrução do que não existe mais.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Segundo Nora, se não houvesse essa organização do acervo de memórias, certamente a história varreria essas recordações. É justamente a ameaça de efemeridade dessas memórias que a tornam alvo da proteção. Mas de onde surgem as necessidades de preservação dessas memórias? Como aparecem os interesses de se manterem vivas atividades que dão especificidades aos bairros?

Obviamente, as causas de preservação da memória podem variar de lugar para lugar. Contudo, alguns procedimentos se fazem necessários para a compreensão dessa relação entre os *homens lentos* – possivelmente entendidos como veículo da preservação das memórias do bairro, podendo ser aqui traduzido como *espaço banal* desses homens lentos – e o tempo *globalitário*<sup>16</sup> – articulado de acordo com as necessidades dos agentes hegemônicos e criadores de uma necessidade que extrapola o bairro. Faz-se necessária uma tentativa de levantamento dos espaços de memória do bairro para, em seguida, buscar compreender quais foram os elementos que contribuíram para a sua preservação. Só assim poderíamos caminhar na direção da identificação das marcas do passado que permanecem, desapareceram ou se transformaram com o tempo, almejando distinguir os elementos que contribuíram para a sua permanência ou violação.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005), em diálogo com a obra de Milton Santos, chama a atenção para o fato de que os homens lentos compõem uma força de oposição à rapidez do capital globalizado. Esta oposição seria garantida pelo antagonismo entre o *espaço global* e o *espaço banal* (espaço vivido e sentido cotidianamente), também podendo ser entendido como a oposição entre o tempo lento e o tempo rápido de Braudel. Para Santos “o tempo se dá pelos homens. O tempo concreto é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo.” (SANTOS, 1997, p. 83)

Milton Santos afirma ainda que o tempo rápido só o é em relação ao tempo lento, e que ambos são absolutamente relativos (2002, p. 267), o mesmo poderia ser dito em relação ao espaço global e o espaço banal. Lembramos aqui a definição de lugar usada por Tuan, para quem espaço e lugar não podem ser entendidos separadamente, o espaço permite movimento, enquanto o lugar é a pausa (TUAN, 1983, p. 6). Contudo, como afirmar a existência de um tempo lento em um bairro? Como identificar quais os grupos e/ou indivíduos que se constituem, necessariamente, como homens lentos?

---

<sup>16</sup> De acordo com Milton Santos (2004, p. 11) o processo de globalização é criador de uma exclusão do processo democrático, a globalização seria uma imposição a um sistema único, totalitário, daí o termo globalitário.

Algumas atividades podem se transformar em um marco na produção do espaço de um bairro, contudo, algumas transformações ocorridas ao longo dos anos podem contribuir ora para a afirmação de uma atividade, ora para a desintegração dessa atividade.

A atividade pesqueira ainda é um desses marcos da produção do espaço no bairro do Caju. Contudo, algumas transformações ocorridas ao longo dos anos contribuíram, em determinados momentos, para a continuidade dessa atividade, e em outro, para o fim da colônia de pescadores. Entre os elementos que prejudicam a atividade pesqueira na região, certamente um dos mais marcantes é a degradação ambiental. A poluição dificulta o trabalho dos pescadores, que muitas vezes “pescam” mais lixo do que peixe. A dificuldade na comercialização do pescado também é outro fator que emperra a atividade, pois, segundo os pescadores, a ausência de um ponto fixo para o comércio os torna reféns das empresas que enlatam e comercializam as sardinhas pescadas por eles.

A colônia de pescadores sobrevive em meio a um bairro que se encontra cercado por atividades das mais diversas. A imagem indissociável do cemitério, a presença das bases militares e a atividade portuária, que sufocam parte do tráfego do bairro, são apenas exemplos dessa diversificação. Ou seja, como afirma Ana Clara Torres Ribeiro, o território é o lugar dos conflitos entre a “exploração dos recursos estratégicos e a atualização do capitalismo na escala mundial” (RIBEIRO, 2005, p. 94). A resistência de determinadas atividades podem ocorrer pela necessidade de existência de espaços de preservação de valores pré-estabelecidos por determinados grupos, ao mesmo tempo que as diferentes formas de apropriação do espaço coexistem num mesmo momento.

Talvez, na atualidade, estes espaços sejam as territorialidades da resistência, formadas no cotidiano, sob os mandamentos do senso comum. Nestes mandamentos, o trabalhador e o pai de família têm valor. Afinal, a banalidade constitui, não raramente, a única barreira ao excesso de artificialismo e de manipulação do mundo. A reiteração de valores, fazendo aflorar a ação espontânea, constitui uma aposta, mesmo que frágil, na territorialização de direitos e, também, um dos sintomas mais nítidos da precariedade da integração permitida pela última modernidade, tão insistente na promessa do consumo

excepcional. É a ação espontânea – organizada, apenas, na reiteração de valores – que, com frequência, apóia lutas de apropriação do território, numa conjuntura econômica em que os fluxos ensaiam, sem jamais conseguir se impor sobre os fixos. (RIBEIRO, 2005, p. 99)

Seria então o bairro um território de resistência? Ao andar pelas ruas do Caju, surgiu-me uma série de questionamentos. Entre nossas inquietações, uma que persistiu era a idéia de saber como os moradores percebem e reconhecem o lugar em que vivem. Surge, então, a necessidade de trabalhar o conceito de bairro.

#### **4.3 - Bairro: discutindo o conceito.**

O processo de fragmentação do espaço urbano, por muitas vezes, tem sua expressão refletida na divisão da cidade em bairros, que também podem ser organizados de acordo com uma hierarquia, que atribui um maior valor a um determinado espaço, e, conseqüentemente, desvaloriza outros.

Após a constatação da necessidade de discutir o conceito de bairro, chegamos a uma outra, a da ausência de trabalhos que abordem esse conceito. Existe uma carência a respeito de trabalhos de maior fôlego quando o assunto é o bairro, o que deixa uma lacuna muito grande para o debate sobre a formação do espaço urbano. Tentamos aqui contribuir um pouco para o preenchimento desta lacuna, alinhavando os retalhos encontrados em trabalhos onde o conceito de bairro aparece com alguma relevância. Para isso, recorreremos mais uma vez ao trabalho de Lysia Bernardes, que possui uma valiosa obra sobre a geografia da cidade do Rio de Janeiro. Para Bernardes, “a noção popular de bairro é muito mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela se baseia num sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou tal bairro” (BERNARDES, 1987, p. 105).

Segundo a autora, essa relação entre a população e o bairro é fruto de uma série de elementos que dão uma individualidade aos bairros. E quais seriam esses elementos? Eles podem estar relacionados aos aspectos da paisagem (casas, ruas,

estilo, idade, etc.), podem estar relacionados ao conteúdo social (nível social, modo de vida), ou ainda relacionados com a função desempenhada pelo bairro (ou seja, seu papel dentro do organismo urbano). Para Lysia Bernardes, “cada bairro é resultante de forças do passado e de fatores do presente, mas em todos eles já se esboçam alguns traços do futuro, que cabe ao geógrafo distinguir” (BERNARDES, 1987, p. 106).

Para Ana Fani Carlos, o bairro se revela no plano do vivido, é o bairro que dá sentido à vida cotidiana. Segundo a autora, “se o bairro permite pensar nas mudanças, nas formas do uso que se revela no modo de habitar, aponta para as mudanças provocadas pela deterioração das formas da vida urbana na metrópole” (CARLOS, 2001, p. 244).

O bairro é o centro das relações sócio-espaciais, e por isso é o ponto de referência para a produção de laços solidariedade, para a própria prática urbana, e para o relacionamento com os demais espaços da metrópole. É a partir da escala do bairro que se enxerga a metrópole, mas não podemos explicar a última pelo primeiro, pois, segundo Carlos (2001), o papel dos indivíduos na sociedade não se resume aos papéis vividos no bairro, contudo, é absolutamente possível pensar a metrópole pelo bairro a partir de suas relações. Castells (1983) também apresenta a sua definição de bairro, para ele:

O bairro, que tem uma dupla delimitação: também está provido de equipamentos coletivos e acessíveis ao pedestre; mas além disso ele se constitui em torno de uma subcultura e representa um corte significativo na estrutura social, podendo chegar até mesmo a uma certa institucionalização em termos de autonomia local. (CASTELLS, 1983, p. 162)

Todavia, essa noção de bairro pode ser a mais variada possível. Para ter uma idéia dessa variação, vamos tomar como exemplo o caso dos pescadores. A própria categoria desses profissionais da pesca não pode ser analisada de forma homogênea. De acordo com Cerutti (1998), a divisão dos habitantes de uma região por setores de atividades, além de dar uma orientação meramente econômica, pode contribuir para negligenciar ou até mesmo ocultar alguns componentes fundamentais da estrutura que se pretende analisar, grupos de idade e sexo podem ser ignorados

nessas classificações “socioprofissionais”. Contudo, esses grupos são determinantes para compreensão da organização social. Além disso, uma separação conceitual entre as questões econômicas, sociais e políticas podem esvaziar a investigação do espaço no que diz respeito ao seu conteúdo político e social.

(...) apesar de os seres humanos trabalharem dentro de limites materiais bem definidos que não foram criados por eles, e que incluem fatores puramente físicos e ecológicos, o mundo material, tal como existe para eles, não é um dado natural; é um modo de atividade produtiva, um sistema de relações sociais, um produto histórico. (WOOD, 2003, p. 32).

Não podemos negligenciar o fato de que os indivíduos pertencem a uma forma social determinada (MARX, apud. LABICA, 1990). As relações que se estabelecem entre os moradores da Quinta do Caju, ora com a pesca, ora com as atividades que a substituem ou concorrem, se dão por meio de condições que fogem ao controle desses indivíduos.

O espaço é fruto das mudanças ocorridas ao longo de várias gerações, cada mudança que ocorre é apoiada em transformações do passado, contudo, elas ocorrem almejando atender às necessidades futuras. As atividades humanas atuam e modificam o sistema social, essas mudanças são a expressão máxima de suas necessidades. Para compreender a profundidade das mudanças que as atividades humanas são capazes de produzir no espaço, devemos de perceber o modo de produção à qual ela responde, não somente como resultado do aparato tecnológico que transforma a organização produtiva, mas como uma organização social, a atividade produtiva requer, antes de qualquer coisa, um conjunto de organizações sociais que a sirvam como suporte (WOOD, 2003).

Essas mudanças geram determinações que se sintetizam para formar o aspecto concreto do lugar. É nesse espaço, resultante das múltiplas determinações de variados atores, que o indivíduo encontra, em sua essência, a prática social.

A questão de saber se é preciso conceder ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão de teoria, porém uma questão prática. É na prática que o homem deve comprovar a verdade, isto é, a realidade efetiva e a força, o

caráter terrestre de seu pensamento. (MARX, apud, LABICA, 1990, p. 139).

A compreensão das atividades e das relações sociais torna-se elementar para uma análise materialista, onde o meio é resultado das relações entre homem e natureza. Essa relação é, sobretudo, histórica e prática, não sendo possível qualquer movimento que fuja às determinações das forças materiais, sejam naturais ou humanas. O próprio Marx afirma que as relações sociais são mediadas pela própria natureza e vice-versa.

Para Simões (2007), a visão do bairro como uma manifestação local da divisão territorial do trabalho e das estruturas de reprodução é uma marca presente nos estudos de cunho marxista, mas que, por outro lado, negligencia o conteúdo cultural e humanista nesses espaços. Percebendo que em vários estudos esse problema já se encontra superado, relocalamos aqui a questão a partir de considerações que recuperem o conceito de bairro, remetendo-os à análise do conceito de lugar. Para o próprio autor, é possível afirmar que nem todo lugar é um bairro e que nem todo bairro é um lugar, mas certamente “os bairros tomam para si os atributos de lugares, pontos de partida para um sistema de referência espacial, individual e coletivo, que pode detonar processos identitários”. (SIMÕES, 2007, p. 46).

A identidade, de acordo com Castells (2001, p. 22), é um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural”. As identidades podem, todavia, “ser formadas a partir de instituições dominantes”. Para Castells (2001, p. 24), a construção de identidades sempre opera em um contexto orientado por relações de poder, e sob essa análise, o autor propõe três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora (com origens relacionadas às instituições dominantes); a identidade de resistência (alimentada por atores sociais que estão em posição de resistência e sobrevivência) e a identidade de projeto (quando se faz uso de um material cultural para a construção de uma nova identidade).

Castells lembra que identidades podem ser formadas por meio de resistências e se transformarem em identidades de projeto. Tomemos aqui, em especial, caso de formação das identidades de resistência, pelo fato de ser esta forma de identidade a

que melhor se relaciona com os elementos ligados à atividade pesqueira na Quinta do Caju. O próprio autor trabalha com a hipótese de a *identidade destinada à resistência* ser “o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade”.

Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidade que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a 'essencialização' dos limites da resistência. (CASTELLS, 2001, p. 25)

Essa resistência, geradora de identidade, não aparece desvinculada da existência de conflitos. Segundo Milton Santos, é no lugar que cooperação e conflito fazem parte do cotidiano, da vida em comum. É o lugar a referência de mundo, é “o teatro insubstituível das paixões humanas” (CASTELLS, 2001, p. 322). Essa posição de Santos também está presente em outra obra, *Da Totalidade ao Lugar*, onde ele afirma que é a ordem local que “funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade” (SANTOS, 2005, p. 170).

O aumento da complexidade das relações socioeconômicas influencia diretamente o aparecimento e a reorganização de novas funções que vão ser desenvolvidas pelo bairro e seus moradores, que passam a se adaptar às novas exigências da cidade como uma tentativa de sobrevivência. Esta articulação entre a lógica do bairro e a lógica da cidade se dá sobre a tutela de uma gama de ordens emitidas pelo conjunto de instituições e grupos sociais estabelecidos pela cidade (SIMÕES, 2007, p. 47). De acordo com Ana Fani Carlos:

O uso deixa marcas profundas no espaço, deixa traços que organizam comportamentos, determinam gestos, pois estes também são inerentes às formas, revelando-se por meio dos modos de apropriação dos lugares da metrópole. Nesse sentido, o uso tem um caráter local, trajetos e percursos que dizem respeito à vida, o que abre a perspectiva de pensar as diferenças que emergem para além da racionalidade imposta pela troca de mercadorias, que acentua a racionalidade do espaço urbano. A prática espacial se constata em vários níveis,

que esclarecem as práticas do habitante e do usador no plano imediato. Trata-se do lugar da casa e de tudo que o ato de habitar implica à vizinhança, em contatos contínuos; a rua, com seus encontros, intercâmbios, troca de informações e sua dimensão lúdica. São lugares de orientação na metrópole, referência significativa da vida, que tem uma dimensão objetiva (da relação prática com o outro e com o espaço) e subjetiva (identidade, memória). Assim, os espaços se ampliam; a casa e a rua ganham a dimensão do bairro. (CARLOS, 2001, p. 244)

Para compreender a percepção do espaço construída pelos moradores, para que assim se tenha uma dimensão simbólica da construção do bairro, é importante uma análise das relações de identidade que os indivíduos expressam com o lugar. São os laços emocionais que fortificam a relação do indivíduo com o lugar. Para Yory (2008), a construção de uma sociedade forte se faz através da construção de laços entre esta sociedade e o espaço habitado, e a carga emocional que garante um sentimento de origem, que identifica o indivíduo com o espaço.

(...) entender la relación de la sociedad humana con el entorno respectivo que habita como una relación topo-fílica supone asociar estrechamente la pregunta que interroga por la naturaleza del lugar (o lo que es lo mismo, por nuestra relación con él) con aquella que se ocupa de esclarecer el valor de ese lugar al interior del todo del que hace parte. (YORY, 2008, p. 428)

Segundo o autor, a *topofilia* deve ser entendida como uma ciência, “la ciencia del habitar”.

Por topofilia o geógrafo Yi-Fu Tuan (1974 e 1980) e o filósofo Bachelard (1957 e 1978) entendem o sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade, que se contrapõe ao espaço indiferente, abandonado à medida do geômetra. Os lugares atraentemente vividos e do bem-estar são abrigos, aposentos e refúgios. (MELLO, 2001, P.88)

Podemos imaginar então que o bairro é o espaço da *topofilia*, é onde não apenas se vive, mas onde o indivíduo promove uma “marca em el suelo”, o que segundo o próprio autor, poderia ser entendido como um processo de territorialização, “una apropiación sócio-espacial” (YORY, 2008, p. 440). A casa é um

exemplo de uma marca de que um determinado indivíduo pertencente a um determinado grupo, que ocupa um determinado lugar, deixa no solo. Além das habitações, podemos encontrar marcas referentes a atividades econômicas, e a elementos culturais.

(...) un barrio, un distrito, una comuna, una localidad, un pueblo, una vereda, o una ciudad, se constituyen, muchas veces (em su dimensión tanto social como espacial) en lo único que la mayoría de los habitantes del planeta pueden entrar a atesorar y, de tal suerte, llamar “suyo”. (YORY, 2008, p. 438)

De acordo com o autor, essa característica (“sentido de pertencencia”) não é exclusiva das classes menos favorecidas, entre as elites também existe um projeto próprio, uma maneira específica de habitar, “no podemos confundir ese eufemismo burgués que muitas veces supone el ‘desarraigado’ cosmopolitanismo del ‘ciudadano global’ propio de la vida urbana (...)” (Yory, 2008, p. 437). Não se exerce soberania sobre o planeta, o sentimento de territorialidade não é expresso em escala global.

A luta pelo reconhecimento da propriedade do solo, direito esse adquirido recentemente pelos moradores da Quinta do Caju, é emblemático. O território não possui valor algum se for analisado isoladamente das relações sociais.

O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p.10).

Para Santos, o território por si só não se constitui em uma categoria de análise da Geografia, mas sim o território usado, pois é o uso que lhe atribui valor e significado. A territorialidade é um instinto básico de qualquer grupo, está ligada ao uso do próprio território e à defesa do grupo, assemelhando a territorialidade humana à territorialidade animal. A territorialidade também aparece como uma “expressão”, como “um resultado da arte” (DELEUZE, apud: Haesbaert, 2004, p. 50). A ponte entre a territorialidade humana e a territorialidade animal pode ser feita através da necessidade que o homem possui, assim como os animais, de dominar um pedaço

de terra. Contudo, não podemos menosprezar a dimensão natural e nem, tão pouco, desprezar a ação caracteristicamente humana na construção da territorialização.

Segundo Milton Santos, o poder do território se revela porque é nele que deságuam todos os movimentos da sociedade, o território é a base de toda organização social, cultural, econômica e política. Daí a importância do lugar estar ganhando cada vez mais destaque, mesmo com os avanços dos instrumentos que contribuem com o processo de globalização - ou processo globalitário, como chama Milton Santos - pois a própria globalização valoriza os lugares, são eles que potencializam o processo de globalização. "O mundo não existe em si, o mundo existe para os outros. É o lugar que dá conta do mundo" (SANTOS, 2004 p. 52).

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (SANTOS, 2004 p. 114)

Cada indivíduo (ou grupo) realiza o mundo à sua maneira, que é diretamente estabelecida pela maneira com que o indivíduo (ou grupo) se relaciona com o lugar. Esses indivíduos, que fazem parte do lugar, possuem relações mediadas por elementos externos a esse lugar, seja uma influência econômica, técnica ou política.

Assim como Braudel chama a atenção para a existência de uma história inconsciente, já que os homens não se dão conta de que fazem história (BRAUDEL, 1992, p.60), Milton Santos mostra que a construção do espaço pode ocorrer nas mesmas condições de alienação por parte dos homens. Seria o que ele chama de *espaço banal*, que é o espaço onde se realiza a vida coletiva, o espaço vivido (SANTOS, 2004, p. 53), onde se pode observar muito além das relações determinadas pelos mecanismos econômicos globalizantes. Para ele, o que existe é uma disputa entre o local e o global, onde o local está empenhado na busca de um sentido para a organização sócio-espacial, enquanto o global está empenhado na busca por resultados, e, nesse sentido, o espaço banal seria uma fonte de resistência aos propósitos do poder globalizante. Destarte é verdadeiro afirmar que os lugares são fruto de uma singularidade, mas o são dentro de uma lógica que os torna globais, são resultados particulares de manifestações do "globalitarismo".

Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o “mundo” não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país. (SANTOS, 2004, p. 113)

Se considerarmos países com extensões territoriais como a do Brasil, a perspectiva de constituição de um cidadão nacional pode se tornar menos concreta. Em espaços construídos em torno de uma grande desigualdade, a escala local apresenta uma grande influência na formação desse cidadão. Assim, a cidadania plena dos indivíduos depende das interferências locais. Destarte podemos admitir que não existe uma mentalidade global sem uma mentalidade local, pois são as condições locais que podem levar a uma mentalidade global.

Podemos considerar o pensamento de Silva (2005) ao falar da *insurgência dos trabalhadores excluídos* para analisar o caso da sobrevivência da atividade pesqueira no bairro do Caju, que poderia assim ser vista como um instrumento de preservação da estrutura local e, ao mesmo tempo, um veículo rumo à estrutura globalizada:

Integração e fragmentação são faces da mesma totalidade fenomênica, ou seja, do processo de modernização capitalista que altera o território usado, criando um meio artificializado de sistemas técnicos e sistemas de objetos, como ensinou Milton Santos (1994). Este uma vez criado realiza-se por meio de tecnosfera – objetos fixos e fluxos – e psicofera – valores, sociabilidade, idéias, projetos, ações e práticas sociais, onde a modernização impacta e (re)constrói o território. A técnica, imposta pela e para acelerar a dinâmica capitalista nas atividades formais acaba por ser apropriada pelos excluídos dessa modernização. (SILVA, 2005, p. 36)

Essa integração e fragmentação constituem-se na face da vida urbana, artificializada, modernizada, mas, ao mesmo tempo, vivida dia após dia, cotidianamente no bairro, no espaço banal, da contradição entre o local e o global. É essa contradição que faz do espaço urbano o centro da diversidade, onde se celebra

a variedade de formas e de vida. Para Milton Santos, a própria exclusão contribui para esse enriquecimento da diversidade socioespacial, que aparece manifestada tanto “pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida” (SANTOS, 2002, p. 323).

Ana Clara Torres Ribeiro cita Lefebvre ao lembrar que “o presente é fruto da atualização de estruturas econômicas e socioespaciais e, ainda, de disputas entre diferentes futuros possíveis” (RIBEIRO, 2006, p. 470). Esses futuros possíveis são a *presentificação* das estratégias definidas pelos atores dominantes, atendendo aos impulsos globais, neste caso, as decisões são tomadas fora do bairro.

Concordamos assim com Ana Fani Carlos (2001), para quem a ação dos elementos externos ao bairro influenciam na organização espacial. A mídia, principalmente, assume esse papel de remodelador do modo de vida, que leva a um empobrecimento das relações sociais e reduz o papel dos signos, importantes para a criação de uma identidade local.

#### 4.3.1 - Todos querem morar num bairro.

Após as explanações feitas sobre o conceito de bairro e as características da Quinta do Caju, verificamos que existe um conjunto de vários loteamentos irregulares e algumas favelas no Rio de Janeiro que se denominam bairro.

Encontramos como exemplos dos loteamentos irregulares que possuem essa característica: Bairro União (com 154 moradores e 44 domicílios), Bairro Santa Maria (com 1101 moradores e 331 domicílios), Bairro Oásis (com 331 moradores e 90 domicílios) e Bairro Santa Inês (com 756 moradores e 215 domicílios) (SABREM, 2008).

Outro fato curioso é que todos os “bairros” citados acima se localizam em Campo Grande, assim como a maioria absoluta dos loteamentos irregulares que possuem essa peculiaridade na cidade do Rio de Janeiro. A justificativa pode estar no fato de que a população de Campo Grande carece de uma divisão territorial que

reconheça as diferentes identidades de seus moradores e/ou na privação que alguns grupos excluídos passam em relação ao sentido de pertencimento ao urbano.

No caso de favelas que possuem o nome de bairro, a incidência é um pouco menor, porém, encontramos, mesmo assim, 13 delas que possuem o nome de bairro, como é o caso do Bairro Agulhas Negras, também em Campo Grande (com 2168 moradores e 604 domicílios) (SABREM, 2008).

Podemos citar ainda casos de bairro que surgem do “imaginário” dos moradores e não necessariamente se localizam em áreas de baixa renda. Um exemplo é o Bairro Peixoto, em Copacabana. Definido pela própria Associação de Moradores e Amigos do Bairro Peixoto como um oásis. O bairro “é composto por 2 praças, 1 travessa, 1 ladeira e 13 ruas. Seus limites naturais são estabelecidos pelo Morro dos Cabritos e Morro de São João que o abraçam”. Ainda segundo a associação, ele “reúne aproximadamente 440 prédios residenciais e 9.000 moradores” e, “no que se refere a sua infraestrutura [sic], conta com o Posto de Saúde, o 19º Batalhão da Polícia Militar, hospital particular de grande porte e Shopping Center conhecido como o Shopping dos Antiquários” (AMABP, 2008).

Mais uma vez, temos um espaço bem delimitado, neste caso, até mesmo por elementos da natureza, e pela presença militar, que funciona como um elemento gerador de segurança e, certamente, contribui para a denominação do lugar como um “oásis” pelos moradores. São as peculiaridades do lugar que fazem com que o morador do Bairro Peixoto se identifique com o lugar, e não com Copacabana.

Existe ainda o exemplo do bairro que desaparece. Isso pode ocorrer quando os moradores não fazem questão de pertencer ao bairro. É o caso do bairro Aldeia Campista, que perdeu lugar no imaginário de seus moradores, que preferiram o *status* de morar na Tijuca ou Vila Isabel.

Aldeia Campista é originalmente um bairro da cidade do Rio de Janeiro que surgiu com a implantação da Fábrica Confiança, no final do século XIX e com a conseqüente construção de casas para os operários. Os três apitos, que marcaram outrora os horários dos trabalhadores na fábrica, foram imortalizados na música de Noel Rosa, que como muitos, se refere ao local como Vila Isabel, embora muitos insistam que a área pertença à Tijuca. (TIJUCA, 2008)

Com a valorização imobiliária da Tijuca e de Vila Isabel, os moradores incorporam as fronteiras desses bairros e passam a delimitar o seu bairro como parte integrante dos bairros vizinhos.

#### **4.4 – Identidade e percepção da territorialidade no “bairro” Quinta do Caju.**

A Quinta do Caju é uma das primeiras favelas em que os moradores tiveram o direito de reconhecimento do título de propriedade. Levando em consideração que um dos principais elementos que caracterizam uma favela é justamente a irregularidade da ocupação, a regulamentação da propriedade do solo na Quinta do Caju pode ser considerada um elemento que agrega uma maior identidade entre os moradores e o bairro.

O mapa I, a seguir, mostra a delimitação do bairro do Caju estipulada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e é essa delimitação que serve de referência para a divisão da cidade em Regiões Administrativas. Porém, cabem aqui algumas perguntas: A percepção dos indivíduos que moram no bairro é mesma que a prefeitura utiliza para a delimitação administrativa? O bairro começa e termina, para os moradores, nas fronteiras estabelecidas pelo poder público? Podem existir vários “bairros” dentro de um bairro? Os moradores percebem o bairro como um todo ou por partes?

O mapa sugere ainda uma outra hipótese. Se analisarmos os bairros cariocas de acordo com o tamanho de seu território, podemos identificar que os bairros que estão em áreas de maior densidade demográfica e de mais antiga ocupação são justamente os menores. Isso sugere a idéia de que ocorre uma subdivisão do espaço urbano na medida em que ocorrem transformações que dão identidade e especificidade ao lugar.



**Mapa I** – Imagem de satélite sobreposta com a divisão dos bairros do município do Rio de Janeiro e a localização do Bairro do Caju.

Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/default.HTM>.

Tomando exemplos de alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro, notamos que a representatividade dos bairros pode assumir um caráter efêmero, assim como as delimitações do território dos bairros não se mostram de forma muito clara em todos os bairros, podendo variar de indivíduo para indivíduo.

As discussões sobre os sentidos e representações de bairro que encontramos ao longo deste capítulo nos fazem refletir na hipótese de que o bairro não deve ser encarado como uma área pré-delimitada pelo poder público. O bairro faz parte do imaginário, ele pode ser construído e vivido em diversas escalas, dependendo das representações atribuídas pelos próprios moradores. Percebemos, assim, que a Quinta do Caju poderia perfeitamente ser chamada de bairro, já que as ações que regulam a vida no lugar, as relações de vizinhança e sociabilidade são estabelecidas entre os moradores dessa área, de forma independente das demais áreas do restante do Bairro do Caju.

Como já observamos anteriormente, o bairro do Caju possui delimitações impostas pela Avenida Brasil e Baía de Guanabara, além de alguns outros elementos importantes na estruturação do espaço do bairro e a localização da Quinta do Caju. O bairro do Caju, tão lembrado pelo cemitério, recebe uma grande influência da

atividade portuária, da militar e da construção naval. É comum andar pelas ruas do bairro e verificar que são tomadas por caminhões e *contêineres*, que mudam e regulam as principais vias de circulação do bairro.

E o que diferenciaria a Quinta do Caju do bairro do Caju, a ponto de podermos afirmar a existência do “bairro” Quinta do Caju?

Recorreremos mais uma vez à imagem aérea da Quinta do Caju (foto XX) para chamar a atenção para o fato de o lugar possuir apenas uma entrada terrestre, sendo esta “protegida” pela vizinhança da entrada, sempre vigiada e segura, da aeronáutica. Outro dado a ser considerado em uma análise da estruturação espacial e formação de identidade é a atividade pesqueira. A colônia de pescadores, localizada no mapa abaixo, integra a paisagem, a cultura e o imaginário da Quinta do Caju.



**Foto XX** – Imagem de satélite do acesso da Quinta do Caju. Fonte: Adaptado de *earth.google*. Acesso em: 13 de setembro de 2008.

O fato de possuir uma única entrada terrestre, e que ainda conta com a vigilância, mesmo que de forma indireta, de militares; possuir uma única via de circulação por toda a área; a ligação direta com atividade pesqueira; e a influência da imigração portuguesa, contribui diretamente para a inexistência do domínio de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, marca registrada das favelas cariocas.

Comparando as favelas que passaram por projetos de urbanização na década de 1970 com os conjuntos habitacionais, Santos e Falcão (1988) afirmam que diferentemente dos conjuntos habitacionais, as áreas que passaram por projetos de urbanização se constituem em lugares onde se possui uma trajetória de lutas, de reivindicação, de batalhas pelo direito à moradia, e é justamente aí que nasce o sentimento de bairro. Toda a trajetória de lutas pela ocupação do lugar, a trajetória de resistência da atividade pesqueira e a de intervenções (nem sempre ocorridas de acordo com os anseios dos moradores) são elementos que garantem aos moradores da Quinta do Caju esse sentimento de bairro.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos também destaca o histórico de lutas dos moradores como um elemento importante de geração de identidade do bairro. Além da luta pela ocupação do espaço, Santos cita também a própria formação do lugar, que normalmente é dotado de um mínimo de condições para que possa ser habitado, e esse mínimo de condições normalmente passa por uma série de intervenções promovidas pelos próprios moradores. É o “esforço coletivo” que constrói esse sentido de comunidade, “não eram só as casas que os favelados tinham feito para morar. Eles também tiveram de fazer o chão onde assentá-las” (SANTOS, 1981, p. 37). Santos usa esse argumento para justificar a luta dos moradores para não abandonar a favela, por mais que existam outros fatores como facilidade de locomoção, proximidade com o mercado de trabalho, acesso aos meios de transporte e equipamentos urbanos e a ilegalidade, que garante a gratuidade de serviços como abastecimento de água, por exemplo. Não podemos deixar de considerar as ações coletivas que se dão por meio dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade.

Aproximamo-nos aqui do conceito de comunidade defendido por Weber: “Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (WEBER, 2005, p. 71). De acordo com Weber, a comunidade se baseia por qualquer espécie de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Nesse caso, podemos entender como a pesca pode servir para garantir à Quinta do Caju um sentimento de pertencimento a essa comunidade.

A foto XXI nos dá a prova das marcas de duas atividades centrais para a formação da Quinta do Caju, onde podemos ver as embarcações dos pescadores que ainda resistem, e, ao fundo, as instalações do Estaleiro Ishibras. Essas características são traços marcantes na formação da identidade dos moradores da Quinta do Caju e estão presentes de forma marcante na paisagem do lugar.



**Foto XXI** – *Praça do Mar: Baía de Guanabara vista da Quinta do Caju, ao fundo as instalações do estaleiro Ishibras. Fonte: foto do autor, 2008.*

Temos assim a noção da proporção da influência dessas atividades, marcando o espaço como o lugar da pesca, sufocada principalmente pela indústria naval. A pesca é a marca de identidade que compõe a especificidade do lugar, fazendo com que a Quinta do Caju possua uma particularidade em relação aos demais espaços do bairro do Caju, não sendo comparada e nem possuindo ligações com as demais favelas. São elementos que fundamentam e geram identidade, que criam e sustentam o bairro da Quinta do Caju.

## CONCLUSÃO

Percebemos que, entre outras, uma das principais características do espaço urbano, é a de se apresentar, ao mesmo tempo – usando uma expressão lefebvriana – *junto e separado*. Essa continuidade e descontinuidade simultânea faz com que o espaço urbano sinta o reflexo das ações do modo capitalista de pensar e produzir a cidade.

O direito à cidade não se constitui em liberdade de acesso às estruturas que compõem a cidade. O direito à cidade é a prerrogativa de viver plenamente o espaço urbano a partir do que ele representa para o indivíduo. O habitante da grande cidade não vive todo o espaço ocupado por ela. Ele vive o seu espaço, o seu lugar. O sentimento de pertencimento não é válido para todo o urbano, ele está presente em uma porção restrita do território da cidade. Essa porção é o bairro.

Quando se faz presente um processo de resistência como encontramos na Quinta do Caju - onde a atividade pesqueira mostra a força do lugar diante das imposições das novas forças produtivas – vemos que essa resistência não é uma oposição à cidade, ou ao modo de vida urbano. Ela é uma objeção à imposição do modelo de acumulação do capital que altera as relações com o lugar, com o espaço vivido e pertencido a eles, pois é no lugar que essas intervenções ganham os contornos do autoritarismo das ações capitalistas.

A prova dessa objeção não está apenas na negação das novas relações de produção do modo capitalista de acumulação, que impõe suas regras e submete os moradores do lugar a fazerem parte do sistema. Ela se expressa na disputa de sentidos no uso do território, disputa entre os agentes hegemônicos e os grupos que ocupam o lugar. Essa disputa contribui de forma decisiva na formação do *contra-espaço*.

Porém, a atividade pesqueira é só mais um dos veículos de manutenção desse *contra-espaço*, ela vem acompanhada por uma série de ações, voluntárias ou involuntárias, que ratificam a negação do lugar às ações homogeneizantes.

A prova da discordância e da produção de formas de resistências, dada pelos moradores do lugar às intervenções feitas pelo poder público, é o abandono completo das novas instalações promovidas pelo projeto urbanístico que é o Favela-Bairro. Vimos que algumas sequer chegaram a funcionar, enquanto outras, foram subutilizadas.

Os problemas expostos podem surgir de um simples desconhecimento ou dissimulação, do fato de que as favelas do Rio de Janeiro possuem como característica única apenas a sua singularidade. Essa é a regra, e a Quinta do Caju não foge a ela. A presença marcante da pesca, juntamente com a ocupação dos imigrantes portugueses, já garantem ao lugar um papel diferenciado no processo de formação desse espaço segregado do urbano do Rio de Janeiro. Como vimos, a Quinta do Caju foge por completo às possibilidades de ser enquadrada entre as versões que circulam como modelos para o surgimento das favelas cariocas.

A contribuição desse trabalho reside na possibilidade de que, a partir das observações e análises feitas na Quinta do Caju, possamos pensar o processo de fragmentação do espaço urbano do Rio de Janeiro. Vivenciamos durante essa pesquisa a experiência de pensar em respostas que aparentemente parecem simples, mas que demandam uma série de outras questões, e que, certamente, as respostas podem apresentar variadas possibilidades. Percebemos o quanto é imprecisa a delimitação territorial de um bairro, pois, se perguntarmos a diversos moradores quais as suas percepções sobre os limites territoriais do bairro onde moram, certamente apresentarão respostas variadas. Por quê? Porque os moradores vivem o bairro, cada um, a sua maneira. O bairro é sentido, percebido, usado e vivido de forma individualizada. É o indivíduo, mesmo quando em grupo, que habita e se socializa no bairro. São exceções, nesse caso, lugares como na Quinta do Caju, onde os limites territoriais do bairro se apresentam de forma bastante definida, contribuindo para unidade do lugar. O que não significa, de forma alguma, que o lugar seja marcado pela homogeneidade. A diversidade está representada no espaço urbano nas diferentes escalas. Os fragmentos do espaço urbano possuem como elemento comum a todos, a especificidade.

Outro aspecto que aparece de forma decisiva para a formação da identidade do lugar é a sua dimensão simbólica. A pesca e a descendência dos imigrantes portugueses contribuem de forma significativa para a formação da identidade do lugar. A criação de elementos identitários se constitui em um aspecto fundamental para a resistência do lugar no imaginário de seus habitantes.

A grande variedade de espaços percebidos através dessa dimensão simbólica do território urbano, juntamente com as ações desiguais do desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, garante a necessidade de fragmentação da cidade. Por isso os bairros tendem, em grande maioria, a se dividirem, formando bairros menores, onde se torne possível o reconhecimento dos moradores com o espaço. Esses exemplos aparecem em bairros como Campo Grande e Jacarepaguá, que passam por um processo de crescimento demográfico, que produz uma fragmentação do espaço do bairro. Dizer que se mora em Jacarepaguá, por exemplo, não possui significado algum para quem conhece o bairro. É preciso subdividir, criar porções e especificidades próprias, movidas por simbolismos que redefinem essas fronteiras do bairro.

Esse processo de demarcação e (re)ordenamento dos limites dos bairros conta com uma contribuição relevante da especulação imobiliária. Um exemplo típico de movimentação de fronteiras de um bairro, promovido pelos interesses da especulação imobiliária, é a Barra da Tijuca, que estendeu seus domínios para o que até pouco tempo era conhecido como Rio Centro. Os bairros podem possuir caráter efêmero, surgindo e desaparecendo de acordo com os interesses dos agentes que regulam e ordenam o espaço urbano.

Vimos também, ao longo deste trabalho, que quando a ação do poder público não comunga dos mesmos anseios que os moradores do lugar que sofrem a intervenção do Estado, os resultados podem, simplesmente, não surtir os efeitos desejados. Projetos como o Programa Favela-Bairro podem contribuir para melhorias nas condições de vida dos moradores das áreas atendidas, mas estão muito longe de resolver os problemas que se propõe solucionar. Não temos a inocência de achar que os responsáveis por tomadas de decisões que envolvem a execução de projetos de tal monta não possuem a noção de que é necessário que haja uma integração direta

e efetiva entre o poder público e a comunidade. Contudo, esse processo demandaria tempo, um tempo que as necessidades de que a cidade possui de adaptação ao modelo de acumulação capitalista - seja aumentando seu poder de arrecadação, seja dando um maior poder de fluidez às ações do capital - não suportariam esperar.

Como nos disse Lefebvre, *se existe um ponto de vista de classes*, é preciso chegar a ele, e não partir dele. Para isso, o geógrafo precisa multiplicar seus olhares, partir de uma análise onde o objeto de pesquisa não seja o centro por si só, mas que se situe em uma totalidade.

Creemos que este trabalho pode contribuir, mesmo que dentro de limitações, para uma reflexão referente aos processos de organização e fragmentação do espaço urbano. Pretendemos caminhar na direção de preenchimento de um vazio no que diz respeito ao debate do conceito de bairro na querela geográfica.

Compreender o significado do bairro é compreender o empírico, é buscar resposta nas inquietações promovidas pelo modo de vida no espaço urbano, na própria vida urbana. É a procura pelo entendimento da cidade pelas suas partes, pois não vivemos a cidade como um todo, nós vivemos fragmentos da cidade. A cidade cresce e o espaço urbano precisa ser reinventado. Essa reinvenção tem a cara de quem vive o espaço, ou melhor, de quem vive o lugar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AMABP. Associação de moradores e amigos do Bairro Peixoto. Disponível em: <http://www.amabairropeixoto.com.br/saibamaisdoseubairro.htm>. Acesso em: 11 de novembro de 2008.

ANDRADE, Maria Isabel de Toledo. Direitos de Propriedade e Renda Pessoal: Um estudo de caso das Comunidades do Caju. 2004. 133 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; BERNARDES, Nilo. A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. In *Revista Brasileira de Geografia*, v.12, n.1, 1950, p. 17 - 53.

\_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Lysia M. C. Bernardes, Maria Terezinha de Segadas Soares. Rio de Janeiro: Secr. Mun. Cultura, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo –séculos XV – XVIII*. Vol III . São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CERUTTI, Simona. “A construção das categorias sociais”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato, CASTRO, Iná Elias e GOMES, Paulo da Costa (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território territórios, Programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, 2002.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

HOLANDA, Chico Buarque de. “Subúrbio”. *Carioca* (CD). Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006.

KURZ, Robert. Entrevista - Caderno Mais, Folha de São Paulo, Domingo, 19 de setembro, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. Espacio y politica. Barcelona: Península, 1976.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, João Paulo. No país das quintas. 2008. Disponível em: [www.domteodosio.com/po/glossary.html?l=Q](http://www.domteodosio.com/po/glossary.html?l=Q), Acesso em: 03 set. 2008.

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach, 1845”. In: LABICA, Georges. As “teses sobre Feuerbach” de Karl Marx. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

MELLO. João Baptista Ferreira de. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: Matrizes da geografia cultural. Organizadores: Zeny Rosendahl, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MIGON, Fabricio Ribeiro. Diferenciação espacial no Complexo da Maré: uma visão dos moradores do Parque Nova Holanda. 2003. Monografia. 73f. Programa de Pós-graduação em Sociologia Urbana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: Território territórios / Programa de Pós-Graduação-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: São Paulo, nº 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. *O singular e o plural na organização do espaço urbano*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

PEREIRA, Cláudio. Primeira favela carioca com título de propriedade vive dias de valorização, 2004. Disponível em: [www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br), Acesso em 10 de junho de 2006.

PORTALGEO. Secretaria Municipal de Urbanismo. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/portalgeo/index.asp>. Acesso em 12 de junho de 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário". In \_\_\_\_\_; SILVA, Cátia Antônia. Formas em crise: utopias necessária. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. "Metrópoles e presentificação: imaginário necessário". In *Metrópole: governo, sociedade e território* / Catia Antônia da Silva, Désirrée Guichard Freire, Floriano José Godinho de Oliveira (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SABREN. Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Prefeitura do Rio de Janeiro, Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Maria Cristina S.; FALCÃO, Regina Lúcia de A. De favela a bairro: o direito à cidadania (Avaliação do programa "Cada família um lote". In: Instituto de Planejamento Municipal. *Morar na metrópole* / IPLANRIO. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: ed USP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

- \_\_\_\_\_. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. Território territórios / Programa de Pós-Graduação-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002 b.
- \_\_\_\_\_. Manual de geografia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Ed. Redord, 2002.
- \_\_\_\_\_. Técnica espaço tempo: globalização e meio-científico informacional. São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. Território: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004 b.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAT. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/habitat/regfund.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2008.
- SECRETARIA DE HABITAÇÃO. Anteprojeto Quinta do Caju, Programa Favela-Bairro. Rio de Janeiro, Fábrica de Arquitetura, abril, 1996.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. O Rio de Janeiro e o favela-bairro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Instituto Pereira Passos, Rio Estudos nº 120, 2003.
- SILVA, Catia Antonia. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: Formas em crise: utopias necessária. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: ed. Entorno, 2007.
- SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TIJUCA. Aldeia Campista: história da Grande Tijuca. Disponível em: <http://www.tijuca-rj.com.br/v02/historias/aldeia-campista/>. Acesso em 11 de novembro de 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

YORY, Carlos Mario. Desarrollo sustentable, hábitat urbano y derecho a la ciudad. In: O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I) / organizadores: Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho, Aurenice de Mello Corrêa. Rio de Janeiro: Lamparina 2008.

WEBER, Marx. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro, 2005.

WIKIPEDIA. Quinta rural. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Quinta\\_\(rural\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Quinta_(rural)), Acesso em: 03 set. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)